

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCOS ROGÉRIO BEZERRA

A MUDANÇA CONCEITUAL EM RAUL PREBISCH E ALGUNS DE  
SEUS PRINCIPAIS DILEMAS

FLORIANÓPOLIS – SC

2012

**MARCOS ROGÉRIO BEZERRA**

**A MUDANÇA CONCEITUAL DE RAUL PREBISCH E ALGUNS DE  
SEUS PRINCIPAIS DILEMAS**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Marcos Alves Valente

FLORIANÓPOLIS-SC  
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Marcos Rogério Bezerra na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. *Dr. Marcos Alves Valente*

-----  
Prof. Dr. Juliana Viggiano

-----  
Prof. Dr. Wagner Leal Arienti

## **AGRADECIMENTOS**

Não citando nomes para evitar a injustiça do exíguo espaço que o papel oferece, agradeço:

À minha família por sua crença e confiança sem as cobranças que às vezes acompanham.

Ao meu orientador, que apoiou e sobreviveu às minhas constantes mudanças de tema.

Aos amigos da moradia estudantil e do lar no Pantanal, que surtaram com minhas paranóias estudantis nas muitas noites de verão.

Aos amigos do Hospital Universitário pela paciência e compreensão e apoio proporcionando o tempo precioso.

Aqueles que nessa caminhada me ensinaram que não se deve satisfazer com qualquer trabalho quando algo é necessário; que se preciso for temos que “virar a noite” em busca dos objetivos.

Cedo ou tarde, são as idéias, e não os interesses escusos, que  
representam um perigo, se  
ja para o bem ou para o mal.  
J. M. Keynes

Usam a razão como ferramenta. Razão. Não é mais  
confiável que o instinto, o mito ou o sonho. Mas para eles  
pode ser bem mais perigosa.  
Neil Gaiman

## RESUMO

Raúl Prebisch, economista argentino conhecido como fundador da escola de pensamento estruturalista, se reconhece em uma posterior fase de sua vida como neoclássico no início de sua produção científica. Este trabalho busca delinear alguns dos pontos importantes que fazem um autor alterar sua trajetória. Optou-se por um levantamento do contexto econômico argentino no século XIX com um início colonial sob a influência da Inglaterra até meados do século XX, e as alterações vindas da Primeira Grande Guerra e da depressão da década de 30; como influenciaram a forma como a tradição vigente era repassada as redes de crença. A proposta dessa monografia é apresentar uma leitura do percurso no qual o economista de formação neoclássica que escreve o artigo ¿Salários a oro¿ acaba por questionar suas crenças, levando-o mesmo a formular todo um referencial teórico - a escola de pensamento do Estruturalismo latino-americano - criticando sua formação. O núcleo de idéias básicas dessa escola está cristalizado no artigo *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* escrito em 1949 para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A pesquisa se baseia nas orientações metodológicas de Mark Bevir assim como as contribuições de Quentin Skinner.

**Palavras Chaves:** Prebisch, História das Idéias, Liberalismo, Estruturalismo

## **ABSTRACT**

Raul Prebisch, argentinean economist known as founder of the school of structuralist thought, in a later phase of his life he acknowledges in self as neoclassic at the beginning of its scientific production. This paper seeks to outline some of the important points that make a author change his trajectory. We opted for a survey of the economic context argentine in the nineteenth century with an begining colonial under the influence of England until the middle of the twentieth century and the changes that come with the First Great War and the Great Depression; as influenced the way the current tradition was passed on the networks of beliefs. The proposal of this monograph is to present a reading of the line on which the economist training neoclassical that writes the article „Salarios a oro“ ends by questioning their beliefs, leading to make an entire theoretical framework - the school of thought of the Structuralism latin american - criticizing his training. The core of basic ideas of this school is crystallized in the article The economic development of Latin America and some of their main problems, written in 1949 for the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). The research is based on methodological guidelines of Mark Bevir as well as contributions from Quentin Skinner.

**Keywords:** Prebisch, History of Ideas, Liberalism, Structuralism

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
1.1 Tema e problema .....	7
1.2 Justificativa .....	11
1.4 Objetivos Específicos .....	12
1.5 Metodologia .....	13
CAPÍTULO 2 – PENSAMENTO LIBERAL DA INGLATERRA À ARGENTINA .....	18
2.1 A Grã Bretanha e o liberalismo .....	18
2.2 Argentina .....	19
2.2.1 Investimentos e Dependência Externa .....	21
2.3 Padrão Ouro .....	24
2.3.1 A recepção das ideias liberais na Argentina .....	27
2.4 Contexto Acadêmico Universidade Buenos Aires (UBA) .....	32
2.4.2 Universidade e Sociedade .....	40
CAPÍTULO 3 – VIDA E OBRA DE PREBISCH .....	43
3.1 A vida de Prebisch .....	43
3.2 ¿Salarios a Oro? .....	56
3.3 Notas e Dilemas da Década de 1930 .....	64
3.4 El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas .....	75
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
REFERÊNCIAS .....	88
ANEXO I .....	94



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e problema

O padrão-ouro deixou de funcionar como antes, e o manejo da moeda se tornou ainda mais complexo na periferia. E todas essas complexidades poderiam ser dominadas com a firme aplicação da boa doutrina? Mas a boa doutrina, nestes países, ainda está em uma fase primária de sua formação. Aqui está outro dos problemas transcendentais: aproveitar a experiência particular e geral, para ir elaborando fórmulas mediante as quais a ação monetária possa integrar-se, sem antagonismos nem contradições dentro de uma política de desenvolvimento econômico intenso e regular.<sup>1</sup> (PREBISCH, 1982, p. 194).

Com a declaração acima, Raul Prebisch, no artigo *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas) escrito nos anos quarenta para a então nascente CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), faz, entre outras, uma contundente crítica à escola de pensamento liberal. O próprio Prebisch teve como base em sua formação acadêmica, nos anos vinte, o liberalismo. Em seu artigo *Five Stages in My Thinking on Development* (Cinco Estágios no Meu Pensamento sobre Desenvolvimento), afirma:

Quando eu iniciei minha vida como um jovem economista e professor, durante os anos 20, eu era um firme crente nas teorias neoclássicas. Entretanto, a primeira grande crise do capitalismo – a Depressão mundial – incitou em mim sérias dúvidas sobre essas crenças. Foi o início de um longo período de heresias, então eu tentei explorar novos panoramas em matéria de desenvolvimento. (MEIER; SEERS, 1984, p. 175).

Tomando como ponto de partida esta declaração constata-se que Prebisch tem um referencial teórico que em certo momento não lhe atende as necessidades enquanto cientista. Diante disso, o que significa para ele a Teoria Neoclássica e o que ela passa a significar? Por certo, o mesmo não ocorreu a todos os economistas da época, ou a mesma não teria a força que teve na década de 30. O tema a ser desenvolvido abrange essa mudança conceitual na obra de Raul Prebisch, um pensador inicialmente assumido liberal e

---

<sup>1</sup> (Todas as traduções neste trabalho são livres, feitas pelo autor, exceto quando especificado o contrário)

que se torna um dos fundadores do histórico estruturalismo latino-americano. Aqui nos vêm à mente algumas questões: Como poderia a “boa doutrina” a qual ele se refere nos anos quarenta e que estava a serviço do jovem economista dos anos vinte, ter deixado de funcionar? As décadas de vinte e de trinta alterariam de forma tão drástica a realidade econômica a ponto da “boa doutrina” não se aplicar mais a ela?

Considerando que trataremos de fatos que culminaram na criação da Escola Estruturalista Latino-americana, optou-se por uma breve apresentação da mesma e dos fatos que suscitaram esta pesquisa. Segundo Prebisch, em sua entrevista a Pollock, Kerner e Love (2001, p. 11), *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* foi escrito em três ou quatro dias, após um mês sem escrever uma palavra, e deveria ser uma introdução ao primeiro *Economic Survey of Latin America* (Estudo Econômico da América Latina). O nome estruturalismo vem justamente do fato de serem colocados alguns aspectos da estrutura econômica latino-americana em primeiro plano na análise, como explana Rodriguez

Esse tipo de análise da inflação se denominou “estruturalista” justamente porque coloca em primeiro plano algumas das peculiaridades da estrutura produtiva de economias como as latino-americanas. O termo estruturalista (ou estruturalismo), que surge em relação com esta análise, passa logo a aplicar-se a contribuições da Cepal relativas ao longo prazo e com o tempo se estende ao conjunto de seu pensamento, assim como ao de diversos autores direta ou indiretamente vinculados à mesma. É provável que tal designação tenha se difundido e generalizado pela amplitude e pelo marcado tom polêmico com que se discutiram os problemas econômicos de curto prazo, em particular entre 1958 e 1963 (RODRIGUEZ, 2009, p. 170).

Apesar do artigo ser constituído de um núcleo básico de ideias e hipóteses gerais, foi por esse conjunto que foi fundado o estruturalismo Latino-americano. Como destaca Rodriguez, em seu livro *O Estruturalismo Latino-Americano*,

O “método” do estruturalismo latino-americano leva especialmente em conta as características reais das situações analisadas, incluindo seus antecedentes históricos relevantes, em vez de praticar uma análise partindo de um conjunto de postulados gerais e abstratos cuja aplicabilidade se presume independente de lugar, época e história (RODRIGUEZ, 2009, p. 13).

O estruturalismo de Prebisch tem quatro fundamentos principais, porém, como não será o enfoque deste trabalho analisá-los, não nos deteremos em aprofundar cada conceito, perpassando rapidamente por cada um deles:

Concepção do sistema centro-periferia – como o progresso técnico avança de forma desigual na economia mundial, este acaba por definir alguns países como centro e outros denominados de periferia.

Nos centros, os métodos indiretos de produção que ele gera se difundem em um lapso relativamente breve para a totalidade do aparelho produtivo. Na periferia parte-se de um atraso inicial e, ao transcorrer um período chamado de “desenvolvimento para fora”, as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados, no que toca à penetração das novas técnicas (RODRIGUEZ, 2009, p. 81).

Análise da industrialização periférica - segundo Rodriguez (2009, p. 103) “não é outra coisa que não um padrão ideal de transformação da estrutura produtiva da periferia que estabelece proporções que devem ser obedecidas entre seus diversos setores e ramos a fim de evitar o desequilíbrio externo”.

Teoria da deterioração dos termos de troca – se os preços unitários dos produtos exportados de um país diminuem em relação aos preços unitários dos produtos importados, diremos que há uma deterioração dos termos de troca. Isso implica a “perda dos frutos do progresso técnico da periferia” ou a “transferência dos frutos do progresso técnico da periferia para o centro” (RODRIGUEZ, 2009, p. 136), termos utilizados pela CEPAL para indicar o fato de que os preços elevam-se mais na produção manufatureira do que na produção primária, assim como a produtividade da primeira aumenta mais rapidamente (o avanço tecnológico mais rápido na indústria dos centros influi diretamente em um maior aumento da sua produtividade).

Enfoque estruturalista da inflação - Em oposição à abordagem monetarista da inflação que a concebe como um fenômeno exclusivamente monetário, passível de ser resolvido apenas com recurso à política macroeconômica, o enfoque estruturalista da inflação, com várias perspectivas que variam de acordo com seus autores, foi desenvolvido por estes com um traço comum, eles “consideram que os processos inflacionários latino-americanos têm sua origem em desequilíbrios gerados na esfera real do sistema econômico e, especialmente, em certas características e rigidezes dos setores externo e agrícola” (RODRIGUEZ, 2009, p. 170).

Dada a importância do estruturalismo em função das contribuições à teoria do desenvolvimento econômico e social, bem como para responder às questões sobre as causas

do subdesenvolvimento latino-americano e o que se pode fazer para superá-lo, cabe aqui a pergunta: como seu autor parte de uma ideologia liberal para chegar a sua contestação?

A proposta dessa monografia é apresentar uma leitura do percurso no qual um economista de formação neoclássica acaba por questionar suas crenças, levando-o mesmo a formular todo um referencial teórico criticando sua primeira formação. Quais os fatos relevantes que levam o jovem Prebisch dos anos 20 a se diferenciar tanto e converter-se no economista que formula os fundamentos da Teoria Estruturalista? Assim, de forma a entender sua formação neoclássica, faremos um levantamento do contexto inglês quando da formação do liberalismo até sua cristalização na tradição predominante nas décadas iniciais do século XX, onde influenciaria a formação inicial de Prebisch nos corredores da Universidade de Buenos Aires. Sendo assim, este trabalho trata da dinâmica da criação e recriação das ideias até a forma acabada apresentada aos estudantes, e busca levantar algumas questões sobre a crença nas ideias acabadas. Cumpre levantar alguns aspectos da complexidade da relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, pelo menos no que tange à influência da metrópole à colônia, ou nos termos de Raul Prebisch, do centro para a periferia. Da mesma forma estes aspectos serão relevantes para o estudo do pensamento do autor.

## 1.2 Justificativa

Raul Prebisch foi um economista que influenciou profundamente a política e economia latino-americanas, seu artigo em 1948 para a CEPAL chegou mesmo a posicionar a instituição dentro do cenário internacional. Sua obra permanece atual e por si só já merece um contínuo estudo dentro do círculo acadêmico, porém nos chama a atenção o fato deste estruturalista se apresentar como neoclássico no início de sua carreira.

A Economia é uma ciência dinâmica na qual temos contato com as mais diferentes escolas de pensamento e ao ingressarmos no meio acadêmico esse contato torna claro que cada uma ou surge em oposição à anterior ou passam a coexistir na mesma época, apesar de suas diferenças. Em nossa realidade acadêmica os estudantes de economia são chamados a demarcar suas posições político-ideológicas como algo imutável, dessa forma acredito ser pertinente um estudo de tal vulto que apresenta essa mudança ideológica tão impar, assim como seus motivos para tal. A formação de um economista, assim como a ciência em si, deve ser dinâmica – cabendo então a análise de um pensamento como o de Prebisch para nos lembrar que não é necessário estarmos sempre atados aos mesmos instrumentos com os quais começamos nosso caminho.

O último aspecto pelo qual buscamos a justificativa para a realização deste trabalho está exatamente em um plano macroeconômico no que tange à influência internacional nos países da periferia. Como levantaremos aspectos da influência do império inglês em seus momentos de auge e declínio, este estudo pode trazer elementos relevantes também para análises do atual império americano.

## 1.3 Objetivo Principal

Analisar a mudança conceitual na trajetória do pensamento de Prebisch em dois momentos: na década de vinte quando escreve o primeiro de seus artigos dentro de sua formação neoclássica e em 1949, quando escreve seu artigo com os fundamentos da Escola Estruturalista, bem como levantar dados acerca do contexto econômico e teórico argentino e sua relação com o pensamento do autor.

## 1.4 Objetivos Específicos

1. Realizar uma releitura das obras: *¿Salários a Oro?* (1920) e *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1949), no contexto em que foram escritas.
2. Analisar a transformação de conceitos e significados atribuídos pelo autor e sua rede de crenças, utilizando a metodologia da história das ideias como ferramenta de pesquisa.
3. Levantar textos econômicos dentro da tradição liberal da época e a forma como compõem o sistema de crenças vigente e se relacionam no pensamento do autor.
4. Enfocar o processo de criação e recriação de uma rede de crenças, abordando as diferenças entre as obras citadas no objetivo 1.

## 1.5 Metodologia

No que diz respeito às fontes, o presente trabalho utilizará de pesquisa bibliográfica realizada sobre uma base de livros, artigos e algumas entrevistas disponíveis do autor, tanto em formato físico quanto digital, com o método de pesquisa da história das ideias. No que toca ao formato digital, o mesmo é encontrado em abundância na internet, uma vez que atualmente existe uma variedade de instituições, como universidades e fundações, mantendo trabalhos de digitalização de arquivos históricos, uma tendência que avançou nos últimos anos; tornando possível travar contato com materiais de qualidade que remontam ao contexto analisado. A base usada se encontra nas referências constantes da bibliografia.

A metodologia utilizada foi obtida nas obras de Quentin Skinner e Mark Bevir, protagonistas de um debate metodológico ocorrido desde os anos 1960 entre estudiosos de História das Ideias. Para Bevir, a objetividade do conhecimento histórico “repousa sobre uma combinação de concordância sobre certos fatos, um uso extensivo da crítica e uma comparação de visões rivais em relação a critérios claramente definidos” (BEVIR, 2008, p. 107). No que toca a metodologia da história das ideias, Bevir assegura que

O processo particular pelo qual um historiador vem a acreditar na existência histórica de determinados objetos não tem nenhum significado filosófico. Os historiadores podem tentar sistematizar a experiência passada em indícios metodológicos, ou podem tentar algo novo; podem confiar no instinto e na suposição, ou podem esperar a inspiração. O que conta é o resultado dos seus esforços (BEVIR, 2008, p. 116).

Bevir afirma que um texto assume significado histórico a partir do que determinado indivíduo achou que o enunciado queria dizer, devendo derivar das “intenções fracas”<sup>2</sup> de um indivíduo específico. “Todo significado histórico ou é um significado hermenêutico”<sup>3</sup> ou

---

<sup>2</sup> Sobre Intencionalismo forte e intencionalismo fraco ver: Quentin Skinner, “Significado e compreensão na história das ideias”, em SKINNER, Quentin. *Visões da Política*, Alges, Difel, 2005; e SILVA, Ricardo. “O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo”. *Dados*, vol.53, n.2, pp. 299-335, 2010.

<sup>3</sup> Hermenêutica (do grego, significando “interpretar ou tornar claro”) é o campo de estudo dedicado ao problema de como conferir significado a um produto cultural, tal como uma obra de arte ou um trabalho de literatura. O conceito foi a princípio aplicado às interpretações da Bíblia, em especial devido à sua história como objeto de repetidas revisões, refundições, cópia e tradução. [...] Segundo a perspectiva hermenêutica, não podemos simplesmente dizer o que alguma coisa significa partindo simplesmente da própria coisa. Temos que examinar também o contexto no qual foi produzida e o contexto no qual estamos nesse momento tentando extrair sentido da mesma (JOHNSON, 1997, p. 123).

uma abstração fundamentada num significado hermenêutico, que veicula o sentido de enunciados particulares para indivíduos específicos” (BEVIR, 2008, p. 103).

A pesquisa histórica será realizada em parâmetros mais estreitos nas áreas de economia e política, não tendo um maior aprofundamento em sentido cultural ou antropológico, por exemplo. Essas áreas serão levantadas a partir de artigos escritos na época, através da suposição de que os mesmos são representativos do ambiente com o qual Prebisch teria contato, interagindo com suas crenças. Na metodologia utilizada, porém, procura-se evitar os extremos do contextualismo que privilegiam o contexto social sobre o contexto lingüístico. O contexto sócio-econômico é colocado aqui como antecedente causal conectado com o conteúdo do texto estudado, o que não necessariamente quer dizer que o texto deva ser compreendido em termos de seu contexto social. O antecedente causal não deve ser dado como o equivalente à compreensão de uma ideia enquanto ação lingüística. O método do textualismo, contraponto ao contextualismo, também era censurado por Skinner em função do pressuposto que o texto teria autonomia em relação a seu autor e ao contexto de seu surgimento onde alguns desses textos teriam “ideias universais” e “uma sabedoria sem tempo” e de “aplicação universal”. A esses pontos, Skinner denuncia algumas mitologias:

- a) mitologia da doutrina – os enunciados dos autores clássicos, mesmo que esparsos e ocasionais, são forçosa e sistematicamente enquadrados em “doutrinas”, construções típico-ideais do próprio historiador, que este atribui ao universo das crenças do autor estudado;
  - b) mitologia da coerência – presume-se que o autor construiu (ou ao menos tentou construir) sistemas intelectuais fechados, em que todos os seus enunciados mantêm uma relação de coerência com os demais, o que impede o historiador de perceber as contradições entre os enunciados de um autor ou suas mudanças de concepção a respeito de certos temas;
  - c) mitologia da prolepse – confunde-se o significado dos enunciados para o historiador com o significado para o autor, sendo este último negligenciado. O enunciado só revelaria seu significado no presente, conclusão que repousa sobre o contestável pressuposto teleológico de que a ação lingüística precisaria esperar pelo futuro para revelar se totalmente;
  - d) mitologia do paroquialismo – seguindo padrões atuais de discriminação e classificação, o historiador, em face de um mundo passado que lhe é estranho, constrói uma identidade entre o universo mental do autor do passado e o seu próprio universo atual de crenças, produzindo uma falsa familiaridade entre culturas muito distintas (SILVA, 2006, p. 307 ).
-



O ponto comum dessas mitologias seria algo como o historiador transferindo suas próprias ideias e conceitos ao autor estudado, utilizando-se de recursos linguísticos que não eram disponíveis no contexto em que o autor estava inserido. Para nos aprofundarmos na compreensão do significado do texto utilizaremos a teoria dos Atos de Fala, que Skinner segue através das contribuições dos filósofos da linguagem partindo da formulação “palavras também são atos” de Wittgenstein (1958 apud SILVA, 2006, p. 309). Dentre estes filósofos, Austin distingue três dimensões dos atos de fala:

A dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) algo; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está fazendo ao dizer (*in saying*) algo, e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por dizer-se (*by saying*) algo (SILVA, 2006, p. 309).

Skinner busca então dar uma maior atenção à dimensão ilocucionária de um proferimento, uma vez que a mesma detém uma característica negligenciada pelas teorias convencionais, onde “reside sua *força* enquanto ação, força que se identifica com a intenção do agente *ao* dizer algo em determinado contexto de convenções lingüísticas” (SILVA, 2006, p. 309). Em um segundo momento, Skinner coloca que a busca do significado de um texto é igualado pela reconstituição da intenção ilocucionária do autor e que devemos estudar o modo como a intenção do autor se insere no contexto das convenções linguísticas da época da produção do texto. Assim, Skinner distingue entre três diferentes sentidos do termo,

Primeiramente, o autor refere-se ao *meaning 1*, significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: “o que é que certas palavras ou frases específicas significam num determinado texto?” (*idem*, p. 128). Esse tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso ao nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários. Em seguida, Skinner refere-se ao *meaning 2*, associado à questão: “O que este texto significa para mim?” (*idem*, p. 129). Trata-se aqui de entender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, o que pode dar surgimento a uma história da recepção dos textos enquanto fenômenos que transcendem o contexto e o momento de sua produção original. Por último, há o que Skinner denomina *meaning 3*, que está em jogo quando se pergunta: “O que é que um escritor quer dizer com aquilo que afirma num determinado texto?” (SILVA, 2006, p. 309).

O significado que buscamos do texto tem uma ligação com a tradição vigente dentro de um contexto histórico. As tradições são uma influência operando sobre os indivíduos, e da mesma forma as tradições sobrem a influência do que os indivíduos realizam. É a parte

do plano de fundo na qual as pessoas acreditam ou de tudo o que fazem e, apesar de ser uma presença necessária não é uma presença definidora dessas crenças. Após chegarmos ao conceito de tradição definido por Bevir, cabe entender quais os mecanismos que poderiam ligar a tradição ao indivíduo. Nesse sentido,

A relação do mestre com o pupilo fornece uma metáfora útil para o modo como os outros comunicam uma tradição a alguém; mas não devemos tomar essa metáfora como se referindo exclusivamente a uma relação formal, face a face. O processo de aprendizagem requer mestres que iniciem e pupilos que aprendam. Os indivíduos adquirem suas redes de crença iniciais ouvindo as outras pessoas, inclusive seus pais, educadores, os autores que lêem e seus companheiros. Tipicamente, cada indivíduo irá desempenhar ambos esses papéis num dado ponto do tempo. Os mestres terão sido pupilos que adquiriram suas redes de crença iniciais junto aos seus antigos mestres, e mais tarde os pupilos se tornarão mestres que fornecem redes de crença aos seus futuros pupilos (BEVIR, 2008, p. 257).

Quando aprendemos algo ou sempre que aprendemos a teoria de alguém este nos transmite juntamente suas crenças e ideologias. Um aspecto relevante de Bevir é a reflexão sobre o estudo de a história aplicar-se não somente a toda uma população, mas também ao indivíduo:

Os pupilos aprendem o que fazem de mestres individuais, e não de uma tradição social: ouvem palestras de indivíduos, e não da sociedade; discutem os negócios com indivíduos, e não com a sociedade; leem livros escritos por indivíduos, e não pela sociedade; assistem a programas de televisão feitos por indivíduos, e não pela sociedade; e refletem as crenças perfilhadas por indivíduos, e não pela sociedade. As tradições intelectuais só existem como a soma das crenças de seus intérpretes individuais em suas relações recíprocas (BEVIR, 2008, p. 258).

Dessa forma, um dos passos a se tomar neste trabalho é a busca sobre quem são e o que ensinavam os mestres; a forma como transmitiam e como chegavam seus ensinamentos aos pupilos. E conseqüentemente o papel da tradição vigente em sua própria rede de crenças. Inicialmente, revelar as redes de crença deles recuperada “implica que os historiadores devem começar abordando redes de crença como se fossem internamente coerentes: implica que os historiadores devem abordar as crenças como se elas fossem sustentadas por razões que fazem sentido para o crente” (BEVIR, 2008, p. 241).

Ao definirmos a tradição vigente e a rede de crenças do indivíduo, se tornam necessárias as explicações de como esses dois conceitos se relacionam para explicar a forma como um autor acredita e em quê ele acredita. Nesse primeiro momento, o método da história das ideias nos coloca o que é a forma sincrônica de explicação. Em dado

momento onde o autor se desvia da tradição vigente rompendo com sua rede de crenças primárias e adotando um novo método nos apresenta a forma diacrônica de explicação.

Assim, a linha a ser traçada é a definição da tradição vigente na época, o liberalismo, desde suas origens européias até o contexto argentino. Levantaremos a seguir a ponte entre a tradição vigente e a rede de crenças do jovem economista, ou seja, o contexto estudantil de sua formação. Em seguida nos depararemos com seu primeiro texto, buscando elementos da tradição vigente. Para a análise de como se dá a mudança entre suas fases liberal e estruturalista, se faz necessário o levantamento do que o fez se desviar da sua rede de crenças inicial para nos debruçarmos com sua obra divisora de águas, *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, marco inicial do Estruturalismo.

## **CAPÍTULO 2 – PENSAMENTO LIBERAL DA INGLATERRA À ARGENTINA**

O pensamento liberal que permeia as primeiras décadas do século XIX na Argentina tem suas origens um século antes na Inglaterra. Para entender os elementos constantes dos primeiros textos de Prebisch, este capítulo procura reconstituir a trajetória do início da tradição liberal na era vitoriana inglesa, passando pela história da formação do estado argentino, assim como a estruturação do ensino de economia política e o modo como se dá a transferência desta tradição dentro do contexto acadêmico da formação de Raul Prebisch.

### **2.1 A Grã Bretanha e o liberalismo**

No mundo após Revolução Industrial, se acentua a divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos pela aceleração da criação de riquezas através da indústria. O período de industrialização se inicia com a concentração de manufaturas em um só local seguido por uma divisão do trabalho de forma organizada e com o uso da energia a vapor tornaram a indústria uma fórmula de sucesso para criar valor. Os países que detiveram essa tecnologia inicialmente conseguiram se afirmar a frente daqueles com economias primárias exportadoras.

Dentre os países desenvolvidos, temos a Inglaterra como centro industrial, cuja influência marcou a economia mundial no século XIX, no que se denominou Império Britânico. Para Hardt e Negri (2001, p. 4) “império é o sujeito político que regula efetivamente estas trocas globais, o poder soberano que governa o mundo”. Tal conceito se encaixa perfeitamente aqui, onde a grande maioria das transações internacionais acaba por sofrer influência do comércio exterior e dos interesses de países como a Inglaterra.

Como fruto da divisão internacional do trabalho, o comércio exterior dos países manufatureiros é provido pelos países agroexportadores cujas economias locais são caracterizadas em grande parte pela produção de matérias-primas e uma indústria

incipiente, senão primitiva; estes também exerciam a função de mercado consumidor para a produção dos primeiros. Em seu livro, Rapoport et al (2000, p. 2) nos mostra que “40% das manufaturas e bens de capital iam para Ásia, América do Sul, África e Oceania, enquanto que Grã Bretanha, Alemanha e França constituíam 45% do mercado de matérias-primas e alimentos”, diante desses dados é mais que clara a influência inglesa exercida sobre a Argentina, esta ainda um país agroexportador. Após sua chegada à posição de principal protagonista dentre os países manufatureiros, a Inglaterra passa a apresentar a ideologia liberal com a abertura dos mercados como forma de desenvolvimento a todos os países sob sua influência. Segundo definição de Polanyi (2000, p. 166) o liberalismo representava “três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres de país a país, sem empecilhos ou privilégios.” Os princípios do *laissez-faire* (deixar fazer) preconizavam que não haveria lugar para a ação do Estado dentro da economia salvo para garantir a livre-concorrência entre empresas e o direito à propriedade privada. Esses princípios aplicados ao comércio internacional levaram às políticas do livre-cambismo, condenando barreiras protecionistas e práticas alfandegárias mercantilistas.

Em suma, o século XIX apresentava um sistema de países desenvolvidos e subdesenvolvidos onde a Argentina figurava entre os segundos. O pensamento liberal inglês pregava que seus preceitos eram a receita para alcançar o patamar de país desenvolvido, onde se inclui o caso argentino. É mister que entendamos agora de que forma este pensamento foi recebido e visto em solo latino-americano, uma vez que, suas especificidades econômicas e políticas poderiam modificar o próprio caráter do liberalismo.

## 2.2 Argentina

A Argentina do século XIX era caracterizada por ser um país de vastas fronteiras, com grande área rural e terra em abundância, habitada na época por tribos indígenas; sua economia ainda era primitiva, havendo uma grande necessidade de infraestrutura e de instituições financeiras que canalizassem fundos. Não havia muitas instituições financeiras capazes de canalizar fundos para as áreas lucrativas de investimento e o ímpeto inicial para

o desenvolvimento regional foi dado pelo Estado, apesar de que havia uma considerável atividade por parte de grupos privados tanto nacionais quanto estrangeiros. “O principal foco das operações bancárias privadas e estrangeiras era o comércio, especialmente o comércio exterior. Isto não significa que os bancos comerciais tivessem qualquer preferência intrínseca por esse tipo de atividade, mas estas foram as mais seguras e rentáveis áreas de operação” (BETHELL, 1986, p. 342). Os setores da economia que precisavam de financiamento, o faziam junto ao governo, que mantinha taxas de juros menores que as do mercado.

Em 1862, é iniciada a unificação do território nacional, até então dividido entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, encerrando, assim, um período de vinte anos caracterizados por recorrentes insurreições de caudilhos do interior, reprimidos pelo governo nacional. Depois da metade da década de setenta, caem os preços mundiais de agroexportações como lã e couro; se faz então necessária uma redução dos custos de produção para manter os lucros, a saída para redução nos custos poderia ser obtida através do aumento da escala de produção, o que se dará pela incorporação de novas terras a um preço mais baixo ou sem custos. Daí a necessidade de ampliar fronteiras para facilitar a acomodação dos rebanhos de gado criollo e ovelhas.

Em 12 de outubro de 1880 o General Julio A. Roca assume o mais alto cargo da Nação após o exército nacional, integrado por contingentes do interior do país, derrotar as forças portenhas do governador de Buenos Aires, Carlos Tejedor, por sua posse começa a se consolidar o processo de formação do Estado nacional argentino. A década de 1880 é marcada pela entrada definitiva da Argentina no mercado mundial, o que foi facilitada pela primeira crise geral do capitalismo se estendeu de 1873 a 1896, coincidindo com a fase B dos grandes ciclos econômicos de Kondratieff<sup>4</sup>, sendo sua principal característica a queda dos preços nos mercados mundiais com maior incidência nos produtos primários, resultado dos aumentos do volume de produção juntamente com a redução dos custos em transporte nacional e internacional. Da década de 1870 para a década seguinte, a composição das importações tem uma diminuição dos bens de consumo, em torno de 90% do total dos produtos importados, para cerca da metade, havendo um movimento na proporção inversa

---

<sup>4</sup> *Ciclos de Kondratieff* também chamados de Ciclos de Longa Duração são marcados por períodos de sessenta anos de ascensão ou declínio da economia mundial. Distinguem-se do *ciclo Juglar*, de seis a dez anos, e do *ciclo dos estoques* ou *ciclo Kitchin*, de cerca de quarenta meses (SANDRONI, 1999)

sobre as matérias primas e bens de capital. Nos anos de 1880 a 1889, persiste a tendência de aumento das importações de bens de capital, de 3,2% para 25,8%, e de matéria prima, de 12,9% para 28,6% (porcentagens relativas à participação no total de importações), segundo dados de Rapoport et al. (2000, p. 30). Os bens de capital consistiam principalmente de material ferroviário e para construção de obras públicas, assim como construções privadas.

## 2.2.1 Investimentos e Dependência Externa

Os bens de capital eram basicamente para a formação do capital da sociedade agro-exportadora, consistiam de material ferroviário para estruturação do escoamento da produção e construção de obras públicas (portuárias e sanitárias), de desenvolvimento urbano, construção de casas, etc. As matérias primas eram aço, ferro, combustível. A primeira corrente de investimentos externos se inicia com a eleição de Mitre para presidente, em 1862, e dura até a crise mundial de 1873, de constituição quase que exclusivamente britânica, sendo que grande parte do capital era destinado para empréstimos ao Estado, segundo dados de Rapoport et al. (2000), no ano de 1875, 56,2% dos empréstimos tinha esse fim. O destino era muito variado, servindo a princípio para pagar os gastos gerados pela Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864 e 1870. Após esse período, foram gastos em obras de infra-estrutura como estradas de ferro. Na verdade, esses investimentos eram direcionados com o intuito de expandir as exportações britânicas e vender serviços. “Os grandes investidores nessa época foram comerciantes e empreiteiros ferroviários posto que, em um mundo onde imperava a livre troca, as exportações de capital estavam estreitamente ligadas à expansão do comércio.” (RAPOPORT et al., 2000, p. 31)

Na década de 1880, os investimentos têm um caráter diferente. O fluxo de investimentos não dependia mais do comércio, porém ainda influía sobre ele a médio prazo, e, em 1889, a Argentina recebe de 40% a 50% dos investimentos externos britânicos. Dois fatores explicam esse momento: a quantidade de capitais que o mercado inglês dispunha em busca de novas áreas para investimentos e que não encontrava paralelos como a Argentina (sem a concorrência que produtores e investidores locais a que estavam submetidos) e

retornos sobre os investimentos de 10% a 15% dos dividendos anuais, o que não era obtido tão facilmente em outras partes do mundo.

Em 1887 é criada a Lei dos Bancos Garantidos, pois ao General Roca interessava a continuidade e êxito do programa de investimento estrangeiro.

1. Qualquer organização bancária era autorizada a emitir notas, desde que:
  - (a) tenha um capital de pelo menos 250.000 pesos;
  - (b) que compre títulos de ouro nacional para o valor total das notas a serem emitidas por ele.
2. Esses títulos iriam ser especialmente emitidos para o efeito, como um empréstimo de ouro interno, a ser conhecido como o empréstimo Bancos Garantidos, com 4<sup>1/2</sup> % de juros e amortizáveis por meio de um fundo de acumulação de 1 por cento ao ano.
3. A emissão de notas deveria ser limitada a 90 por cento do capital do banco emissor.
4. As obrigações seriam pagas em ouro em não menos que 85.
5. O ouro era para ser depositado no Escritório de Inspeção de Bancos por dois anos, após o que era para ser aplicado ao pagamento da dívida externa nacional.
6. Em caso de falência de um banco, as obrigações deviam ser vendidas para satisfazer suas notas em circulação, e qualquer deficiência deveria ser paga pelo governo.
7. O nome do banco emissor seria impresso nas notas. (WILLIAMS, 1920, p. 56).

Essa lei estabelecia a autorização a qualquer banco para emitir bilhetes, desde que realizasse um depósito em outro banco para o Tesouro Nacional, recebendo então uma quantidade em bônus públicos para respaldo dos bilhetes emitidos. Desta forma, o governo poderia se financiar com ouro para pagamento dos serviços da dívida externa. Mas a medida se revelou perigosa, pois muitos bancos não tinham reservas em ouro e, numa febre especulativa, começaram a vender bônus próprios no exterior para obter ouro e poder emitir bilhetes. Dessa forma, o sistema bancário, ao mesmo tempo em que enviava ouro ao governo, que o usaria para pagamento da dívida, provocava o aumento da dívida.



QUADRO 1 – Emissões monetárias argentinas (em pesos)

1884	61.739.000
1886	85.294.613
1887	94.071.000
1888	129.505.000
1889	163.648.000
1890	251.627.849
1891	259.495.000

Fonte: Livro *Evolucion Monetaria Argentina* (JIMÉNEZ, 1968, p. 50)

Do quadro acima, no ano 1891, 171.000.000 pesos emitidos correspondem aos Bancos Garantidos, ao passo que o Governo emitiu 35.000.000. A lei previa que cada emissão tivesse um encaixe em ouro, mas havia uma exceção à regra, os bancos provinciais e o Banco Nacional não precisavam do respaldo. Em 1890, a Casa Baring era a segunda em importância no mercado inglês (a primeira era a Banca Rothschild), nesse ínterim, o Banco Nacional a quem a casa subscreveu de 1882 a 1890, em torno de 20 milhões de libras esterlinas, comunica a impossibilidade de pagamentos dos serviços dos seus empréstimos. Em função de o mercado inglês estar cheio dos papéis argentinos, a Casa Baring não consegue vender os seus, podendo ir à falência. Diante da ameaça ao seu mercado, o governo inglês intervém e a salva, sendo necessário, porém, que a Casa cesse provisoriamente suas portas. Na Argentina, alguns dos principais bancos foram liquidados após fracasso do governo em seu auxílio.

Para refrear as emissões sem respaldo e formar um encaixe monetário para conversibilidade, é criada a Caixa de Conversão – entre suas características temos que era desvinculada do Governo e tinha funções de um instituto emissor, mas não teria funções bancárias. Há uma corrida da população aos bancos, e uma declaração de moratória do governo por noventa dias, em 20 de junho, pela lei 2.781; os bancos *Nacional* e *de la Provincia* são liquidados em 1891. Em outubro desse mesmo ano é inaugurado o *Banco de la Nación*.

O aumento do capital investido no país após 1890 trouxe uma época de grande especulação e corrupção, conforme apontado por Gondra,

Em três anos se haviam criado 250 sociedades anônimas com um capital de 764 milhões de pesos em ouro. O Governo Nacional dava mostras de loucura e de corrupção que o identificou no escândalo de Hispanoamérica. Seus pressupostos se sancionavam com déficit enorme, resolvendo logo com empréstimos colocados no estrangeiro, mediante manobras tão censuráveis como a de aumentar as cifras do comércio exterior, para dar, assim, aos incautos emprestadores, a impressão de uma grande prosperidade. (GONDRA, 1943, p. 442).

A partir de 1896 há o chamado *boom* econômico, com a recuperação dos preços em muitos países agroexportadores. Esse período é chamado de *Belle Epoque*, considerado o período áureo da economia argentina, caracterizado por forte influência da Grã Bretanha.

A influência inglesa só terminará no período após Primeira Guerra Mundial. Em um relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos temos um retrato da posição econômica argentina durante a Primeira Guerra e nos traz uma pequena amostra das mudanças que ocorreram,

A maior parte do comércio internacional da Argentina é normalmente realizada com as nações européias. Este ascendeu a 52 por cento de um total em 1915 e 70 por cento em 1913. As duas características responsáveis pelos grandes negócios envolvidos são: (1) A necessidade européia por produtos argentinos e (2) os pesados investimentos de capital europeus, que são condizentes com as conexões comerciais. Antes da guerra a Inglaterra era o primeiro e Alemanha a segunda entre os fregueses da República.

Os Estados Unidos foram trazidos a primeira posição e a Alemanha se tornou insignificante. Itália, França e Espanha conduziam uma apreciável porção do comércio. A guerra também estimulou as trocas entre as Repúblicas Sul-americanas. O comércio da Argentina com seus vizinhos é de importância crescente, e a quantidade de negócios com Brasil está assumindo grandes proporções. (UNITED STATES, 1920, p. 96).

Ou seja, a Primeira Grande Guerra é o ponto de partida para o fim do Império da Inglaterra, mas também demarca o início do imperialismo dos Estados Unidos. Apesar disso, a influência imperialista inglesa sobre a Argentina ainda seria sentida em momentos futuros, como no pacto Roca-Runciman em 1933 (será exposto mais adiante).

## 2.3 Padrão Ouro

Faremos um pequeno retorno ao caminho que o liberalismo segue, de forma a entender a força de crença que toma e assim compreender melhor a própria crença no

padrão-ouro<sup>5</sup>. Polanyi, em seu livro *A Grande Transformação* (1944), coloca que não há sentido em contemporizar a política do *laissez-faire* em meados do século XVIII, época de nascimento do termo, se quando da década de 1820, o liberalismo já passa a representar seus três dogmas: o mercado de trabalho, o livre comércio e o padrão-ouro.

Segundo Polanyi, o liberalismo econômico se torna uma cruzada apaixonante com o fim da Lei dos Pobres (Poor Law) na Inglaterra, que impedia a criação de uma classe trabalhadora. Desde o ano 1817, havia receios sobre uma retirada precipitada dessa lei assim como orientações para uma retirada gradual. Porém, com a vitória política da classe média, a mesma foi removida a partir de 1832 e seu sistema de abonos foi retirado abruptamente, sem qualquer período de espera. O livre comércio internacional significava a inclusão da Inglaterra em uma unidade mundial, onde “dependeria de fontes externas para seu abastecimento alimentar, que ela sacrificaria sua agricultura, se necessário” (POLANYI, 2000, p. 169). Para isso, se fosse necessário a marinha inglesa interviria para que os cereais do mundo todo pudessem fluir ao país e sua indústria pudesse fornecer produtos mais baratos ao mundo.

O padrão-ouro enquanto dogma do liberalismo surgiu na Inglaterra somente após o pânico de 1825, ou seja, quando os princípios ricardianos se arraigaram na mente tanto de políticos quanto de homens de negócios. A crença no padrão-ouro torna-se a religião daquele tempo e unifica os que eram contra ou a favor. Indiferentemente se era um credo ou uma crítica, a “crença em si era a mesma, isto é, de que as notas bancárias tinham valor porque elas representavam o ouro. Não fazia diferença, então, se o próprio ouro tinha valor pelo fato de incorporar trabalho, como diziam os socialistas, ou pelo fato de ser útil e escasso, como afirmava a doutrina ortodoxa”. (POLANYI, 2000, p. 41). Em seu livro *Argentine International Trade Under Inconvertible Paper Money 1880 – 1900*,<sup>6</sup> (traduzido por Prebisch quando ainda estudante na UBA - Universidade Buenos Aires - daí sua

---

<sup>5</sup> Por esse sistema, a moeda nacional é definida legalmente em termos de uma quantia fixa, em termos internacionais, em ouro. Internamente o meio circulante terá a forma ou de moedas de ouro ou papel-moeda conversível em ouro a qualquer momento, de acordo com as taxas fixadas. Para garantir o funcionamento deste sistema a autoridade monetária deve garantir a conversibilidade da moeda nacional por qualquer quantidade de ouro e os indivíduos devem ter liberdade para exportar e importar ouro, com uma diferença entre preços de compra e venda que cobrissem os custos de transação, ou seja, cunhagem. O padrão-ouro surge no século XVII, largamente utilizado no século XIX foi abandonado após a crise de 1929.

<sup>6</sup> Trocas internacionais Argentinas Sob Papel Moeda Inconvertível 1880 - 1900

importância para este trabalho) Willians coloca o que diz o discurso usual das teorias de troca internacionais e câmbio,

1. As trocas entre países são sobre uma base de ouro.
2. Através do mecanismo de pontos de espécie, ouro flutua livremente entre os países comerciais.
3. Quando o ouro flui para fora de um país o nível de preços dentro daquele país cai, e em consequência as exportações aumentam e importações diminuem: e por outro lado, quando ouro entra, o nível de preços sobe então aquelas importações são encorajadas e exportações desencorajadas. (WILLIAMS, 1920, p. 4).

Pode-se ver o quanto a teoria da época estava fundamentada sobre a crença do padrão ouro. Polanyi analisa o aspecto econômico da Convenção de Genebra, enquanto instrumento que busca equilíbrio de poder no período pós Primeira Grande Guerra:

Mesmo um sistema de equilíbrio-de-poder restabelecido com sucesso só trabalharia pela paz se fosse restaurado o sistema monetário internacional. Na falta de câmbios estáveis e liberdade de comércio, os governos das várias nações, como no passado, veriam a paz como um interesse menor, pelo qual lutariam apenas enquanto ela não interferisse com seus interesses maiores (POLANYI, 2000, p. 38).

A ideia era restabelecer o sistema econômico pré-1914, porém em fundações sólidas, com o objetivo de trazer paz e prosperidade. O contexto político da época é marcado pelas decisões de seus estadistas e no trecho retirado de Polanyi é explícito o quanto a época foi permeada pela crença do padrão-ouro:

O russo Sokolnikoff foi o primeiro estadista pós-guerra a restaurar o valor da moeda do seu país em termos de ouro; o social-democrata alemão Hilferding pôs seu partido em perigo ao defender ardorosamente os princípios da moeda estável; o social-democrata austríaco Otto Bauer apoiou os princípios monetários subjacentes à restauração do *Krone* tentada pelo seu implacável adversário Seipel; o socialista inglês Philip Snowden voltou-se contra o trabalhismo acreditando que a libra esterlina não estava a salvo nas suas mãos; e o Duce manteve o valor-ouro da lira em 90 gravado em pedra e afirmou que morreria em sua defesa. Seria difícil encontrar qualquer divergência a esse respeito entre os pronunciamentos de Hoover e Lênin, Churchill e Mussolini (POLANYI, 2000, p. 41).

A crença na época era de que o problema do padrão-ouro se encontrava na emissão excessiva de notas, e não necessariamente na relação entre notas e uma base fixa:

Antes da guerra o padrão ouro foi praticamente universal. Na maioria dos países era o padrão legal. Em muitos outros consequentemente foi estabelecido de fato e não de direito. Somente em alguns países como Chile e China constituem reais exceções. O surto de hostilidades causou, em muitos países, sua suspensão imediata. Moratória, suspensão de resgate de notas em ouro, restrições na

circulação doméstica e exportações de ouro operavam ao mesmo tempo uma pressão na ligação das moedas a uma base de ouro mutuamente. Esforços extenuantes através da mobilização de ouro na verdade aumentaram as reservas dos bancos centrais. Isto deu uma pronta desculpa para novas e grandes emissões monetárias. (DAVIS, 1920, p. 9).

Assim, o padrão ouro, como sistema vigente mundial, tem seu término após a Primeira Grande Guerra (nas primeiras décadas ainda aconteceram algumas tentativas em diversos países para restabelecê-lo). Analisaremos em seguida como se dá sua evolução em terras argentinas.

### 2.3.1 A recepção das ideias liberais na Argentina

Considerando que o liberalismo foi uma crença com início na década de 1820, como já colocado por Polanyi, realmente podemos dizer que chegou rapidamente à Argentina (consideramos aqui o nível tecnológico da época para a difusão de informações), uma vez que a Constituição argentina de 1853 já apresentava em seu texto, pontos em consonância com a ideologia liberal. Faremos então uma incursão na trajetória de recepção do liberalismo da Argentina e nos problemas econômicos que a envolveram. Neste subcapítulo recorro a algumas das fontes utilizadas por Prebisch, que em momentos distintos representaram influência importante em sua visão sobre a Argentina e seu lugar na economia mundial e o papel da Inglaterra como centro do capitalismo e sobre o próprio liberalismo.

Juan B. Alberti coloca, em seus estudos sobre a Constituição Argentina, a visão sobre como era defendido o mercado de trabalho,

Direito é o nome e status que a Constituição dá para a liberdade econômica, o que é de um imenso resultado, pois a liberdade, como disse Guizot, é um dom ilusório quando não é um direito exigível com a Constituição na mão. Nem a lei, nem poder algum podem arrancar da indústria argentina a liberdade constitucional. (ALBERTI, 1921, p. 26).

A liberdade econômica é posta aqui como direito máximo dentro do país, uma vez que está no texto da Carta Magna, e como colocado, nenhuma lei ou poder pode interferir

nisso. A Constituição argentina, em seu artigo 19, sanciona a liberdade do trabalho do argentino ditando que "As ações privadas dos homens, que de nenhum modo ofendam a ordem e a moral pública nem prejudiquem a um terceiro, estão só reservadas a Deus e isentas da autoridade dos magistrados" (ALBERTI, 1921, p. 28). Porém tal liberdade não é dada somente ao povo argentino, pois os estrangeiros gozam dos mesmos direitos que esses primeiros, uma vez que "Teria sido esterilizado este manancial de riqueza, supondo que o uso da liberdade econômica, mais que o da liberdade política, exige, para ser produtivo e fértil, a aptidão e inteligência que primeiramente assistem ao trabalhador estrangeiro e falta ao trabalhador argentino desta época." (ALBERTI, 1921, p. 26).

Sobre o livre comércio, Alberti (1921, p. 37) nos traz o artigo 27 da Constituição onde "O governo federal está obrigado a afiançar suas relações de paz e comércio com as potências estrangeiras, por meio de tratados que estejam em conformidade com os princípios de direito público estabelecidos nesta Constituição". A esse ponto ele declara que é uma forma de salvar a liberdade comercial e protegê-la de toda mudança reacionária. Interessante ressaltar a nota inserida por Alberti,

Em cumprimento deste artigo a Constituição, o Governo tem garantido para sempre na Confederação as liberdades de navegação e de comércio, firmando tratados para este fim com Inglaterra, França, EUA, Portugal, Sardenha, Chile, Brasil. Esses tratados são âncoras da Constituição Federal enquanto ao princípio que lhe serve de base - : a liberdade de comércio e de navegação fluvial. Ali todos os portos são fluviais (ALBERTI, 1921, p. 37)

Alberti expõe então, a crença liberal que permeia sua época quando se refere a esses tratados como um "remédio internacional" aconselhado contra o "Mal de versatibilidade de nossa democracia sul-americana, que tudo altera e destrói" (ALBERTI, 1921, p. 37); o que também demonstra a pouca fé nas instituições argentinas em contraste com o estrangeiro salvador. O período de transição entre a sanção dos Códigos Civil e Comercial, da Constituição Nacional em 1853, até a transformação de Buenos Aires em capital do país em 1880, é marcado por crises políticas e enfrentamentos entre Buenos Aires e o governo nacional. Nesse período, foi elaborado o corpo de doutrinas conhecido como "projeto de 80", com pensadores como Alberti, Mitre, Sarmiento, Avellaneda, Velez Sarsfield e outros, que combateram a Rosas, então presidente, que buscava reorganizar o país com uma ótica de signo liberal e critérios modernos. O projeto de 80 tinha três pontos fundamentais:

- A constatação de que o desenvolvimento econômico argentino só poderia basear-se na inserção do país no mercado mundial especializando-se no tipo de atividades que teriam “vantagens comparativas” (e estas eram as que permitiam utilizar o único recurso de que se dispunha em abundância e qualidade, a terra);
- a certeza de que para que dita riqueza pudesse ser aproveitada era necessário suprir duas carências básicas que havia a do capital e a de mão de obra;
- a ideia de que, para fazer possíveis ambas as coisas, era imperioso expandir a fronteira agropecuária, resolvendo o problema do “índio”, e unificar o mercado interno (RAPOPORT et al., 2000, p. 12).

Apesar de o padrão-ouro surgir na Argentina na década de 1880, “desde 1813 se vinham ditando minuciosas disposições sobre a moeda, com o fim de prover para a nova nação independente de uma moeda metálica própria, com as insígnias de sua soberania” (PREBISCH, 1922 apud JIMÉNEZ, 1968 p. 41). Em 1881, o governo argentino manda cunhar moedas de ouro na Casa da Moeda (Lei 1.1130), na mesma época retira as moedas de prata de circulação e as troca por ouro na Inglaterra. Para Prebisch “A nova lei adotava em seu primeiro artigo o padrão bimetálico, isto é, o peso ouro e o peso prata, ainda que o segundo artigo limitava a cunhagem da prata, o que simplesmente , significava instaurar o monometalismo”(PREBISCH, 1922 apud JIMÉNEZ, 1968 p. 41).

No ano de 1883, vários bancos têm reservas em ouro e prata (regime de bimetalismo) quando é sancionada a lei 1.354 que adota um sistema monometalista somente com ouro, retirando emissões que não estivessem de acordo e proibia, após seis meses, depois prorrogados a nove, as moedas estrangeiras de prata. O novo sistema opera com padrão-ouro em 22 de dezembro de 1883. Haveria então dois padrões monetários, a moeda nacional para as transações correntes e, para as transações internacionais, o ouro. A.G. Ford coloca o problema da seguinte forma “Aqui residia o problema da política monetária argentina da época: ligar ambos os padrões através de um câmbio fixo. A ele tinha a lei de 1883, para manter a paridade entre o papel, usado para transações internas, e o ouro, utilizado para transações internacionais” (JIMÉNEZ, 1968, pág 43).

Em 1885, o peso papel é declarado inconversível, pelos decretos de 9 e 15 de janeiro e ratificados pela lei 1.734 de 13 de outubro. Sobre as causas do fracasso, alguns autores citados por Jimenez (1968, p. 43) como Hansen e Pinedo consideravam a emissão excessiva, especialmente a do Banco Nacional. Outros como J. H Williams e Ford atribuíram-no ao balanço de pagamentos em função dos serviços da dívida. Prebisch em

sua obra *Anotaciones sobre nuestro medio circulante* (Anotações sobre nosso meio circulante), de 1922, afirma que,

A forte afluência de ouro produzida nestes anos excitou a imaginação de nossos estadistas... A lei de 1881 pretendeu resolver de uma só canetada o problema do circulante metálico, esquecendo a natureza do ambiente econômico do país sem poupanças acumuladas, base indispensável para a existência da moeda metálica estável (que significa separação de capitais de outros usos produtivos). (PREBISCH, 1922 apud JIMÉNEZ, 1968 p. 41).

A *Caja de Conversión* (Caixa de Conversão) foi criada em 07 de outubro de 1890 através da lei 2.471, buscava pôr um fim às emissões de moeda sem um respaldo metálico assim como à formação de um encaixe que levasse a conversibilidade do papel moeda. Buscando a independência política, foi desvinculada do Governo e era administrada por uma Diretoria de cinco membros nomeados pelo poder executivo, com cargos gratuitos de cinco anos de duração. Algumas funções da caixa eram descritas da seguinte forma nos artigos da lei

- 1º) Custodiar em suas arcas os diversos títulos e valores que garantam a moeda legal.
- 2º) Ter a seu cargo a impressão, habilitação, emissão, conversão e amortização de toda a moeda legal.
- 3º) Levantar a seu vencimento o importe das obrigações a prazo que formem parte das garantias expressas ou de delas emergjam, podendo promover todas as ações em juízo que forem necessárias a esse objeto. (JIMENEZ, 1968, p. 53).

Em 30 de agosto de 1899, o Poder Executivo envia ao congresso o projeto de Lei de Conversão, sancionado na Lei N° 3871, que ditava:

- Art. 1º: A Nação converterá toda a emissão fiduciária atual de bilhetes de curso legal em moeda nacional de ouro ao câmbio de um peso moeda nacional de curso legal por quarenta e quatro centavos de pesos moeda nacional ouro selado.
- Art. 3º: O Poder Executivo procederá a formar uma reserva metálica que se chamará “Fundo de Conversão”, destinado exclusivamente a servir de garantia a conversão da moeda papel.
- Art. 4º: Destina-se à formação do “Fundo de Conversão”:
  - 1º - Cinco por cento do imposto adicional à importação.
  - 2º - As utilidades do Banco da Nação.
  - 3º - O produto anual da liquidação do Banco Nacional, depois de pagos os gastos da administração e o serviço dos títulos e dívidas do Banco.
  - 4º - O produzido pela venda da ferrovia Andino e La Toma.
  - 5º - Os 6.967.650 pesos ouro em cédulas nacionais a ouro propriedade da Nação.
  - 6º - Os demais recursos que se destinem anualmente a este objeto no pressuposto geral (JIMÉNEZ, 1968, p. 58).



O êxito da Lei Nº 3.871 foi assegurado pelo período de prosperidade econômica que durou até o ano de 1914. Com o início da Primeira Grande Guerra, a Argentina defende suas reservas metálicas com as seguintes medidas de emergência, segundo Gondra, sancionando-se as leis:

Números 9479 e 9577, de 9 de agosto e 8 de outubro de 1914, que autorizaram a Caixa de Conversão, por intermédio do Banco da Nação Argentina, a redescontar documentos comerciais de prazo não superior a 180 dias, emitindo ao efeito os bilhetes necessários do tipo atualmente em circulação, sempre que a garantia metálica da moeda de curso legal não baixe de 40%; leis 9481 e 9506, de 9 de agosto e 30 de setembro do mesmo ano, que autorizaram ao Poder Executivo a suspender a conversão disposta pelo artigo 7 da lei nº 3871; lei 9483, de 13 de agosto do mesmo ano, que autorizou ao Poder Executivo a suspender total ou parcialmente a exportação de ouro enquanto durasse o estado de guerra (GONDRA, 1943, pag 442).

A proibição de se exportar ouro se manteve até junho de 1925 e o estado de não conversão da moeda foi prolongado até agosto do mesmo ano, quando retornou em vigência o artigo 7 da lei 3.871. “O momento era propício para o restabelecimento da conversão. O país passava por um período de grande prosperidade, como demonstravam os saldos repetidamente favoráveis do intercâmbio com o exterior, enquanto a reserva de ouro da Caixa de Conversão, por efeito daqueles, aumentava em forte proporção” (GONDRA, 1943, pag 442).

O plano político a Argentina também passava por mudanças. Gondra (1943, p. 452) afirma que em 13 de fevereiro de 1912 se sanciona a “Lei nº 8871, que instituía na República o voto secreto e obrigatório. A nova lei eleitoral foi regulamentada em 29 do mesmo.” e as eleições foram realizadas com êxito no dia 17 de abril do mesmo ano.

No que tange aos textos da época, o problema do padrão-ouro era a emissão excessiva:

Escritores argentinos têm ampla razão para suas reiteradas afirmações que a sobre emissão foi devido a extravagância, à má administração e, às vezes, por motivos que tem cores de desonestidade. Papel moeda inconvertível é apto para ser encarado por um governador sem escrúpulos, ou mesmo por um que é meramente míope, como um meio de começar algo para nada. A natureza do papel inconvertível é a de um empréstimo interno forçado. Sempre que o governo se encontra em um aperto o que mais simples do que a emissão de alguns milhões de pesos?

Uma nova emissão comprará armas para o exército, novos navios de batalha, uma nova Casa do Congresso, grandes salários para funcionários do governo. E essas coisas podem ser tidas meramente a partir de uma impressora. (WILLIAMS, 1920, p. 6).

A frase de Williams (1920, p. 8) “um dos fatores que regularam o valor do papel era a possibilidade de resgate em ouro” sintetiza bem o que era a crença na moeda com base em ouro, sua ligação com o metal precioso traria uma moeda mais estável. De acordo com o trecho acima, os escritores argentinos acreditavam que as emissões tinham origem na má administração ou desonestidade. Prebisch, após seus estudos sobre a moeda e o meio circulante na década de vinte, explana sobre como via o padrão ouro,

Então comecei a ver a vulnerabilidade do Padrão Ouro, significativa, mas sem dar me conta como podia corrigir-se. Tomava isso como um fenômeno natural, inevitável: que o excesso na expansão creditícia nos anos de prosperidade agravava o problema e, portanto, acentuava a queda. Mas não se reconhecia a influência do Balanço de Pagamentos como um fenômeno que havia que moderar de alguma forma. Porque a tese dominante, tanto antes como depois, era que o dinheiro e a taxa de juros resolviam espontaneamente o problema. Se exportasse ouro, subia a taxa de juros, isso continha a hemorragia, se atraíam fundos em curto prazo e o problema terminava. E não era assim, porque neste país quando os conselhos fracassavam ou baixavam os preços, era quando a gente tenderia a investir fora por medo das conseqüências. Em lugar de atrair o ouro, o ouro saía. Era contraproducente (PREBISCH, 2006a).

Assim a tradição liberal na Argentina permanece essencialmente a mesma, mas conforme levantado, quando se trata de falar da liberdade da mão de obra, enquanto na Inglaterra a mão de obra é tratada como aquela que produzirá nas fábricas para a venda para o exterior, na Argentina a mão de obra (estrangeira) é tida como superior e a liberdade é das fronteiras abertas para ela. Não podemos também deixar de notar como Prebisch entende a vulnerabilidade do padrão ouro como natural e inevitável no início de seus estudos, reflexo de sua formação neoclássica por certo.

## **2.4 Contexto Acadêmico Universidade Buenos Aires (UBA)**

O ensino de economia política na Argentina aparece inicialmente no programa da Faculdade de Direito da UBA, a única em fins do século XIX a incluir economia em seu currículo. A faculdade funcionava como um eixo da circulação de saberes e indivíduos,

pois professores e estudantes, não só da economia, alternavam em funções públicas de cargos eletivos, como Ministério da Fazenda – o que de certo modo legitimava sua condição de detentores do conhecimento – e tinham participação também do mundo das finanças. A cátedra de economia começa em 1822 logo após a fundação da universidade, porém até o ano de 1860 teve existência atribulada como segue no texto de Plotkin e Caravaca,

O primeiro docente titular a ser designado foi Vicente López y Planes, que não chegou, entretanto, a ocupar o cargo. Mais adiante, designou-se Pedro Agrelo – à época ministro de Governo, da Guerra e da Fazenda em Entre Rios –, que ocuparia o posto por pouco tempo, já que a cátedra foi suprimida em 1825, para ser restaurada um ano depois. O texto escolhido como material de cátedra foi *Elements of political economy* de James Mill, publicado em 1821 e pouco depois traduzido para o castelhano por Wilde (então contador da Província de Buenos Aires, autor do regime de contribuição direta na província e professor de inglês na UBA). Dalmacio Vélez Sarsfield e Juan Manuel Fernández de Agüero sucederam-se à frente do curso, até que este fosse novamente suprimido do programa de estudos em 1830, pelo governo Rosas, assim permanecendo por quase um quarto de século. Aparentemente, Vélez Sarsfield havia solicitado que se substituísse o texto de Mill pelo *Traité d'économie politique*, de Jean-Baptiste Say. Após a queda de Rosas, o curso seria reaberto em 1854. O único postulante à assunção do cargo foi o advogado piemontês Clemente Pinoli, que era na ocasião consultor legal do consulado sardo em Buenos Aires (cf. Fernández López, 2008, p. 129). Pinoli ali permaneceria até sua aposentadoria, em 1857, ano a partir do qual o curso ficaria vago – ainda que dois concursos tenham sido abertos para o preenchimento do posto. Entre 1860 e 1874, Nicolás Avellaneda e Manuel Zavaleta ocuparam sucessivamente a cátedra de economia política. Este último seria, em 1867, nomeado subsecretário da Fazenda da Nação. O texto utilizado, ao longo do período, foi o manual do liberal francês Clément Joseph Garnier, *Éléments d'économie politique* (PLOTKIN e CARAVACA, 2009, p. 89).

Em 1874, a UBA é reorganizada e o curso de economia política é incluído como parte da grade do doutorado em direito. Os docentes não se definiam como economistas, eles eram advogados que tinham que aprender de maneira rápida e sumária a disciplina que deveriam ensinar. Vicente Fidel López assume então a cátedra, ele era líder de movimento protecionista ao longo da década de setenta e contava com uma experiência maior no que tange ao ensino de economia do que seus pares. Observa-se que existem grupos interessados no protecionismo, mas após a queda do presidente Juan Manuel de Rosas, (Batalha de Caseros, 1853), “o liberalismo passa a constituir uma espécie de “sentido comum”, um mito unificador entre as elites políticas e os intelectuais argentinos e latino-americanos (cf. Hale, 1996). O cânone liberal era formado por economistas britânicos e franceses, alguns ligados ao socialismo cristão, havia também aqueles ligados ao

proteccionismo. As bases liberais não eram questionadas mesmo por aqueles que propunham alternativas ao comércio internacional. As referências utilizadas, seja por liberais ou protecionistas, eram as mesmas – ambos citavam autores franceses.

Na época, havia os que se declaravam oportunistas em relação às soluções, pregando que deveriam se adequar a cada situação. Quanto ao raciocínio do oportunismo em relação ao proteccionismo, o texto da revista “El Economista” de 1877, em nota de Plotkin e Caravaca (2009), denota bem o clima da época,

El Economista não se declara campeão de um dos princípios econômicos em luta, não é principista; já que nem adere ao sistema livre-cambista, nem às ideias protecionistas, deixando-se guiar única e exclusivamente pelas necessidades e conveniências do país que, segundo as circunstâncias, poderão exigir nesta época, ou para esta matéria, que inicialmente será talvez preferível se apoiar no sistema contrário (grifos do original) (PLOTKIN; CARAVACA, 2009, p. 103).

Vicente Fidel López, apesar de fervoroso defensor do proteccionismo, seu programa de economia fundava-se em ideais liberais, com base nos trabalhos de Henry Macleod, economista inglês, traduzido pelo francês H. Richelot. No estudo da política econômica, Fidel López introduz o historicismo, um dos fundamentos conceituais do proteccionismo, o que quer dizer que cada país tem etapas históricas diversas e o que seria adequado para um país não serviria a outro, assim sendo, os princípios da ciência não teriam aplicabilidade a todos os países. Emílio Lamarca - aluno de Fidel López, formado engenheiro de minas na Alemanha e advogado pela UBA – substitui este na cátedra de economia em meados de 1880. Por sua vez, dizia que o proteccionismo poderia ser aplicado como medida provisória em alguns casos e reconhece que o Estado deveria proteger a indústria estratégica ao país como as de armas e cereais, assim como a indústria incipiente.

O governo era visto de forma similar pelos sucessivos catedráticos, assim, para López, “o objetivo principal do governo deveria ser o fomento das populações por meio da promoção de liberdades civis e políticas, bem como o estímulo de capital, por meio das liberdades mercantis” (PLOTKIN; CARAVACA, 2009, p. 92). Lamarca assinalava que o Estado deveria ter limites à sua ação, mesmo na fixação da taxa de juros, deveria ter função muito bem definida como regular ou suavizar o conflito social, executar trabalhos públicos onde a iniciativa local e privada não chegasse.

Em 1889, da disciplina de economia política é desdobrado o curso de Economia Política e o curso de Finanças. Para Plotkin e Caravaca (2009) isso decorre da recente

situação econômica do país, que requeria cada vez mais técnicos especializados; o que explicaria, ao menos em parte, a criação da escola comercial um ano depois e, em seguida, do Instituto de Altos Estudos Comerciais, que daria lugar à *Facultad de Ciencias Económicas* (Faculdade de Ciências Econômicas), em 1913. Apesar de outros titulares terem ministrado o curso de economia anos antes, José Antonio Terry foi reconhecido como fundador dos estudos de finanças.

Nos estudos de finanças de Terry e outros economistas, a política constituía um “ruído” e implicava desordem, “os ‘governos’ (assim, no plural) são concebidos como sujeitos morais e agentes atuantes na economia, além de serem portadores de interesses próprios”, havia uma separação do próprio conceito de governo e Estado onde o segundo era visto como um representante do interesse comum ainda que transitório. Os economistas da época tinham uma visão negativa do povo como Balbin e Terry que “consideravam o ‘povo’ no registro de um ‘acúmulo de maus hábitos’, da falta de espírito de poupança, de politicagem, de emprego-mania, de delírios de grandeza, etc., que deveriam ser corrigidos pelas elites técnicas-políticas” (PLOTKIN; CARAVACA, 2009). Como também indica esse trecho, na visão dos economistas da época, o Estado estaria melhor nas mãos de uma elite de homens de Estado-científicos.

Pela grande confluência de imigrantes, buscavam-se, na Argentina, ideias que unificassem os imigrantes sob regras comuns. Esse conjunto de ideias chamava-se Nova Escola e fundia “as escolas armônica ou cooperativista (Charles Gide), a histórica (iniciada por Friedrich List e Wilhelm Roscher) e a socialista de cátedra (Adolf Wagner)” (REUNIÓN ANUAL AAEP, 2001).

Uma das reações à Escola neoclássica na Argentina foi uma “variante” vernácula do Institucionalismo que considerava endógenos os fatores: Estado e Instituições, os quais os neoclássicos consideravam exógenos à economia. Dentro do Institucionalismo havia dois tipos de orientações: socialistas que levantavam o problema da terra, cujo regime de propriedade dificultava a absorção da população crescente de imigrantes; e cooperativistas, que viam que os problemas sociais da falta de emprego e superlotação nas grandes cidades eram os oligopólios e monopólios, as formas pelas quais as indústrias se organizavam, o que poderia ser superável por reformas institucionais mesmo de via parlamentar.

Dispondo de forma sucinta, o curso de economia na Argentina em seu início tinha constituição fraca. A formação de seus professores era em outras áreas do conhecimento e os mesmos tinham pouca preparação na economia. Os materiais utilizados eram marcados predominantemente por elementos liberais e apesar da influência inglesa na economia e cultura argentina, grande parte eram traduzidos de originais franceses. Sublinhamos a relação quase tradicional entre os membros da UBA e trabalho estatal, o que nos leva a inferir que as aulas teriam um caráter mais prático nesse campo por conta da experiência dos professores.

### 2.4.1 A Economia Pura ou Neoclássica

Na *Facultad de Ciencias Económicas* em Buenos Aires, apesar de a economia ser ensinada por discípulos de Martín, Herrera e Terry (partidários da Escola Nova ou positiva e resistente à economia pura), os alunos recebiam de outras matérias as ferramentas que eram da economia pura ou neoclássica, como matemática financeira e análise matemática – derivadas e cálculo diferencial. O cânone liberal era formado por John Say, Bastiat, Courcelle, Wolowski e Adam Smith. Interessante notar que David Ricardo era apenas citado, segundo Plotkin e Caravaca (2009, p. 91), quando afirmam que a “falta de interesse neste último se deve à incompatibilidade entre sua teoria da renda e a situação das terras na Argentina.” O liberalismo no início do século na Argentina teve grande influência dos economistas italianos.

Na Itália se forma uma sociedade tácita entre Pareto e Pantaleoni no *Giornale degli Economisti* (Jornal dos Economistas), no qual o último era co-diretor e publica a primeira contribuição que “levou a Pareto para as portas de Lausanne, onde em 12 de maio de 1893, deu sua primeira aula” (REUNIÓN ANUAL AAEP, 2002, p. 1). Em 1894, Enrico Baroni se soma a eles e os seguidores de Pareto

Tiveram por quase três décadas, aportes combinados de três grandes: em 1889, os *Princípios de economia pura* de Pantaleoni (2ª ed.1894); o *Curso de Economia política* de Pareto, em dois volumes (1896-7), modificado pelo *Manual de economia política* (1906; 2ª ed 1919; versão francesa 1909; 2ª ed 1927); em 1908

os Principios de Economía Política de Barone (6ª ed 1925); e em 1916, o Tratado de sociología geral de Pareto (2ª ed 1923) (REUNIÓN ANUAL AAEP, 2002, p. 2).

A Economia Quantitativa argentina teve início com o censo nacional argentino de 1914, que trouxe uma grande quantidade de dados novos para a economia, porém, eram dados que precisavam ser analisados. Essa demanda leva à criação da cátedra de *Estadística*, com Hugo Broggi (especialista em teorias de probabilidades e fundador da estatística matemática no país) que, como titular, deu o suporte teórico avançado, Alejandro E. Bunge, que detinha conhecimento teórico empírico como chefe da *División Nacional de Estadística de la Nación* (Divisão Nacional de Estatística da Nação). Prebisch se junta a eles em 1920. Pela posição de mestres que esses pensadores desempenharam na visão inicial de Prebisch dentro da tradição liberal, faremos seguir uma pequena descrição dos mesmos.

A partir de 1904, Hugo Broggi inicia sua colaboração no *Giornale degli Economisti* com resenhas de obras de economia e dois artigos sobre “*Desocupación*” e “*Statistica investigatrice*” (Desocupação e Estatística investigativa). Em 1907, gradua-se Doutor em matemática, o que absorve seu tempo e o faz parar com as contribuições ao *Giornale degli Economisti* e, em 1909, se instala em Buenos Aires com seus diplomas em matemática, filosofia e economia, tornando-se professor de matemática na *Universidad Nacional de La Plata* (Universidade Nacional da Prata) e no Instituto de Altos Estudos Comerciais.

Fundador do Colégio Nacional Manuel Belgrano, Luis Roque Gondra era advogado, mais tarde demonstra grande devoção por Pareto, a quem López (2002), em seu artigo *Recepción del pensamiento de Pareto en Argentina* (Recepção do pensamento de Pareto na Argentina), atribui o contato e amizade com Broggi. No Instituto de Altos Estudos Comerciais, criado em 1910, a licenciatura em Economia tinha Gondra como professor de História do Comércio e Broggi como professor de Estatística, onde ambos continuam mesmo quando o Instituto dá lugar à Faculdade de Ciências Econômicas da UBA. Gondra busca em Paris o livro *Cours de Pareto* e, não o encontrando, pois estava esgotado, traduz, em 1916, o *Principi di Economia Pura* (Princípio de Economia Pura) de Pantaleoni, descrito em uma resenha na época de seu lançamento como

Um entre uma série de pequenos manuais para estudantes das ciências legais, políticas e sociais. Professa ser “uma sucinta exposição das principais definições,

dos teoremas fundamentais e das mais essenciais classificações que constituem a ciência econômica propriamente dita, ou economia pura.” Isto descreve muito corretamente o caráter geral do livro. O autor pensa que muitos trabalhos sobre o assunto são muito superficiais, e que nenhum domínio real dele é possível sem longo e paciente esforço sobre concepções e princípios básicos (ANDREWS, 1891, p. 741).

Designado em 1920 como professor titular de Economia Política, Gondra “introduz então, de maneira sistemática, os trabalhos de Walras, Marshall, Fischer, Pareto, Barone, Boninsegni, Murray, Amoroso e demais representantes da chamada escola de Lausanne” (REUNIÓN ANUAL AAEP, 2002, P. 4) . Em 1921, publica na *Revista de Ciencias Económicas* uma versão do equilíbrio econômico em uma forma mais clara que a original do *Cours* de Pareto.

Alejandro E. Bunge formou-se em engenharia elétrica em 1903 na Alemanha, cursou um ano de Engenharia e outro de Direito na UBA. Já formado, divide a prática da profissão de engenheiro com estudos econômico-sociais em Estatística em suas funções administrativas (Chefe da Divisão Estatística do Departamento Nacional do Trabalho, Diretor Nacional de Estatística da Nação, 1915) e como professor suplente de Broggi na Faculdade de Ciências Econômicas da UBA (1913), além de ser diretor de *Revista de Economía Argentina* (1918).

Bunge foi o primeiro a medir o investimento nacional na Argentina. Interessava a ele medir o que hoje chamamos de índice de preços ao consumidor (os bens imóveis adquiriam um maior valor pela alta geral de preços e Bunge, como proprietário rural, se preocupava com a tributação sobre ele), sendo o primeiro neste tipo de trabalho na América Latina. Lopez (2001, p. 163) afirma que “seu estudo é comparável ao de Gine (1914) e Stamp (1916), mas concebido com independência desses autores; as categorias de Bunge, seus métodos e resultados, foram reputados confiáveis por autoridades internacionais Josiah C. Stamp (*Jornal da Sociedade Real de Estatística*, 1919), Colin Clark (*As Condições do Progresso Econômicos*, 1940), etc”. Em 1918 Bunge publica o custo de vida na Capital Federal no lapso 1910-17, um subproduto do estudo anterior por meio do qual estima o nível geral de preços. Bunge toma dados sobre custo de vida e segue uma linha de estudos como a de Fisher, desenvolvendo um “coeficiente de corrección monetaria (1919) para a correção de aumentos adulterados”. Bunge, por esta investigação, passa a ser conhecido entre os economistas mais renomados da época: “Edwin R. A. Seligman



(Columbia), Charles Gide (Paris), Arthur L. Bowley (Londres), Irving Fisher (Yale), K. Diehl (Freiburg), Leo S. Rowe (Princeton), George H. Knibbs (Melbourne), Frank W. Tausig (Harvard) y John B. Clark (Chicago), entre outros, a quem remeteu a versão em inglês publicada na Revista do Rio da Prata em julho de 1919” (LOPEZ, 2001, p. 164). Quando Irving Fischer estava terminando seu livro *Stabilizing the dollar* (Estabilização do dólar), em 1919, responde a Bunge:

Em meus próprios escritos sobre a matéria do aumento dos preços e a depreciação da moeda tenho acentuado o fato de que a escassez não tem desempenhado de todo uma parte importante no aumento dos preços, comparada com a parte desempenhada pela inflação da moeda. Em países neutros isso foi principalmente “inflação de ouro”, devida às fortes importações de ouro em pagamento pelo abastecimento para a guerra. Na revista mensal do trabalho da sede de Estatística do Trabalho dos Estados Unidos correspondente a novembro de 1918 tenho um breve artigo descrevendo alguns casos neste país onde já está em uso um ajuste de Números Índices a fim de corrigir os salários em relação aos aumentos de preços. Estou interessado em saber de quaisquer casos onde se use atualmente um “fator de correção” em seu país. (LOPEZ, 2001, p. 164).

A investigação de Bunge foi publicamente elogiada e recomendada em 1919 pelo Decano de Ciências Econômicas, Eleodoro Lobos, que pede ao autor que aprofunde seus resultados com a ajuda dos estudantes de Ciência Econômicas, conduzindo um seminário. Bunge, em sua cátedra e em seus trabalhos, utilizava a obra de Fisher, escrita em 1911, *The Purchasing Power of Money: Its determination and relation to credit, interest and crises* (O Poder Aquisitivo da Moeda: a sua determinação e aos juros, crédito e crises).

Na Segunda Conferência Financeira Pan-americana sediada em Washington (1920), o professor R. A. Seligman apresenta um projeto recomendando os métodos de Fischer e Bunge: A Conferência [...] recomenda um estudo da praticabilidade, em todas as repúblicas americanas, do plano para estabilizar a unidade monetária, proposto pelo professor Irving Fischer dos Estados Unidos, e o projeto de estabelecer o índice de correção monetária, proposto pelo professor Alejandro E. Bunge de Argentina. (LOPEZ, 2001, p. 165). Quando retorna da Conferência, Bunge traz consigo um exemplar do livro *Stabilizing the dollar*, confiando sua resenha a Prebisch.

Bunge defendia a industrialização em lugar do livre-comércio, na época Prebisch não concordava com ele. Dizia que a economia crescera durante a guerra, mas não acreditava no apoio a “indústrias artificiais” assim como não aceitava exemplos dos

Estados Unidos ou Alemanha com grandes empresas criadas sob o amparo de proteção tarifária antes de 1914. Bunge coloca a Prebisch o caso do Canadá que introduziu em 1879 tarifas protecionistas e em 1901 detinha uma grande indústria de aço; a resposta de Prebisch é que o Canadá tinha reservas ilimitadas e acessíveis de minério de ferro de alta qualidade e para a Argentina seria mais barato continuar a importar aço, ou seja, seu argumento era que a doutrina das vantagens comparativas era válida.

## 2.4.2 Universidade e Sociedade

Os próximos trechos, retirados da ata do Terceiro Congresso de Trabalhadores da Liga Patriótica Argentina, (Buenos Aires nos dias 20, 22 e 23 de maio de 1922) nos interessam não só por ser esta ata um documento da época, ilustrando parte do pensamento político, mas também por alguns dos participantes, ou melhor, conselheiros da Liga Patriótica, como Dr. Emilio Bunge. Vemos aqui como era vista a ciência econômica por parte da sociedade argentina, assim como da própria Faculdade de Ciências Econômicas. A proposta da Liga é definida, nas palavras de abertura de seu presidente, Dr. Manuel Carlés: “Como temos proposto fazer uma grande obra inspirada na filosofia positiva do bem-estar possível, dentro do Estado regulador do equilíbrio social e baixo um governo justo, protetor dos desvalidos e precursores da fraternidade universal” (CONGRESO NACIONALISTA DE TRABAJADORES, 1922, p. 28). Certa crítica ao governo assim como uma crença na ciência podem ser notadas em trechos como: “Cientificamente, o Estado como entidade jurídica e a sociedade deviam funcionar harmonicamente no desenvolvimento das ideias modernas que tendam ao melhoramento social” (CONGRESO NACIONALISTA DE TRABAJADORES, 1922, p. 352). De caráter eminentemente positivista<sup>7</sup>, a Liga tem, em

---

<sup>7</sup> Desenvolvido por Auguste Comte, o positivismo é uma maneira de pensar baseada na suposição de que é possível observar a vida social e reunir conhecimentos confiáveis, válidos, sobre como ela funciona. Esses conhecimentos poderiam ser usados para afetar o curso da mudança e melhorar a condição humana. Comte acreditava que a vida social era governada por leis e princípios básicos que podiam ser descobertos através do uso dos métodos mais comumente associados às ciências físicas. Da forma como evoluiu desde os dias de Comte, o positivismo afirma também que a sociologia devia interessar-se apenas pelo que pode ser observado com os sentidos e que as teorias de vida social deveriam ser formuladas de forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de fatos verificáveis (JOHNSON, 1997, p. 179).

uma de suas comissões nesse congresso, na apresentação de Rodrigo Heffter, o objetivo de analisar as Universidades e o Fomento Industrial, iniciando seu estudo com a discussão de mudança na didática de ensino e a adequação do método de investigação dos cursos de seminário às faculdades, passando a explicar sobre o Curso de Economia,

Mas se de alguma Faculdade deve esperar-se e exigir-se a resolução das grandes questões nacionais, é a de Ciências Econômicas. Seu campo de ação precisa praticamente de limites. Um depois de outro, precipitadamente, quase à maneira de aluvião, os problemas econômicos e financeiros tem ido assentando-se no cenário nacional e vinculando-se a questões da mesma índole, surgidas no mais vasto cenário internacional.

Seu estudo deixa, até o presente, muito que desejar, porque nem a administração tem possibilidade de fazê-lo, nem os homens públicos, absorvidos por preocupações de outra natureza, que tanto tempo lhes rendem, se encontram em melhor disposição.

O trabalho deve ficar confiado aos grupos técnicos, vale dizer, aos alunos dirigidos por seus professores. Não só se alcança assim uma aprendizagem valiosa na manipulação dos métodos de investigação, sendo que envia ao país um acervo de fatos básicos para qualquer solução (CONGRESO NACIONALISTA DE TRABAJADORES, 1922, p. 161).

Nota-se no trecho anterior uma pequena referência aos técnicos que poderiam melhor estudar a economia do que os políticos, na verdade dividindo-os em duas categorias distintas. A importância do estrangeiro como superior ao argentino é expressa na visão política destes participantes da Liga, de como os assuntos estrangeiros eram tratados antes dos assuntos nacionais dentro do cotidiano político,

O ensino superior no país se ressentia, em geral, da influência preponderante que o estrangeiro chega, ao extremo de que não é de todo aventureira a afirmação que se fez sobre de que conhece mais os fatos da Europa do que os da Argentina.

Desta mania, da citação precisa sobre situações e antecedentes estranhos ao país não se vem livres, certamente, os homens de governo. O diário de debates de nosso Parlamento onde o estrangeiro de fala ao detalhe e onde o nosso passa inadvertido, constitui uma prova determinante do que falamos (CONGRESO NACIONALISTA DE TRABAJADORES, 1922, p. 162).

O que explica em parte o caráter nacionalista da organização e o direcionamento da Comissão de Assuntos Econômicos na busca de “dedicar a investigação dos fatos nacionais um máximo de atenção, se é que se deseja chegar a fazer efetiva e íntima a vinculação do país com a Universidade. Em uma palavra: Tem que começar a se fazer ciência argentina, baseada em fatos e de soluções argentinas” (CONGRESO NACIONALISTA DE TRABAJADORES, 1922, p. 162). Sendo assim, o estrangeiro que no início do desenvolvimento do Estado argentino era visto, pelo conhecimento que detinha, como

figura importante e superior ao nacional, agora se encontra na posição de elemento prejudicial na busca da identidade nacional do argentino.

Primeiramente nesse capítulo, buscou-se delinear a tradição predominante na época, a saber, a crença no padrão-ouro e no liberalismo, e sua recepção na Argentina. Buscou-se, assim, demonstrar como a mesma estava presente nos estudos da UBA em décadas de influência das escolas inglesa e francesa nos programas didáticos e entre seus professores. Nesta última seção nos aprofundamos em como essa influência foi transmitida pelos mestres de Prebisch para acabar fazendo parte de seu sistema de crenças, juntamente com suas experiências pessoais.

## **CAPITULO 3 – VIDA E OBRA DE PREBISCH**

### **3.1 A vida de Prebisch**

Raul Prebisch nasce em 17 de abril de 1901, na cidade San Miguel de Tucumán, no interior da Argentina, era o sexto filho de Don Albin Prebisch, alemão naturalizado argentino e de Dona Rosa Linares Uriburi de Prebisch, filha de Don Segundo Linares e Sansetenea, ex-ministro do Governo de Salta e Senador Nacional. Prebisch estuda o primário e secundário no “Colégio dos Curas”, porém cursa o último ano do secundário foi no Colégio Nacional de Jujuy. Em 1918 vai a Buenos Aires onde começa seus estudos na Faculdade de Ciências Econômicas, mora com sua tia Dona Luisa Uriburu, cuja casa era o paradeiro de todos os sobrinhos netos. Após a morte da tia, em 1920, vai morar em uma pensão. O historiador David Pollock coloca que a sua vocação para a carreira pública teria várias fontes, uma delas porque Prebisch rechaçava os militares. Sua educação como estudante de Economia se dá no período de turbulência pós-guerra de 1918 a 1921; não teria grandes possibilidades de entrar na política uma vez que tinha a desconfiança da oligarquia, o casamento também não seria a porta de entrada, uma vez que se casa com Adela Moll (em 1933), que detinha uma posição distante da elite de Buenos Aires e seus parentes ricos se recusavam a convidá-los a suas casas. Sobre sua vida universitária, o contexto de Buenos Aires era da instabilidade pós Primeira Guerra Mundial, ele “estudou o marxismo no contexto da Revolução Bolchevique e o rejeitou por motivos econômicos e políticos (DOSMAN, 2006, p. 14).

Seus estudos universitários são realizados entre 1918 e 1922, e nem sempre o ambiente universitário realizou suas expectativas como ele mesmo diz em entrevista:

Decidimos não ir mais para as aulas do Dr. (Luis Roque) Gondra, que era professor de História Econômica, a classe inteira decidiu não ir por inspiração nossa, porque eram aulas muito chatas. Uma vez passou metade da aula escrevendo na lousa o peso e as multas das moedas de ouro do Império Romano. Com tantas coisas interessantes na história econômica, perder o tempo nisso não valia a pena (PREBISCH, 2006a).

Alguns professores, como o Dr. Mauricio Nirenstein, que Prebisch define como um homem de grande cultura, mas que suas aulas, apesar de agradáveis não tinham profundidade porque era um diletante, acabou por levar Prebisch a travar contato com a obra de Enrico Barone, economista italiano que Prebisch define como “um paretiano, pois expunha de forma muito simples o equilíbrio geral” (PREBISCH, 2006a). Realiza, ainda, a tradução dos trabalhos de John H. Willians onde trava contato, segundo Conde (2001, p. 83), com “as ideias de Taussig sobre os ciclos econômicos e ajustes do balanço de pagamentos com movimento de capitais lhe sugerirem a ideia de analisar os ciclos argentinos e os mecanismos não previstos na teoria corrente sobre comércio internacional”. Comenta em 1921, a Conferência Econômica Internacional realizada em Bruxelas no ano anterior, cujo tema era a “reconstrução” da economia européia pós Primeira Guerra. Dos vários pontos de vista, se identifica mais com Gide, Bruins e Pigou – para os quais não é suficiente equilibrar as finanças públicas e controlar a inflação; divergindo da opinião de Pantaleoni, que propõe como solução a restauração do *laissez-faire*. Não adiantariam em nada os esforços se não houvesse uma reconstrução e desenvolvimento das forças produtivas mediante um “melhor aproveitamento dos fatores de produtivos, a redução do consumo a fim de aumentar a acumulação de capital, a remoção das travas ao comércio, o aumento da cooperação internacional, e a integração dos esforços no interior de cada nação para afrontar melhor essas grandes dificuldades econômicas, sociais e políticas.” (GURRIERI, 2001, p. 71). Naquele momento, a economia argentina não necessitava de reconstrução ou desenvolvimento como a Europa (o valor de suas exportações havia quintuplicado nas últimas duas décadas), o que faz com que Prebisch não tome as ideias da Conferência como ponto de partida para seu pensamento. Ao analisar o padrão primário exportador percebe dois problemas principais: a desigualdade econômica que é dada porque “Os frutos do rápido crescimento argentino baseado na exportação de produtos primários não se distribuem de maneira equitativa devido, sobretudo, que a propriedade da terra está concentrada em um pequeno grupo de latifundiários.” (GURRIERI, 2001, p. 72) e a vulnerabilidade externa – “Que surge do fato elemental de que o dinamismo das atividades primário-exportadoras requer o impulso da demanda externa e dos capitais externos; as flutuações destes fatores provocam ciclos de crescimento e crise” (GURRIERI, 2001, p. 72).

Escreve seu primeiro artigo *¿Salarios a oro?* (Salários a ouro), em 1921, faz uma crítica sobre a causa da depreciação da moeda com a posição de que se deveria considerar o papel das flutuações no balanço de pagamentos provocadas pelos fatores externos. Em entrevista a Mallorquín (2006) coloca que “essa era a obsessão do Dr. Justo, que acreditava na livre troca e no padrão-ouro. Eu lhe disse que isso é uma barbaridade porque o ouro também havia se desvalorizado no mundo” (PREBISCH, 2006a). Pelo estudo histórico das flutuações cíclicas da economia argentina, analisa que a entrada de empréstimos e investimentos externos estimula a economia local devido às oportunidades de investimento e enriquecimento e ao aumento dos gastos do governo; implica um crescimento “artificial” e os investimentos produtivos dão lugar aos especulativos e à irresponsabilidade, seguido por um sentimento de confiança dos agentes econômicos. Inicia-se o déficit do balanço de pagamentos pelo aumento desproporcional das importações e serviços, e outras saídas do ativo, causando diminuição de reservas e depreciação do peso, diminuição do encaixe bancário, restrição do crédito interno e desaceleração da economia. A diminuição das reservas reduz o circulante e o crédito seguido pela liquidação de ativos e diminuição das importações. Este último faz possível obter saldos comerciais favoráveis, permitindo cancelar dívidas e reativar a economia, com novo ambiente de confiança atraindo capitais externos e dando começo a um novo período ascendente. Sobre esse período, faz uma observação anos depois

Nesses artigos fiz um esforço para interpretar com meus próprios olhos e não com teoria econômica elaborada desde fora os fenômenos da realidade. Atribuí grande importância ao balanço de pagamentos... Comecei a entender a vulnerabilidade externa da Argentina nesse momento. Isto ocorreu durante 1921 a 1923 (PREBISCH apud GURRIERI, 2001, p. 69).

Torna-se professor de Economia Política em 1923, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Buenos Aires, onde permanece até 1948. Paralelamente ao emprego na faculdade, começa a trabalhar na *Oficina de la Sociedad Rural* (Sede da Sociedade Rural), de onde é expulso ao comentar o problema do controle de mercado pelos frigoríferos para o então deputado Matías Sánchez Sorondo, o qual não compreende e denuncia Prebisch às autoridades da *Sociedad Rural*, que não eram as mesmas que o haviam contratado inicialmente. Após 1924, ocupa cargos na *Subdirección del Instituto de Estadística Nacional* (Subdireção do Instituto de Estatística Nacional), e, a

partir de 1927, da *Oficina de Investigaciones e Información del Banco de la Nación Argentina* (Sede de Investigações e Informação do Banco da Nação Argentina). Dedicava grande esforço para elaboração e recopilação de dados estatísticos, o que permite descrições pormenorizadas da conjuntura econômica, o que até então, como Prebisch coloca, não eram um primor da exatidão

Vou me lembrando de que uma vez uma Doutora Sachelo escreveu um comentário incrível dizendo: os dados de população demonstram que a proporção de pessoas que morrem entre 65 e 70 anos é menor do que as que morrem entre os 40 e 50 anos. Não se pode relacionar a taxa de mortalidade desse setor. Isto te dá uma ideia da pobreza que reinava nas estatísticas de população (PREBISCH, 2006a).

Em meados de 1928, começa a redução da entrada de capitais em parte pela queda dos preços dos produtos exportados em virtude da diminuição da demanda dos países industriais e em função da alta das taxas de juros pela Receita Federal, preocupada com a expansão do crédito destinado a especulação. Isso obriga o governo argentino a pagar seus débitos mediante a saída de ouro. Prebisch avalia a deterioração relativa dos preços de bens primários em relação aos industriais afirmando que esta seria causada porque a inelasticidade da oferta agropecuária não permite que esta acompanhe a queda da oferta externa.

Até meados de 1930, Prebisch sustenta que esses fenômenos são manifestações próprias de outro descenso cíclico, entre muitos da economia argentina. Prebisch expõe o clima da época na Argentina,

Bom, tem que ter em conta que **eu ainda era um neoclássico**. O déficit do pressuposto era sério, com os critérios dessa época. Hoje seria um déficit insignificante. Então a mim tocou a duríssima e antipática tarefa de cortar os gastos.

Foi uma redução de 10% nos soldos da administração e um corte drástico dos gastos. A situação monetária era muito precária. O Banco da Nação tinha o clering em suas mãos e os depósitos dos bancos no clearing eram superiores a tudo que existia em caixa no Banco da Nação. Assim, o Banco da Nação estava correndo o gravíssimo problema de uma situação de liquidez. Não teria dinheiro. Então decidimos recorrer a uma velha Lei de Redesconto, pela qual a Caixa de Conversão poderia redescontar papeis emergentes de operações comerciais. Nestes anos, todas as pessoas com mais de 50 anos tinha horror à inflação, tanto o Dr. Pérez como Don Enrique Uriburu, o General Uriburu. Todos lembravam os abusos inflacionários de 90, a queda dos bancos oficiais. Uma crise muito forte. Tinham horror à inflação (PREBISCH, 2006a).



Em 1931, como *Subsecretario de Hacienda*, deve contribuir e formular e aplicar políticas para enfrentar a crise e, contando com a condução política de Frederico Pinedo, o grupo da fazenda elabora um programa para reativar a economia argentina que se pode dizer um misto de medidas ortodoxas (diminuição do gasto público, aumento de impostos e diminuição do crédito) com medidas heterodoxas, onde: autoriza operação de redescontos para melhorar a situação dos bancos e seus credores; eleva deveres para contrabalancear o balanço de pagamentos e reduzir o déficit fiscal; controla o câmbio para defender o valor do peso em relação ao ouro; introduz o imposto de renda para melhorar a arrecadação fiscal. Entre 1929 e 1933 os preços dos produtos agropecuários se reduziram quase a metade em pesos e a menos de um terço em ouro.

Em Genebra foi montada a comissão preparatória da Conferência Econômica e Monetária Mundial que seria realizada pela Liga das Nações. A nomeação de Prebisch pelo governo argentino foi realizada por solicitação do Banco de la Nación e ele parte para a Europa no dia 25 de outubro de 1932, logo após uma cerimônia rápida de casamento (não partiria em viagem sem Adelita). Uma vez lá, logo percebeu a diferença de pensamentos, uma vez que a Liga ainda permanecia como um bastião da ortodoxia do livre comércio.

Inicialmente otimista com sua participação, percebe que a verdadeira moeda era o poder, com dois grupos distintos dentro de uma hierarquia com os países industriais ao topo (identificados por sua participação no conselho permanente da Liga, inclusive os Estados Unidos, estes nem mesmo membros) e os países agrícolas e produtores de matéria prima na base. Prebisch comenta sua participação na Conferência e em seu comitê preparatório

Da América Latina fui o único. Haviam me convidado simplesmente por convidar alguém, para que não se diga que isso era um assunto dos países grandes. Não nos deram nenhuma explicação. Em absoluto. Socialmente sim; muito cordiais, mas todas as conversas eram feitas entre os grandes (PREBISCH, 2006a).

Os resultados da Conferência foram reconhecidamente débeis e escassos e tanto nas discussões durante a própria Conferência quando, como Rodríguez (2009, p.69) coloca, nos tempos precederam não foi possível “observar o menor vislumbre de consideração pelos problemas próprios das economias primário-exportadoras, cujas características estruturais as colocam em clara situação de desvantagem” (RODRÍGUES, 2009, p. 69). Com data de retorno à Buenos Aires em 31 de janeiro, recebe uma mensagem do governo para

permanecer na Europa até o mês de agosto e se juntar ao Vice Presidente Julio Argentino Roca em uma missão de negociação que mais tarde entraria para a história argentina como a missão Roca-Runciman, cujo resultado traz a Grã-Bretanha fazendo valer seu poder econômico para regular o intercâmbio com Argentina de acordo com seus interesses, o que lhe causa forte impressão negativa.

Retornando à Argentina como *Subsecretario de Hacienda*, a vida lhe reservava uma triste surpresa. Um dos melhores amigos de Prebisch era Augusto Bunge, irmão mais velho de Alejandro Bunge - fundador da sociologia empírica na Argentina, formado em medicina e se dedicava à saúde pública e à política. Socialista, representante das esquerdas argentinas foi eleito consecutivamente por cinco vezes como “deputado federal pelo Partido Socialista Argentino entre 1916 e 1936. Editava o jornal *La Hora*, do partido, bem o jornal diário *Crítica*, influente em Buenos Aires, sendo um dos maiores críticos da política social e trabalhista de Yrigoyen” (DOSMAN, 2011, p. 55). Amigos desde o início dos anos vinte tal amizade se manifestava nos frequentes encontros aos domingos, na casa de Bunge para discutir política, laço estreitado com Prebisch sendo padrinho de seu filho Mario Bunge.

Em uma tomada de posições em 1934, onde as decisões políticas afetam a vida pessoal, Augusto Bunge diz a Prebisch que este é um instrumento da oligarquia e que deveria se afastar de suas funções no governo. A posição de Prebisch era de que nem a esquerda nem a direita poderiam dar uma alternativa à Concordância e que ele estaria a frente de uma elite modernizante em uma instituição que ele mesmo criara para contrabalancear os fracassos políticos da Concordância e não se afastaria agora. A amizade acaba nesse dia, abraçando seu afilhado em um adeus, diz “Não sou um político, Mariucho”, disse Raúl. “Sou um tecnocrata e acredito na tecnocracia. Os técnicos são politicamente neutros” (DOSMAN, 2011, p. 121).

Torna-se Diretor Geral do Banco Central Argentino em 1935, permanecendo no cargo até 18 de outubro de 1943, quando é despedido do Banco Central<sup>8</sup>. Busca então apoio financeiro para a investigação e redação de um livro com o título *La moneda y el ritmo de la actividad económica* (A moeda e o ritmo da atividade econômica), porém, os editores argentinos recusam sua proposta, mesmo assim Prebisch mantém seus planos enquanto dava aulas na faculdade. Em 1949, é convidado a escrever um artigo enfocando a realidade

---

<sup>8</sup> Nossa pesquisa levou a reservarmos uma seção para tratar do assunto, devido à importância do fato.

econômica da América Latina, apresentado na Conferência em Havana e ao fim da apresentação, como o próprio Prebisch coloca em uma entrevista anos depois:

David Owen, a quem conheci em Havana, se impressionou tanto que se aproximou antes do final da Conferência e me disse: “Raúl, já não posso oferecer o posto de Secretário Executivo porque o tem Martínez Cabañas. Mas posso nomeá-lo Diretor de Investigações com um soldo de consultor equivalente ao dele e com plena independência intelectual.” Eu lhe respondi: “Davi, está disposto a aceitar três condições? Primeiro, o que significa independência intelectual para mim? Não receber instruções nem da Sede nem de Cabañas sobre as ideias que eu ponha no papel. Devo assumir minha própria responsabilidade (PREBISCH apud POLLOCK; KERNER; LOVE, 2001, p. 11).

Entre 1950 e 1963, foi Secretário Executivo da CEPAL, cujos primeiros estudos “caracterizaram a América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior” (SANDRONI, 1999, p. 90). Seu início não foi livre de atribulações, a posição dos EUA era que a CEPAL deveria se fundir com o Conselho Econômico e Social da OEA (Organização dos Estados Americanos) alegando haver uma duplicação de funções. A Assembléia da ONU em 1949 deu um prazo de três anos para se provar válida, o que é conseguido através da liderança de Prebisch e de sua posição de que nestes primeiros anos eram necessários melhores levantamentos estatísticos e econômicos da América Latina. Na sessão de Montevideu em 1950 é apresentada a segunda *Investigación económica* abordando México, Brasil, Chile e Argentina; e o “Decálogo Econômico” que afirmava, em essência, “que os governos latino-americanos deveriam adotar metas de desenvolvimento, com uma ordem de prioridades para sua realização, e identificar políticas específicas para intensificar as taxas de crescimento e superar obstáculos” (DOSMAN, 2011, p. 301). O texto foi amplamente aceito na América Latina, porém a CEPAL somente pode ter como certa sua existência na quarta sessão, na cidade do México – ainda com reservas dos Estados Unidos.

Os anos 50 tiveram a presença do macartismo – cruzada anticomunista do senador americano Joseph McCarthy nos EUA, caçando comunistas infiltrados no Departamento de Estado atinge também os órgãos da ONU. A liderança de Prebisch na CEPAL a transformou em um oásis para economistas de esquerda, ele “também angariou a lealdade da equipe da Cepal ao livrá-la do procedimento usual na sede da ONU, onde os antecedentes pessoais tinham de obter aprovação prévia dos norte-americanos (DOSMAN, 2011, P. 305).

Prebisch dizia que nunca mais trabalharia para um governo militar, mas em 1955 é chamado pela *Revolución Libertadora* para assessorar o governo argentino. A *Revolución* do general Lonardi havia deposto Juan Domingo Perón e, para Prebisch seria um “caso especial”, pois estariam agindo como um baluarte constitucional para o povo. Prebisch retorna a Argentina e lhe oferecem um ministério, mas Prebisch prefere solicitar uma licença sem vencimentos da CEPAL e não aceita o cargo (na realidade segue os conselhos de seu amigo Ernesto Malacortto) passando a exercer o cargo de assessor econômico especial do presidente. A pressão política por resultados dá a Prebisch apenas duas semanas para apresentar um relatório, mais tarde chamado de “Plano Prebisch” e tem um tom lúgubre, entre outras coisas, comparando Buenos Aires a Berlim destruída no pós-guerra e diz ser a pior crise da história argentina. O relatório causa descrença e Raúl sofre vários ataques da imprensa, porém seu cargo estava seguro. Em novembro, com o clima político mais ameno ele viaja para visitar Montevidéu e nesse ínterim há um novo golpe militar pelo General Aramburu<sup>9</sup>. Contrariando os conselhos dos amigos, Prebisch retorna à Argentina e faz oposição à política de “portas abertas” para empresas petrolíferas estrangeiras e diz ao Presidente Aramburu: “Não dê concessões. Trate de firmar contratos de serviços com as companhias” (PREBISCH apud POLLOCK; KERNER; LOVE, 2001, p. 18).

As duas partes seguintes do plano tinham um tom mais ameno com a proposta de

Um programa de austeridade com reformas liberais: corte de pessoal e de orçamento, privatização de empresas estatais ineficientes, como a Aerolineas Argentinas, redução de gastos públicos, redução do déficit, retirada de controles de preços, desvalorização e liberação da taxa de câmbio para combater empresas ineficientes, reforma tributária para aumentar a receita e evitar evasão, redução da inflação, fomento da produção agrícola e das exportações, com a criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agrária, investimento imediato no setor petrolífero, principalmente em dutos, e na indústria pesada como aço, atração de capital estrangeiro, exceto no setor petrolífero, e ingresso no FMI (DOSMAN, 2011, p. 355).

Basicamente era um pacote para ajuste estrutural ortodoxo em uma tentativa de se afastar da versão peronista de capitalismo de Estado que legou um Estado inchado e o setor privado ineficiente. O presidente Aramburu inicialmente não tomou providências ao receber os relatórios e quando os mesmos foram divulgados Prebisch estava em viagem. Ao retornar a Buenos Aires em 23 de janeiro nota que o Plano de Recuperação Econômica

---

<sup>9</sup> Pedro Eugenio Aramburu (1903-1970), Presidente de la Argentina en 1955-1958.

ainda não tinha o endosso total do governo e gerou uma onda de ataques tanto da direita quanto da esquerda. A situação econômica se deteriorou com aumento da inflação e demandas por aumentos de salários e causa um aumento do poder político e do prestígio de Perón que ainda se encontrava no exílio.

Em fevereiro o cargo de assessor é extinto e Prebisch deixa de ter acesso a Aramburu e o apoio dos dois últimos ministros que estavam do seu lado. Seu prestígio na Argentina tinha acabado e a imagem de seu plano era de que

O apoio à desvalorização e a vinculação dos salários à produtividade ofendiam a classe trabalhadora. A promoção da agricultura era considerada uma capitulação à oligarquia. Entrar para o FMI era sujeitar-se ao imperialismo. Os interesses financeiros resistiam à reforma tributária, proprietários de terras vetavam a reforma agrária e o setor privado queria menos governo, mas mais proteção. Nem os militares nem o Partido Radical aceitariam os custos políticos desse ajuste estrutural (DOSMAN, 2011, p. 362).

Esse período turbulento de retorno à Argentina explicita seu amor pelo país, porém o sonho de voltar para casa em um futuro próximo havia acabado. O retorno a Santiago era de um homem taciturno, sem animação. Mesmo a CEPAL precisava mudar, a fase dos estudos e levantamentos estatísticos havia acabado, era preciso de uma nova direção. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, o Mercado Comum Europeu estava dando frutos, apontando uma nova direção ao mundo e uma resposta à CEPAL.

A nova orientação da CEPAL era para a criação de um mercado comum latino-americano, porém enfrenta sérias barreiras do GATT e dos EUA, que apesar de terem aceitado a criação do mercado comum europeu, onde concederam exceções sobre política agrícola e comércio privilegiado com as ex-colônias. Inicialmente levado por Thomas Mann secretário adjunto de Estado para assuntos latino-americanos, que alegava que o mercado comum latino-americano causaria distorção de mercado e seria protecionista descumprindo a resolução XXIV do GATT. Mann foi seguido posteriormente por Wyndham-White do GATT e pelo FMI. O que mata realmente o projeto foi a oposição de Arturo Frondizi, presidente argentino que havia reaberto seu país ao investimento internacional. O resultado desse embate acaba por ser a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) no tratado de Montevideu em fevereiro de 1960, na verdade uma rejeição da CEPAL como líder. Após tanto trabalho, foi um anticlímax para Prebisch. Após toda essa luta, Prebisch estava desgastado por dez anos a frente da CEPAL,

uma instituição onde não via mais alma. Com grandes avanços é verdade, tinha um nicho na ONU e apresentava estatísticas confiáveis da região. Porém perdera sua marca especial – já não tinha o monopólio de um novo pensamento na América Latina. A resposta para seu dilema veio de Paul G. Hoffman, administrador do Fundo Especial da ONU, com a ideia de criar o ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social) que teria sede no próprio prédio da CEPAL de forma que Prebisch não perderia contato. Para Prebisch a meta agora era “converter o ILPES na principal usina de ideias inovadoras sobre desenvolvimento da América Latina” (DOSMAN, 2011, p. 425).

Com a eleição de John Kennedy para presidente dos EUA em 1960, todo o discurso norte-americano para a América Latina muda. As relações diplomáticas parecem se estreitar e é lançada a campanha “aliança para o progresso” que prometia uma iniciativa comparável ao Plano Marshall para a Europa. Prebisch é chamado para fazer parte do painel de especialistas, que faria análises de planos nacionais de países que necessitariam de investimentos da aliança, porém com propostas concisas de desenvolvimento. A iniciativa perde força quando a Argentina, que havia entrado em uma recessão, solicita financiamento norte americano – demanda que Washington concorda em função da “ameaça comunista”. Esse fato retira toda razão de ser do painel. Porque um país se submeteria à análise pelo painel se era mais fácil conseguir financiamento através de uma suposta ameaça à sua segurança? O discurso dos EUA se mostra sem fundamentos,

Desiludido após esse fracasso latino-americano, Prebisch é convidado a assistir a Assembléia Geral da ONU no Cairo em 1962 veio para buscar uma mudança nas relações de poder, nessa época a relação entre Europa, EUA e Japão estava fortalecida pela criação da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Ainda assim o encontro no Cairo reuniu trinta e seis países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina que buscavam influenciar o debate sobre comércio e desenvolvimento – seu potencial impressiona Prebisch. Semanas após a conferência, o Conselho Econômico e Social concorda sobre a necessidade de criação da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas) e Wladek Malinowski indica Prebisch para sua liderança, como secretário geral. Como Secretário-geral da Conferência de Genebra, a I UNCTAD promovida pela ONU em 1964, para assuntos de Comércio e Desenvolvimento e auxilia no nascimento do G-77 – grupo de países em desenvolvimento com objetivo de promover os interesses econômicos

de seus países membros (atualmente o grupo conta com 130 países). O grande desafio nessa época foi o fato de tentar realizar negociações dentro da UNCTAD, mas os países desenvolvidos aceitavam somente as regras já estabelecidas com o GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que via de regra lhes dava vantagem.

Em meados de 1963, já após a segunda conferência da UNCTAD, se tonou nítido que esta se tornaria apenas mais um órgão consultivo e sem influência verdadeira. Prebisch sabia que ela não seria como um Banco Mundial ou FMI, mas que deveria ser “o principal centro mundial de pesquisa e de ideias sobre comércio e desenvolvimento e um fórum para negociações globais no âmbito da ONU” (DOSMAN, 2011, P. 500). Em 1965 a conferência é transformada em órgão permanente, a UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), o qual dirige até 1968.

Quando se afastou da CEPAL em 1962 passou a dirigir o ILPES do qual se distancia por ter que ir morar em Nova York para trabalhar na UNCTAD e pelo tempo que esta lhe tomava. Ao sair da UNCTAD luta para manter o ILPES aberto, porém não consegue uma vez que seu distanciamento do instituto faz perder credibilidade, e seu financiamento, em grande parte vindo do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), é reduzido provocando cortes e o retorno do instituto para a estrutura da CEPAL. Em janeiro de 1972, um Prebisch já cansado da burocracia, pede demissão de seu cargo. Funda em 1976, a Revista CEPAL que publica artigos relacionados ao desenvolvimento econômico, político, social e ambiental latino-americano, essa publicação substitui o *Boletín económico de América Latina*, que circulou desde 1956.

A guerra das Malvinas entre Inglaterra e Argentina em 1982, deixa os militares argentinos incapazes de continuar no governo, com eleições em 1983 sobe ao poder Raul Alfonsín do Partido Radical. Muitos membros do partido conheciam Prebisch ou por terem sido seus alunos ou por terem trabalhado na CEPAL. Alfonsín, em viagem a Washington, conversa com Prebisch, pois a situação no país significava “lidar com 400% de inflação anual, uma dívida de US\$ 46 bilhões e uma contração econômica de 4,3% desde 1980” (DOSMAN, 2011, p. 557). Em 30 de outubro de 1983 Prebisch é convidado por Alfonsín

para retornar à Argentina, trabalharia dentro do Banco Central, mas se reportaria diretamente ao presidente.

Prebisch insiste no controle sobre a inflação e redução do déficit, mesmo que fossem medidas politicamente difíceis. O presidente logo aceitou um substancial aumento de salário ao setor público com a desaprovação de Prebisch. Ao passo que o Partido Radical escolhia a via da “inflação moderada”, Prebisch argumentava que uma ação decisiva no início do seria aceito pela opinião pública para vencer o desafio de uma estabilização bem-sucedida. Em março de 1984, Prebisch, com poderes especiais, vai ao FMI negociar a dívida argentina e consegue um acordo favorável com o retorno da Argentina às linhas de crédito do FMI, segundo Dosman (2011, p. 561), “com um cronograma de pagamentos de juros e do principal mais generoso que o normal, sobre uma dívida externa de US\$ 46 bilhões”. Quando as notícias do acordo chegam à Argentina, uma corrente de críticas cai sobre Prebisch, acusado de “vender a Argentina ao imperialismo ocidental e de negociar um importante acordo de Estado como assessor não eleito, pelas costas do Congresso” (DOSMAN, 2011, p. 562). Mesmo com as críticas sobre Prebisch, Bernardo Grinspun, o Ministro da Economia, e Alfonsín sabiam que precisavam dele na diplomacia regional sobre a crise da dívida. Sendo assim, Prebisch retorna no verão de 1984, para negociar com o FMI. Porém, a credibilidade de Grinspun foi diminuindo com o fracasso do programa e o aumento da espiral inflacionária: “na posse de Alfonsín, ela estava no patamar de 402% ao ano; pulou para 449% em março e chegou a 713,4% no final do ano” (DOSMAN, 2011, p. 563). Em fevereiro de 1985 Bernardo Grinspun é afastado, a inflação sobe para quatro dígitos e Prebisch tem enormes diferenças com o novo ministro. Em 14 de maio, é relatado pela embaixada americana que ele havia pedido demissão.

Em 1986 Prebisch vai Otawa para uma conferência organizada por David Pollock maravilhando os alunos que ouviram seu ataque ao capitalismo imitativo, de lá parte para a Cidade do México para um discurso pela CEPAL, partindo então para a cidade de El Maqui no Chile. Falece no dia 18 de abril de 1986.

A vida de Prebisch, em grande parte, foi uma luta, não diremos aqui de Davi contra Golias, pois também ele foi um gigante em seu caminho. Contra o centro do capitalismo, seu pulso foi o de conciliador, e seus atos não eram de antiamericanismo, pois acreditava na necessidade de seu apoio. Vivenciou as consequências de duas Grandes Guerras assim



como crises mundiais, viu a queda de um império e o surgimento de outro. Como pensador criou uma escola e foi sua linha de frente. Quando morre em Santiago do Chile, tendo visto o mundo, sonhava com a própria pátria. Nas palavras de Pollock,

A essência de Raúl Prebisch era, em síntese, o não contentar-se meramente com entender o mundo; senão antes fixar metas mais altas, buscando continuamente novos caminhos e meios para melhorá-lo (DOSMAN, 2006, p.20).

### 3.2 ¿Salarios a Oro?

Escrito em 1921, o artigo *¿Salarios a Oro?* foi motivado pelo fato de que Raul Prebisch pretendia entrar para o Partido Socialista e por isso se aproxima do Dr. Augusto Bunge que conhece através de um companheiro de faculdade, Luis de Francesco. Como o próprio Prebisch escreve sobre o partido

Mas o que mais atraia no Partido Socialista era o nível intelectual e a capacidade jurídica dos homens desse partido. [...] Todos homens de um grande valor. Isso é o que atraia. Foram os primeiros que levaram problemas econômicos ao Congresso: o problema da inflação; do comércio internacional foram tratados de forma sistemática na Câmara dos Deputados (PREBISCH, 2006a).

Após conhecer Augusto Bunge seus domingos se tornaram ricos encontros na casa daquele com discussões sobre os acontecimentos da época como a Revolução Russa e a ascensão de Mussolini. Prebisch diz a Bunge que estava em desacordo com algumas das teses do Partido Socialista, no caso o pagamento de salários em ouro para combater a alta do custo de vida. Bunge lhe pede que escreva um artigo na revista *La Hora*, que este dirigia. O texto não foi muito bem recebido dentro do Partido Socialista. O Dr. Juan B. Justo, membro do partido leva o assunto para o Conselho Diretivo, e “reprovou ao Dr. Bunge por publicar um artigo de um juvenzinho que não era filiado ao Partido” (PREBISCH, 2006b). O ato faz com que Prebisch rasgue os formulários para o ingresso ao partido não pense mais em se afiliar a nenhum partido.

O texto é iniciado com uma exposição da realidade dos trabalhadores e também inserindo o objeto de sua atenção,

Se os preços dos artigos que o trabalhador consome sobem, o salário que recebe já não tem o mesmo poder aquisitivo que teria antes: este terá diminuído em proporção inversa a subida dos preços. O que em outros termos nos diz que ainda que os salários nominais sejam os mesmos, os salários reais terão baixado tanto quanto a moeda com que são pagos tenha depreciado. Quais são as causas desta depreciação da moeda, que motiva por sua vez o encarecimento da vida? (PREBISCH, 2006b).

De forma a ilustrar o debate proposto, o artigo cita o jornal *La Nacion* de 13 de setembro que expressa um informe provisório de um estudo sobre a questão da depreciação dos salários reais “que o aumento dos preços se deve mais a uma expansão da moeda que a

redução da produção” (PREBISCH, 2006b). Sobre essa questão o *La Vanguardia* de 14 de setembro dá uma resposta aos trabalhadores argentinos, recomendando “A exigência de seus salários em ouro, com o fim de contra arrestar a depreciação de nossa moeda e combater desta maneira, a carestia da vida” (PREBISCH, 2006b). Em relação a discussão exposta entre as matérias dos jornais, Prebisch coloca sua posição dizendo que “não participamos desta ideia porque cremos na sua ineficácia para chegar ao objeto que se propõe, e em troca sugerimos a discussão de um procedimento que está fazendo rápidos progressos, na Inglaterra e nos Estados Unidos” (PREBISCH, 2006b). Sobre isso, Gurrieri (2001, p. 73) diz que Prebisch, ao criticar Justo, “Apoiou-se na investigação de Williams (1920) sobre as flutuações monetárias na Argentina, cuja leitura teve nele uma influência perdurável já que lhe serviu de orientação tanto por suas ideias quanto pelo método de investigação utilizado”.

O livro de Williams, *Argentine International Trade Under Inconvertible Paper Money 1880-1900*, conta com dados fornecidos pelo governo argentino como se observa nos agradecimentos à Bunge, na época no cargo de Diretor Geral de Estatística, pela valiosa assistência na coleta de materiais de reconhecimento. O fato da coleta de dados ter o apoio de um dos mestres de Prebisch por certo reforça suas crenças na análise e de Williams. Uma análise na qual, após levantar alguns fatores (já expostos aqui em páginas anteriores), coloca que os preços domésticos expressos em ouro são, na realidade, um reflexo dos preços internacionais. Como diz em seu texto, ele espera demonstrar que esse fator merece ser classificado como um determinante principal, porém coordenadamente com a quantidade de papel emitido e movimentos de longo prazo do prêmio em ouro. Sua análise abaixo expõe um pequeno esquema de balança comercial, de forma a explicitar o mecanismo de transferência:

Para o exportador, atua como uma recompensa; para o importador, como um custo adicional. O resultado é encorajar exportações e diminuir importações. Esses efeitos do papel depreciado nas trocas internacionais crescem para fora do fato de que os preços de commodities, e especialmente daquelas commodities que entram nas trocas estrangeiras, são mais sensíveis às flutuações no valor das moedas do que são salários, rendas e outros custos de produção. Para levar o caso de preços de exportações: os preços em Buenos Aires de trigo, lã, e outras exportações são reflexos dos preços internacionais desses produtos. Buenos Aires não fixa os preços internacionais, a produção argentina é muito pequena para controlar o mercado mundial. O preço de Buenos Aires é o preço internacional, menos custo de transporte para o mercado consumidor internacional. O preço

internacional é um preço em ouro, o preço argentino é um papel moeda reflexo daquele preço (WILLIAMS, 1920, p. 174).

A crença de Williams em preços internacionais expressos através do balanço de pagamentos pode ser observada nas palavras de Prebisch,

Mas o fato é ainda que o mesmo ouro tenha se depreciado em todo o mundo, é bem certo que em nosso país esta depreciação é maior pelas restrições impostas a livre circulação internacional do mesmo. Segundo os versados nestas matérias, o fechamento da Caixa de Conversão, ao suspender a entrega de ouro por bilhetes, haveria traído a depreciação real do peso nacional, ainda que seu contravalor em ouro permaneça intacto (PREBISCH, 2006b).

Neste trecho, Prebisch expressa um aspecto da tradição liberal sobre a liberdade de trocas, onde o livre comércio é fonte de maior riqueza de um país. Lembrando que, no comércio mundial, a Argentina é colocada como um país que não fixa os preços internacionais, mas um tomador de preços – que Prebisch reconhecerá futuramente como apêndice (na visão dos países desenvolvidos durante a Conferência das Nações) e por fim cristalizado no conceito de periferia dentro da tradição estruturalista.

Prebisch se refere à afirmação de Adam Smith sobre o trigo ser uma medida mais estável do que o ouro, já que “Este havia observado que os preços médios do trigo, durante um período de vários anos, oscilavam menos que o poder aquisitivo do ouro; e é por isso que proponho este cereal como medida dos valores para contratos a longo prazo” (PREBISCH, 2006b). Na verdade reproduz o discurso liberal sobre a crença no ouro, no sentido colocado por Poliany (2000) onde o ouro é tido como medida de valor sem uma maior reflexão. O estudo de Smith se dá na observação de que

No 18º ano do reinado de Isabel foi decretado que 1/3 da renda de todos os arrendamentos de terras feitos por Universidades fosse reservado em trigo, e que essa renda fosse paga em espécie ou em conformidade com os preços correntes do trigo no mercado público mais próximo. Ora, segundo o Dr. Blasckstone, o dinheiro proveniente dessa renda em trigo, embora originalmente constituísse apenas 1/3 do total, na época atual representa quase o dobro do que provém dos outros 2/3. Segundo esse cálculo, portanto, as antigas rendas em dinheiro das Universidades ficaram reduzidas mais ou menos a 1/4 de seu antigo valor, ou seja, valem hoje apenas pouco mais de 1/4 da quantidade de trigo que valiam antigamente (SMITH, 1996, p. 91).

De onde Smith (1996, p. 91), conclui que “quantidades iguais de trabalho são compradas com maior precisão, em um futuro distante, com quantidades iguais de trigo — a subsistência do trabalhador — do que com quantidades iguais de ouro ou de prata, ou

talvez com quantidades iguais de qualquer outra mercadoria”. Porém, mais adiante ainda em sua obra a *Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith busca delinear a teoria do valor trabalho, na qual desenvolve um diálogo não afirmando que o trigo ou o ouro eram as melhores medidas, mas sim o trabalho que representavam como conclui no trecho:

Fica, pois, evidente que o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão através do qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares. Não se pode estimar o valor real de mercadorias diferentes de um século para outro, pelas quantidades de prata pelas quais foram compradas. Não podemos estimar esse valor, de um ano para outro, com base nas quantidades de trigo. Pelas quantidades de trabalho podemos, com a máxima exatidão, calcular esse valor, tanto de um século para outro como de um ano para outro. De um século para outro, o trigo é uma medida melhor do que a prata, pois de século para século quantidades iguais de trigo poderão pagar a mesma quantidade de trabalho com maior precisão do que quantidades iguais de prata. De um ano para outro, ao contrário, a prata é uma medida melhor, já que quantidades iguais de prata podem pagar com maior precisão a mesma quantidade de trabalho (SMITH, 1996, p. 93).

A teoria do valor trabalho delineada inicialmente por Adam Smith foi discutida posteriormente por David Ricardo e por Karl Marx. Em seu artigo, Prebisch não faz referência ao trabalho representado na moeda, apesar de estar discutindo o valor dos salários representado em ouro. Considerando a linha de pensamento de seus tutores paretianos, citados anteriormente, encontramos a posição de Pareto onde,

A afirmação de que o valor é trabalho cristalizado não era outra coisa senão a expressão do sentimento de mal-estar que sentiam certos elementos superiores da nova aristocracia, forçados que eram a permanecer nas camadas inferiores. Em consequência, é um fato inteiramente natural que, à medida que chegam às camadas superiores, seus sentimentos mudem e, em consequência, mude também seu modo de expressão (PARETO, 1996, p. 331).

É mais plausível pensarmos que o jovem Prebisch segue a Pareto em sua premissa (considerando a influência de seus mestres) do que simplesmente dizer que ele achou desnecessário citar a teoria do valor trabalho?

Outra de suas fontes de estudo, o economista americano Irving Fischer, traz em seu livro *Stabilizing the Dollar* uma defesa do padrão ouro, descrevendo os motivos de sua adoção e porque não pode ser abandonado,

Ouro é preferido porque é imperecível, facilmente divisível, facilmente portátil e facilmente vendável.

E esses são precisamente os atributos que levaram à seleção do ouro, e não, como algumas pessoas erroneamente assumem qualquer atributo de estabilidade.

De toda forma, então, o que nos permite manter o metal ouro para os bons atributos é – portabilidade, durabilidade, divisibilidade, vendabilidade – mas deixe nos corrigir sua instabilidade, de modo que um dólar disso comprará em todos os tempos aproximadamente a composição de uma cesta cheia de bens. Sob o plano proposto somente o ouro dólar, devidamente corrigido, deve ser realmente tratado. Os bens-dólar é meramente uma ficção em termos do que podemos estatisticamente testar e corrigir no ouro dólar (FISCHER, 1920, p. 88).

Para Fischer, o ouro basicamente é aceito por sua praticidade no uso e não refletir alguma estabilidade. Já Williams, em seu trabalho, busca apresentar o fator que afeta o valor do ouro, fator este coordenado com a quantidade de papel moeda emitida:

Este fator é o balanço de pagamentos internacionais. Papel moeda inconvertível circula livremente dentro da Argentina: mas para transações externas era sem valor. O estrangeiro precisa ser pago em algum dinheiro que possa fazer uso, algum dinheiro de cujo valor ele possa ter certeza. Ele precisa ser pago em ouro, ou letras de câmbio representando ouro. Aquele balanço internacional de pagamentos que tem alguma relação para o valor do papel inconvertível parece ser indicado pelo fato de que a extensão da depreciação de papel é habitualmente, e com acuracidade aproximada, afirmado pelos meios de uma comparação do papel com ouro. Em outras palavras, nos expressamos os valores da moeda doméstica pela comparação com padrão-ouro de transações internacionais (WILLIAMS, 1920, p. 9).

Assim, para Williams, o significado do valor do ouro está ligado à forma como expressa as transações internacionais. E, se o ouro é expressão última do ouro internacional, caso os salários forem expressos em ouro ainda assim perderiam valor da mesma forma. A intenção de Prebisch no artigo, ao que nos parece é indicar que o valor do ouro local, como representa a movimentação da economia externa, realmente não resolverá o problema da inflação.

Uma vez terminada sua análise sobre desvalorização do ouro, a segunda parte de seu artigo Prebisch trata de uma alternativa para evitar a desvalorização dos salários, “É o que se vem obtendo com muito bons resultados em diversos estados da União Americana e na Inglaterra. Consiste o procedimento em ajustar automaticamente os salários ao custo de vida, baseando-se nas variações do Número Indicador (Número de Indexador Salarial) (PREBISCH, 2006b). Quando se refere a uma sugestão com bons resultados em outros países, não faz alusão nesse momento às diferenças entre a Argentina e eles, ainda que seus exemplos: EUA e Inglaterra, justamente os centros do imperialismo (tanto o império que

terminava quanto o que se iniciava). Posteriormente, com as mudanças em sua rede de crenças, suas análises darão atenção a esse fato.

No trecho “o Número Indicador é um dado estatístico por meio do qual se chega a determinar de uma maneira clara e compreensível as variações dos preços de um ou vários artigos entre duas épocas diferentes” (PREBISCH, 2006b). Prebisch espelha sua formação estatística e a fé nos dados dessa área. Fischer apresenta a lógica do funcionamento dos número índices:

Os preços de vários artigos geralmente não se movem juntos, mas espalhados ou dispersos como fragmentos de uma concha quebrada. No entanto, há sempre um movimento médio definido, apenas porque há um caminho definido do centro de gravidade dos fragmentos da concha.

A fim de esquematizar o movimento médio de preços nós devemos primeiro ter algum meio para medi-lo. Uma medida muito simples tem sido planejada, chamada de “Index Number” (FISCHER, 1920, p. 88).

Na conclusão de seu livro, Fischer reitera o papel para o número índice na tradição do padrão-ouro, quando trata do plano para estabilizar o dólar enquanto expressão de valor em ouro, enumerando os passos:

(1) criação de uma com mercadoria padrão para substituir o padrão de um mero metal, (2) empregar um número índice para esta finalidade, (3) corrigindo um padrão de moeda de metal (a. g. prata pelo padrão ouro) através de uma relação de escalonamento para outro padrão.

Esses são precisamente a essência do plano para estabilizar o dólar.

Não há, portanto, elemento algum de inovação contido no plano para estabilizar o dólar. A única inovação é combinar previamente elementos testados dentro de um todo completo. Ao mesmo tempo nós reteremos nosso ouro tradicional como a moeda fundamental e não faremos mudanças visíveis no dinheiro em uso (FISCHER, 1920, p. 285).

Prebisch cita ainda dois fatos recentes na Argentina sobre o uso dos Números Indicadores. Uma colocação de Alejandro E. Bunge na Conferência Financeira Panamericana em Washington (1920) com o uso de “um coeficiente de correção da moeda e uma de suas aplicações consistia no ajuste dos salários; este coeficiente se baseia nos Números Índices” (PREBISCH, 2006b). Outro fato é a alusão do Dr. Justo, que com o propósito de uma discussão sobre lei orçamentária na câmara, coloca uma proposta que seria apresentada no Congresso Socialista de Viena em 1914 a qual consistia “na correção dos salários, valendo-se dos Números Índices investigados pelas cooperativas” (PREBISCH, 2006b). O artigo é encerrado com a discordância:

Acreditamos que a proposta do pagamento dos salários em ouro não estabilizaria os salários reais e, portanto, deixaria sem solução a questão da carestia de vida; em troca, o procedimento largamente descrito tem em seu apoio a teoria sã e os bons resultados, de sua aplicação prática (PREBISCH, 2006b).

O que, como já colocado anteriormente, não teve uma boa recepção, uma vez que questionava as ideias de Justo. Optamos por inserir aqui a biografia de Juan B. Justo para demonstrar sua importância política na sociedade argentina, assim como dentro do partido, de forma a dimensionar a recepção do artigo na ocasião. Justo não era apenas um membro, foi um dos fundadores do Partido Socialista e também seu mentor filosófico até sua morte, em 1928. Médico, nasceu na província de Buenos Aires, assim como muitos outros dirigentes do Partido. Comprometido com várias atividades políticas, funda cooperativas e publica uma variedade de escritos, seu trabalho mais ambicioso foi *Teoría y práctica de la historia* (1909). Grande conhecedor da obra de Marx, Justo observava “que ele ‘se tornou um socialista sem ter lido Marx,’ e decidiu embarcar nessa laboriosa tarefa de traduzir o primeiro livro do Capital” (BRAUN, 2008, p. 572). Fundou o *La Vanguardia* em 1894 juntamente com três imigrantes: um alemão e dois espanhóis, seu objetivo era ser um jornal científico socialista e defender a classe trabalhadora, inicialmente semanal, torna-se diário em 1905. Muito bem recebido na Segunda Internacional, em 1889, Justo participa, ainda, das reuniões socialistas em Copenhague, em 1910, e em Bern (como vice-presidente) e Amsterdam, em 1919, defende uma posição moderada, em linha com revisionistas como Bernstein e os não-marxistas como Jean Jaurès.<sup>10</sup> Após o Congresso de Bern, a Internacional Socialista o convida a fazer um estudo *The high Cost of living* (O Alto Custo de Vida) para o Congresso de Viena, em 1914, o qual não ocorre em virtude da Grande Guerra. Candidato pela primeira vez em 1896, quando da fundação do Partido Socialista, chegou a servir ao Congresso em 1912, como membro do Parlamento, num total de três vezes até 1924 e como senador após esse ano. Dentro do Partido Socialista Independente deixa um discípulo de suas ideias, Frederico Pinedo, economista designado Ministro da Fazenda em 1933.

---

<sup>10</sup> Questões de estratégia e tática socialista e a polêmica em torno da participação na Primeira Guerra Mundial conduziram o movimento socialista marxista a uma cisão: de um lado os seguidores do revisionismo, que defendiam a construção do socialismo por meio de reformas sociais e cujos principais representantes foram Eduard Bernstein e Karl Kautski; de outro, os adeptos de Lênin e Rosa Luxemburgo, defensores da revolução e da ditadura do proletariado como momentos necessários para a construção do socialismo. (SANDRONI, 1999, p.567)



Justo é colocado por Braun (2008, p. 574) como um defensor da livre troca e da relação dela com a paz, escrevendo repetidamente sobre o assunto, tema liberal dos tempos de Adam Smith e David Ricardo. Justo (1925 apud BRAUN, 2008, p. 577), como socialista que era, acreditava que “um saudável padrão ouro ou um papel em paridade com ouro precisa também ser uma demanda internacional dos trabalhadores, acima de todos os países como aqueles na América do Sul onde a degradação da moeda permanece um dos caminhos preferidos para aumentar a exploração dos trabalhadores”. Em seu pensamento sobre questões monetárias, ele associava outro aspecto liberal para o padrão de vida da classe trabalhadora. Segundo Braun (2008, p. 577): “Ele percebeu que a expansão monetária poderia beneficiar homens de negócio e aliviar uma “endividada classe média” e uma “burguesia nascente”, mas reduziria salários reais pelo aumento de preços para bens importados e “aqueles produzidos para exportação venderiam a altos preços em pesos papel.” Sobre seu conhecimento das teorias do salário, apresenta os pontos de vista de Petty, Smith, Mandeville, Malthus, Thorold Rogers e Schmoller. Mas observa mais de perto o pensamento de Von Thünen,

Quem “combina, da melhor maneira, os dois fatores fundamentais dos salários.” Será recordado que, segundo este notável economista, o “salário natural” era a média geométrica entre o salário mínimo de subsistência de um trabalhador e sua média de produtividade familiar (BRAUN, 2008, p. 577).

O pensamento de Justo mostra pouca paciência com os economistas neoclássicos, criticando-os com o mesmo argumento que utilizava para corrigir ou adicionar nuances à Marx:

Presumindo trabalho juntamente com todos os outros bens – e tão enrolado em si mesmo na legião de anti-economistas que se erguem para hoje reprovar a economia por seu materialismo, é “economicismo,” é reducionismo, é vã pretensão para medir o imensurável, e é ofuscação antes da “sórdida arte de acumulação” (BRAUN, 2008, p. 577)

A biografia de Justo denota o seu prestígio como pensador na Argentina e no exterior nos deixando claro não só a figura do representante, mas de líder de um pensamento. Enquanto objeto histórico o valor significado direto foi sua desistência da participação política onde, segundo Dosman (2011, p. 57), “rasgou o formulário de ingresso e nunca mais pensou em se filiar a um partido.” Visto deste ponto, a situação deixada pelo ato do artigo pode ter desencadeado boa parte de sua postura de tecnocrata.

Sobre a estrutura do artigo, ele se inicia com uma exposição sucinta do problema seguida pelos pontos de discussão que lhe deram origem na sociedade. Ele refuta a hipótese de salários em ouro para em seguida oferecer uma alternativa sob o signo de números índice. O significado do enunciado de Prebisch pode ser resgatado a representação de suas intenções de buscar maior sistematização para o país, apresentando um novo instrumento econômico. Podemos dizer que há uma busca pela excelência técnica, uma vez que para a introdução de números índices seria necessária também toda uma melhora da base técnica nacional. Refletindo o sentimento de querer contribuir e fazer parte do desenvolvimento de seu país. O número índice, ao “automatizar” as variações salariais com a inflação, de certo modo coloca de lado o aspecto político do reajuste, ou seja, as negociações diminuiriam a participação de intermediários entre patrões e trabalhadores, afinal se os mesmos fossem reajustados dessa forma, não seriam tão necessários os sindicatos ou partidos políticos representando os trabalhadores. Interessante notar que a forma de inserir os números índice que regulariam o valor dos salários, deixariam de fora o aspecto político das negociações salariais, afinal se os mesmos fossem reajustados dessa forma, não seriam necessários sindicatos ou partidos políticos representando os trabalhadores.

### **3.3 Notas e Dilemas da Década de 1930**

Essa seção foi desenvolvida em função do que representou a Crise de 29 e a Grande Depressão, período dos anos 1929 até 1933, dentro do pensamento econômico assim como do pensamento de Prebisch, como afirmado por Rodríguez (2009, p. 72):

Diz-se, com razão, que “as primeiras doutrinas e convicções econômicas de Prebisch emergem da experiência de um dirigente do banco central enfrentando problemas monetários e de importações de muito difícil solução” (Love, 1977, p. 15). As tendências e os fatos econômicos negativos, as dificuldades nas negociações internacionais, o desenho e a aplicação de novas políticas, bem como a criação da institucionalidade requerida para implementá-las são aspectos importantes dessa experiência, cuja descrição foi feita prioritariamente com base no comportamento da economia argentina durante o período 1930-1945 (RODRÍGUEZ, 2009, p. 72).

Certos historiadores datam o início da crise em meados de 1925, com uma crise de superprodução agrária, já que a agricultura mundial teria sido estimulada para suprir a Europa em seu processo de reconstrução pós-guerra. A partir desse ano os países europeus já não compram a mesma quantidade de produtos agrícolas e com a superprodução não vendida, o setor agrário não consegue pagar os empréstimos ao setor financeiro americano, o que leva este à queda da bolsa em 1929, na chamada Quinta-Feira Negra (24/10/1929), em um momento de plena prosperidade econômica e de grande especulação na Bolsa. Foram jogados 70 milhões de títulos no mercado sem uma contrapartida da demanda. A partir de então a desconfiança espalhou-se para os outros setores da economia atingindo a produção, com a queda da renda nacional houve uma retração na demanda, aumento dos estoques e queda dos preços. Com a paralisia geral das atividades econômicas, sucederam-se as falências e milhões de desempregados, quando a crise espalha-se para a Europa, países da África, Ásia e América Latina, o número de desempregados chega a 30 milhões. A essa instância o padrão-ouro é abandonado (em 1935 era mantido apenas por Bélgica, França, Holanda, Polônia e Suíça), assim como outros princípios da tradição liberal – se inicia então a era das concepções de intervenção estatal. Keynes reflete o pensamento da época quanto à quebra da tradição vigente,

Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência (KEYNES, 1983, p. 15).

Com foco na Argentina, vemos que em 1924, com a volta da prosperidade e uma melhoria persistente após 1926, há o retorno ao padrão-ouro. Com a valorização do peso papel, a conversão é estabelecida através de um decreto em 25 de agosto de 1927 (a Grã-Bretanha retornou ao padrão-ouro no mesmo ano). Enquanto isso o governo incorre em crescentes déficits fiscais e o Banco da Reserva Federal de Nova York aumenta a taxa de juros, atraindo capitais para aquele país, também afetando a Argentina. Por esses fatores, a Argentina sofre “uma perda de 426 milhões de pesos ouro selado entre julho de 1928 e fins de 1929. A pressão que estas saídas exercem sobre a Caixa de Conversão induz ao governo

a fechá-la em 16 de dezembro de 1929” (JIMENEZ, 1968, p. 72). Prebisch descreve como a situação dos bancos foi presenciada por ele:

O Banco de La Nación tinha boa parte de seu capital e reservas perdidas. O Banco Español do Rio de la Plata tinha perdido mais do seu capital e reservas, se mal me recordo, e até a terceira parte de seus depósitos, porque as más operações, operações de favor político, que o Banco de la Nación não se animava a fazer, as mandava ao Banco Espanõl e como dependia o Banco Español do redesconto do Banco de la Nación, pois aí colocavam todo o crédito ruim, além das consequências da crise. O Banco El Hogar Argentino, cujo Presidente era Don Norberto Piñero, homem honrado, se queixou de mim porque aí descobrimos que teria capital e reservas totalmente perdidas. O Banco Argentino Uruguayo, enfim, foi outro desastre. A mediocridade das pessoas depois desse período de brilho na Casa Tornquist era impressionante. Custou-me fazê-los compreender que para sanear a Casa haveria que retirar todo o pesado e mandá-lo ao Instituto e seguir trabalhando como Casa Financeira e não como banco. Essa foi a base do saneamento (PREBISCH, 2006a).

A situação financeira argentina era péssima e segundo alguns historiadores, Prebisch foi essencial para a superação desta fase. Haveria um momento que ainda marcaria tanto a história nacional quanto a sua historia pessoal, o tratado Roca-Runciman.

### 3.3.1 Tratado Roca-Runciman

O nome do tratado realizado em 1933 se deve a seus dois principais contendores: Julio Argentino Roca, vice-presidente argentino e Walter Runciman, presidente da Junta de Comércio da Inglaterra. Em fins da década de vinte a diminuição do dinamismo das relações econômicas entre Argentina e Grã Bretanha, gera a manifestação dos setores argentinos mais tradicionais para que o seu governo encontre uma solução. Em 1929 se realiza o primeiro convênio bilateral com a Inglaterra, em uma missão com Lord D'Abernon a frente se firma um crédito recíproco de 100 milhões de pesos ouro para compra de material ferroviário pela Argentina, em troca de carnes e cereais. A Inglaterra tencionava recuperar certas indústrias britânicas que sofriam com a concorrência livre com outras empresas estrangeiras e bens substitutos como automóveis. O tratado “Não significava um aumento das exportações argentinas, mas um com comércio “atado” a compra de produtos ingleses” (RAPOPORT, 2000, p. 232). Porém com o golpe de Estado

em 1930<sup>11</sup>, o tratado, aprovado pelo Congresso, não teve vigência. Em 1932, na Conferência de Ottawa os países do *Commonwealth* solicitaram um retorno ao sistema “Protecionista de “preferências imperiais” afim de defender-se da crise. Isto significava para o Reino Unido, abandonar os princípios do “livre-cambismo” pelos quais havia brigado desde meados do século XIX.” (RAPOPORT, 2000, p. 233) (a Inglaterra comprometeria seu consumo em carnes da Austrália e Nova Zelândia em detrimento da Argentina).

A depressão mundial afetou diretamente o setor pecuário, com uma redução em mais de 25% nas exportações de carne. A Argentina estava fazendo um controle de câmbio e como consequência disso as empresas britânicas não conseguiram enviar seus lucros para a Inglaterra. Por uma pressão da *Sociedad Rural Argentina* para uma ação diplomática de ajuda ao setor em relação ao mercado inglês, foi enviada uma missão a Londres em 1933. Segundo Prebisch, “a grande preocupação que levávamos era evitar novos cortes na exportação de carnes” (PREBISCH, 2006a). Por seu lado, na Argentina discutiu-se evitar maiores custos assim como novos cortes, buscando uma garantia de certa estabilidade para suas exportações. A Inglaterra pediu como reciprocidade a redução de alguns direitos de aduana, o que foi realizado moderadamente e não era uma preocupação, pois segundo Prebisch, a Argentina já teria seu controle de câmbios e a redução não os preocupava.

Na Europa desde outubro de 1932, Prebisch se junta à missão na Inglaterra chefiada pelo vice-presidente Julio A. Roca. Em fevereiro Prebisch o auxilia em uma bem sucedida negociação da dívida argentina, onde a missão obtém um esquema de amortização em 21 anos conseguindo evitar prêmios de risco. As negociações bilaterais com Runciman se iniciam em 12 de abril onde Prebisch atua primeiramente como especialista e depois como secretário *de facto*. Runciman, de acordo com Dosman (2011, p. 109) “estava de péssimo humor depois dos golpes que tinha levado em Ottawa durante a Conferência Econômica Imperial em meados de 1932” onde a delegação inglesa imaginou que faria uma negociação fácil com os australianos e canadenses e encontra duros negociadores assim como são acusados de imperialistas cuja estupidez causou 66 mil mortos e 250 mil feridos ao Canadá

---

<sup>11</sup> Golpe do General Uriburu em 6 de setembro, inicialmente sem apoio da maior parte das outras unidades militares marchou para a Plaza de Mayo onde dezenas de milhares de pessoas o saudaram em uma espontânea aclamação pública. Tal recepção civil venceu a relutância dos outros militares.

durante a Primeira Grande Guerra. Em sua entrevista, Prebisch coloca suas impressões sobre o imperialismo britânico durante o tratado:

Inglaterra queria impor-nos um “clearing” porque os preocupava enormemente, com toda razão, este problema que também nos preocupava: é que tínhamos um saldo positivo com a Inglaterra e o empregávamos para comprar dos Estados Unidos, que gravava carnes, que gravava trigo... De maneira que ao dar as permissões de câmbio nós começamos a desviar, por nosso próprio interesse, porque víamos a reação britânica. Parecia-nos que o justo era tratar de desviá-la! Isso também se atribuiu ao imperialismo britânico, que nos forçava a ele. Sir Otto Niemeyer estava indignado pela ideia britânica do “clearing”. Isto se fez sem formalidade. Não houve um tratado de compensação, senão um entendimento com Grã Bretanha. O mesmo fizemos com os alemães, com os italianos, com os franceses. Todo mundo disse: isto é o imperialismo britânico, mas não o imperialismo dos outros. Era o recrudescimento, não o recrudescimento, o surgimento do bilateralismo em todo o mundo (PREBISCH, 2006a).

Anunciada no dia primeiro de maio, a minuta do Tratado reflete as políticas internacionais no que diz respeito às relações hierárquicas de poder entre os países,

Enquanto a Inglaterra garantia a compra de uma quantidade de carne equivalente às vendas de 1932 (exceto em circunstâncias imprevistas) e prometia não aumentar as tarifas sobre o trigo, a Argentina aceitava várias condições: redução de tarifas sobre produtos industriais ingleses, tratamento benevolente a investimentos ingleses, preferência por máquinas e veículos ingleses, pagamento de dívidas argentinas a credores ingleses em libras esterlinas e reserva de 85% do comércio de carne com a Inglaterra para empresas embaladoras de propriedade de ingleses em Buenos Aires (DOSMAN, 2011, p. 110).

As vantagens inglesas eram imensas e mesmo assim sua imprensa denunciou o tratado como ruim. Na Argentina, mesmo antes da assinatura oficial do tratado em 27 de setembro, os oposicionistas lançaram mão de várias críticas na imprensa e os membros da equipe de negociação foram recebidos com calúnias e tratados por “lacaio da oligarquia, traidores da honra nacional e cínicos que, por dinheiro, queriam converter o país no “sexto domínio” inglês” (DOSMAN, 2011, p. 129). Prebisch, ausente por quase um ano, estava isolado da cena política e não esperava tal ataque. Argumentou que uma administração sólida juntamente com a força inerente da Argentina permitiria uma rápida recuperação se houvesse tempo para respirar mediante um acordo com a Inglaterra. E que depois poderiam encontrar uma forma de ignorar o tratado, algo que os próprios ingleses fariam em condições semelhantes. O Tratado Roca-Runciman se converteu no acordo internacional mais detestado da história do país, recebido com críticas tanto do congresso como do público em geral.

### 3.3.2 Direção do Banco Central

Em 1935, tendo Frederico Pinedo como Ministro da Fazenda, foi fundado o Banco Central. Nos projetos anteriores (em 1917 e 1924) propunha-se a criação de um banco sobre a base da *Caja de Conversión*, porém não foram implementados. Para a realização deste projeto foi chamado o inglês Sir Otto Niemeyer, que tinha como antecedente passagens no *Comité Financiero de la Sociedad de las Naciones*, no Banco da Inglaterra, no Banco Internacional de Ajustes da Basilea e em missões cumpridas na Austrália, Áustria, Brasil, Egito e Grécia. Niemeyer, em dois meses, publicou um informe e um projeto de criação de um banco de reserva e outro sobre regime bancário, porém, o banco implantado não é o projeto inglês, mas o de Prebisch. Este ansiava pela forma como a estrutura de poder funcionava na Inglaterra onde o Banco Central detinha “o verdadeiro poder, acima dos partidos, uma âncora estável, capaz de garantir a continuidade das ações do Estado. Protegido pela tradição mais do que pelas leis, sua posição o tornava politicamente intocável (DOSMAN, 2011, p. 115). Com diferenças importantes o Banco Central é criado como entidade mista com um capital inicial de 30 milhões de pesos dos quais o Governo subscreve 10 milhões (o projeto de Niemeyer propunha um banco privado). O Banco Central se converteu no único instituto emissor, substituindo a Caixa de Conversão nessas funções, com a diferença de poder creditar em conta corrente seu montante aos bancos, já a Caixa só podia emitir moeda contra entradas em ouro. Algumas diferenças entre o projeto de Niemeyer e a Lei 12.155 são levantadas por Jimenez,

a) A Ley 12.155 criou a Inspeção de Bancos enquanto que no projeto de Niemeyer só se exigia aos bancos apresentar seus balanço ao Banco Central. b) A lei não permite a posse de mais de 20% de divisas na reserva monetária e destes só 10% era computável para o encaixe legal; no projeto não existiam essas limitações. c) No projeto de Niemeyer se estabelecia a elevação da taxa de redesconto quando a reserva monetária fosse inferior a 33% do circulante; a lei não reconheceu essa exigência. d) O projeto de Niemeyer requeria duas assinaturas nos documentos para o redesconto; para a lei bastou um só assinatura (mais a do banco que redescontava). e) Controle de câmbios e Fundo de Divisas são ignorados pelo projeto de Niemeyer e foram implantados por esse conjunto de leis (JIMENEZ, 1968, p. 91).

O presidente e o vice-presidente deveriam ser argentinos, ter reconhecida experiência bancária, eleitos pelo Poder Executivo com o acordo do Senado e dentro dos

termos aprovados pela assembléia de Bancos Acionistas. Tinham mandados de sete anos podendo ser reeleitos. Inicialmente o nome de Prebisch foi proposto por Piñedo para a presidência do banco, mas o general Justo o considerou jovem demais e se opôs, (estava então, com 34 anos). Prebisch “considerava-se insuficientemente reconhecido na Argentina para exercer esse alto cargo, cujas funções eram *pro forma* e honoríficas. Adequava-se melhor à função de gerente geral, que controlaria a política e a administração” (DOSMAN, 2011, p. 126). A postura de Prebisch na direção do novo Banco Central argentino era como se fosse um militar com seus técnicos sempre em ternos formais e os funcionários de apoio, devidamente uniformizados. No tocante a arrumação e limpeza, ele mesmo verificava todos os escritórios sobre a limpeza e arrumação. Através de uma liderança intelectual e exigindo respeito e lealdade, criou o mais eficaz quadro de administradores da história argentina:

Ciente de seu papel crucial na economia e orgulhosa de ocupar uma posição de elite no governo, a equipe se aglutinou ainda mais em torno de um chefe que redigia pessoalmente os relatórios e a última versão de cada Relatório Anual. Com forte embasamento analítico e ancorados em ampla pesquisa, eram documentos sérios e bem escritos sobre as perspectivas econômicas da Argentina. Apesar de resultarem de um esforço de equipe, Prebisch acompanhava sua preparação e os submetia a uma revisão de texto profissional para garantir uma prosa fluida (DOSMAN, 2011, p. 128).

Afora o trabalho no banco, sua única saída durante a semana era para ir à Faculdade de Ciências Econômicas, onde lecionava a disciplina sobre ciclos econômicos internacionais. “As aulas representavam um intervalo na pesada carga de trabalho, uma oportunidade de testar novas ideias em ambiente acadêmico e a possibilidade de encontrar novos talentos para o banco” (DOSMAN, 2011, p. 128). A meta de Prebisch foi criar uma instituição com uma elite modernizadora e com nível de qualidade internacional. Teriam vínculos com o alto escalão dos ministérios importantes, ocupando uma posição central na tomada de decisões na economia nacional ao mesmo tempo em que seria intocável politicamente. Em suma, o Banco Central Argentino se tornou a materialização do sonho de Prebisch sobre uma elite tecnocrata no comando da economia.

A década de trinta foi marcada por movimentos financeiros, por parte do Banco Central, que foram respostas acertadas à Depressão

Quando as eleições de 1938 se aproximaram, o Banco Central já era o núcleo do sistema financeiro argentino. Em 1936 seus poderes no mercado aberto haviam sido expandidos com o direito de negociar títulos do Tesouro no valor de até 100



milhões de pesos e, no ano seguinte, certificados de ouro e de moeda estrangeira. Para enfrentar o *boom* de 1937, Raúl conseguiu orquestrar uma política anticíclica com a qual deve ter sonhado em 1921, mas que nunca considerou viável até a criação do banco (DOSMAN, 2011, p. 135).

Nessa época, desde seu retorno de Londres em 1933, a cada medida apresentada, Prebisch fazia declarações anônimas para a imprensa como se fosse um contato de um servidor dentro do Banco Central entendemos que seria como uma tradução do “economiquês” – uma forma de amainar as expectativas da população e assim como ter uma melhor aceitação das medidas. Nesta década a Inglaterra perde gradativamente seu poder econômico e um dos maiores golpes em relação à Argentina foi o aviso inglês de que não poderia mais pagar por grãos e carnes em libras esterlinas e o valor seria pago em moeda apenas ao fim da guerra. Buscava forçar a Argentina em um comércio onde tomaria dinheiro emprestado dos EUA para compensar o bloqueio das libras e esses créditos seriam transferidos como bônus de guerra para a primeira. Este tempo também denota Washington angariando mais poder como novo centro econômico e financeiro.

Em 1940 Prebisch elabora o Plano Piñedo. Escrito por Prebisch, Malaccorto e Guillermo Klein, foi apresentado por Piñedo ao congresso e por isso leva o nome deste. A essência do plano Pinedo era a saída da Argentina da zona de influência inglesa e também uma maior aproximação com os EUA e Brasil. Deu origem a várias iniciativas como a CAPI (Companhia Argentina de Promoção de Intercâmbio) e acordos comerciais entre os três países na Conferência do Rio (1940) e a Declaração Conjunta Argentina-Estado Unidos e o programa, para economistas argentinos, de pós-graduação em Harvard com estágio no *Federal Reserve* (a ideia vem do contato de Prebisch com John H. Williams a quem havia conhecido pessoalmente em 1934). Porém, na política interna argentina houve dois casos de fraude no governo o que coloca o Partido Radical a retirar qualquer apoio e não aprovar o plano (ambos os casos terminam com a morte de políticos deste partido). Mesmo assim, os negócios com os EUA continuam a progredir assim como a economia argentina. Em 1941 aumenta politização do Banco Central e o que dá maior visibilidade a Prebisch como ator político. Uma posição que explicita o assunto é a do embaixador Nonnan Armour sobre o

Sentimento de que o grupo que controla as políticas do Banco Central e do Ministério da Fazenda, e que às vezes é chamado de ‘cartel de cérebros’, monopoliza o aconselhamento especializado ao presidente em questões econômicas, indústria e temas técnicos ligados ao comércio e às finanças internacionais. Algumas opiniões paternalistas sustentadas por esse grupo,

juntamente com seus métodos arbitrários, não correspondem aos maiores interesses do país (DOSMAN, 2011, p. 166).

O Partido Radical condenava a “ditadura financeira”, outros perguntavam se Prebisch ainda era ministro das Relações Exteriores e presidente. Havia um endosso à criação de um conselho econômico nacional para diluir a influência do banco junto ao presidente.

O ataque japonês à ilha de Pearl Harbor (território americano no Oceano Pacífico) faz com que os EUA definitivamente entrem em guerra iniciando uma fase particularmente difícil para o Banco Central Argentino. Em 1938 os Estados Unidos convocam os países da América Latina para uma aliança contra o Japão e a Alemanha. No caso argentino, a Concordância estava em desordem (parte do Exército e Marinha apoiavam os aliados, o GOU - Grupo de Oficiais Unidos - defendiam a neutralidade e outros ainda eram pró Eixo) e a existência de colônias alemãs com certa influência política, faz com que a Argentina não se posicione contra a Alemanha o que inicia uma pressão norte-americana por informações da economia argentina cada vez maior, gerando uma tensão crescente entre a embaixada americana e o Banco Central Argentino. Essa tensão só termina com o novo governo em 1943 através de um golpe militar que derrubou e exilou o então presidente, Ramon S. Castillo.

Em um domingo, ao ler o jornal, Prebisch ficou sabendo de sua demissão. Sofre então uma pressão do governo militar que não deixa que seja contratado por nenhuma empresa argentina. Assim, sem ter recebido nem mesmo o pagamento de seus direitos é obrigado a vender seu carro para pagar a hipoteca da casa e sentindo risco de morte, decide sair da Argentina.

### 3.3.3 Keynes, Uma Introdução

Escrito em 1936 por John Maynard Keynes, o livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda surge para contestar as teorias de tradição neoclássica vigentes na economia e já abaladas pela crise de 1929. Durante sua estada em Londres para a participação na Conferência Econômica e Monetária Mundial de 1933, Prebisch leu “O

Caminho para a prosperidade”, primeiro de quatro artigos publicados no “The Times preconizando um conserto econômico a nível nacional e internacional como alternativa frente à ortodoxia dos países industrializados” (RAPOPORT et al., 2000, p. 257). Na Conferência havia experimentado o fracasso de uma política de cooperação econômica internacional em que os países desenvolvidos estão pouco dispostos a colaborar com as nações vítimas da crise que geraram

A decepção que lhe produziu esta Conferência o levou a abandonar as fórmulas ortodoxas que como subsecretário da Fazenda havia recomendado em 1930. Ajustar-se a políticas de *laissez faire*, mecanismos automáticos, implicava – para Prebisch – submeter-se aos caprichos dos movimentos internacionais de capitais e a sofrer as consequências das políticas de outros países (RAPOPORT et al., 2000, p. 257).

Fora o livro Consequências econômicas da paz de 1919, conhecia pouco sobre Keynes e se espanta com a forma como este escreve. Em 1947, Prebisch publica o livro Keynes, uma Introdução, “publicado primeiramente em uma série de artigos sob os auspícios do Banco Central da Venezuela, aparece agora neste pequeno volume com alguns adendos e modificações” (PREBISCH, 1998, p. 18), fazendo um apanhado em espanhol das ideias daquele autor. A importância desta obra para Prebisch é expressa por ele na introdução da obra, que nos traz também a relação entre seus escritos e o desempenho de suas funções no Banco central argentino:

Este meu empenho em expor o pensamento keynesiano responde a uma preocupação muito justificada de quem teve alguma responsabilidade na política monetária argentina de há alguns anos: a de encontrar na teoria a explicação racional dos movimentos da realidade econômica, a fim de atuar inteligentemente sobre ela (PREBISCH, 1998, p. 23).

A teoria econômica deve ter uma relação mais tênue com a realidade, não deve simplesmente ser uma ferramenta alienígena deve antes de tudo refletir uma realidade e ser instrumento atuante sobre a mesma.

A influência de Lord Keynes no pensamento econômico de nossos dias é tão profunda como é intenso o antagonismo que suas teorias suscitaram entre os economistas. Seus adeptos são numerosos, especialmente nas novas gerações; mas a crítica é viva e tenaz, tanto da parte dos que continuam a ser fiéis à escola clássica, como daqueles teóricos que, havendo se emancipado anos atrás do velho dogma, resistem, não obstante, a aceitar os ensinamentos da nova doutrina. A que se deve essa influência, esse poder de agitação das ideias de Lord Keynes? Não só ao brilho da forma e à força dialética do conteúdo. Há algo mais em sua obra. O regime em que vivemos tem, entre outros, um defeito fundamental: o

desemprego persistente que, acentuado nas depressões periódicas da economia, carrega consigo uma grave perda das forças produtivas, em prejuízo do nível de vida das massas. Keynes nos dá uma chave muito simples para interpretar esse fenômeno. E nos oferece, ademais, uma solução que nos dias de hoje, tem o mérito singular de ser compatível com a iniciativa privada e a liberdade pessoal (PREBISCH, 1998, p. 17).

Prebisch dá várias pistas de sua convicção de que a economia deve ter uma maior relação com a realidade. Uma delas decorre de sua visão sobre a seguinte passagem de Keynes, segundo a qual,

tão logo a taxa de juros haja baixado a certo nível, a preferência pela liquidez se torne virtualmente absoluta, no sentido de que todos prefiram manter recursos líquidos a conservar uma dívida que rende uma taxa de juros tão baixa. Nesse caso, a autoridade monetária terá perdido o controle efetivo sobre a taxa de juros (KEYNES, 1983, p. 146).

Sobre isso, Prebisch reafirma sua visão de que a teoria deve ter um correspondente na realidade (1998, p. 95): “embora esse caso possa ter importância futura, *Keynes desconhece que tenha ocorrido até agora. Não houve, na realidade, oportunidade de comprová-lo* [grifo nosso] em vista de que as autoridades monetárias não estão dispostas a operar com papéis de longo prazo”. Ao estudar e escrever sobre Keynes, encontra uma maneira de lidar com os dilemas que a época coloca em sua rede de crenças. “Keynes não persegue o mero propósito de explicar teoricamente a realidade. Propõe-se também a agir sobre ela” (PREBISCH, 1998, p. 21).

Para encerrarmos estas notas sobre a direção do Banco Central conduzida por Prebisch durante a Grande Depressão e o contato com as ideias de Keynes, buscamos em Gurrieri a afirmação segundo a qual:

Em tais circunstâncias, devem haver confluido três ideias na mente de Prebisch: i) a plena ratificação de sua antiga crítica à vulnerabilidade externa da economia argentina como país agro-exportador e devedor, unida à mais recente ideia da deterioração; ii) a convicção de que a crise era muito mais ampla e profunda do que uma queda cíclica e que interrompia a estrutura mesma da economia, e iii) a escassa probabilidade que tinha a Argentina de retornar a situação anterior à crise devido aos problemas existentes na economia internacional, tanto a nível multilateral como bilateral (GURRIERI, 2001, p. 77).

A esses pontos adicionamos a reflexão já apresentada de que as tradições que compuseram sua formação acadêmica foram por ele questionadas tão vivamente já nesse período, assim como a questão de que vivenciar e estar em um cargo de direção em órgão da magnitude de um banco central, o que lhe deu elementos mais consistentes para sua

formação. Ou seja, a forma como a grande depressão atinge um economista, também depende de onde o mesmo se encontrava naquele momento.

A contribuição do pensamento keynesiano foi agregar a dimensão teórica para algumas de suas experiências. Saber que não estava sozinho em seus atos. Provavelmente o fato de Keynes ser inglês dá uma dimensão mais forte a forma como recebe seus escritos.

### **3.4 El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas**

Em 1948, Prebisch é avisado pelo governo da França que este o via com bons olhos para participar de uma Comissão Econômica para América Latina, como secretário executivo. Para Prebisch o cargo se tratava somente de preparar informes de reuniões e coisas do gênero – o que não lhe interessou, ele continua dando aulas na Academia de Ciências Econômicas. Sobre quando Martínez Cabañas (primeiro Secretário Executivo da CEPAL) e Eugenio Castilho (definido por Prebisch como o terceiro homem da CEPAL) lhe convidam para escrever a introdução ao primeiro Estudo Econômico da América Latina, Prebisch expõe os motivos de ter aceitado,

Aceitei por duas razões: primeiro porque me disse “vamos provar”, segundo porque coincidia com uma resolução da Universidade de Buenos Aires de me despedir como professor. Eu não era homem para olhar com simpatia a uns grupos muito nacionalistas que estavam tratando de ganhar espaço (POLLOCK, KERNER E LOVE, 2001, p.11).

Estando em Santiago de Chile para escrever e não produzindo nada por volta de um mês inteiro, o que, segundo ele, gerou certa preocupação em seus empregadores sobre a consultoria, acabou redigindo a Introdução em de quatro dias. Em relação ao título da obra: “El texto original: El desarrollo de la América Latina y sus principales problemas, no incluye el término “algunos” en su título como aparece citado por muchos estudiosos”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> O texto original: O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas, não inclui o termo “alguns” em seu título como aparece citado por muitos estudiosos.

(MALLORQUIN apud DOSMAN, 2006, p. 67). Emerge daí uma dúvida interessante sobre as intenções de Prebisch sobre o que pretendia inicialmente: abranger a todos os principais problemas latino-americanos? Logo no início de sua obra expressa o objeto de estudo começando

Por aquele planejamento prévio dos principais problemas, com perspectiva de conjunto, enquanto expor certas reflexões, sugeridas pela experiência direta da vida econômica latino-americana. Tal é o propósito desta introdução (PREBISCH, 1949, p. 100).

No início de seu texto, assume como a América Latina vive sob o julgo da tradição do centro econômico, cujas tradições não encontram equivalente nos fatos da realidade latino-americana. Os países da América do Sul têm uma realidade em comum, mas não conseguem fazer abordagens ou criar soluções em comum; as soluções aplicadas a eles são de cunho estrangeiro,

Não é de se estranhar então que prevaleça frequentemente nos estudos que geralmente publicam-se sobre a economia dos países da América Latina o critério ou a experiência especial dos grandes centros da economia mundial. Mal se esperaria deles soluções que nos concernem diretamente. Vem ao ponto, pois, apresentar com clareza o caso dos países latino-americanos, afim de que seus interesses, aspirações e possibilidades, salvo desde logo as diferenças e modalidades específicas, se integrem adequadas em fórmulas gerais de cooperação econômica internacional (PREBISCH, 1949, p. 100).

Se em seu primeiro artigo, o ainda jovem Prebisch acreditava nas soluções aplicadas no centro da economia mundial e em sua eficácia na periferia, esta última é vista agora com nuances e problemas próprios. Sua crença anterior nas respostas do centro muda. Se antes havia mesmo certo entusiasmo sobre as soluções dos países do centro, agora sua posição é distinta. Os termos **centro** e **periferia**, utilizados neste texto, demonstram como sua crença foi modificada em relação a 1921, porém os mesmos não surgiram no texto que ora estudamos e sim alguns anos antes, em 1946. Segue sua explicação sobre a origem dessa terminologia:

Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque desse país, dada a sua magnitude e suas características econômicas, partem os impulsos de expansão e contração da vida econômica mundial, e especialmente da periferia latino-americana (...) Acredito que o movimento cíclico é universal, que há um só movimento que vai se propagando de país em país (...), mas (...) com

---

características marcadamente diferentes conforme se trate do centro cíclico ou periferia (PREBISCH apud RODRÍGUEZ, 2009, p. 96).

Entendemos que a questão mais relevante do conceito é a consciência de que os eventos acontecem diferentemente nos dois lugares, e por isso não poderiam ter a mesma leitura.

Quando fala sobre desenvolvimento, primeiramente expõe a dependência latina do capital externo para poder se desenvolver, seja esse capital em função dos investimentos externos, seja fruto do comércio internacional pela venda de produtos primários. Alguns países latino-americanos se modernizaram rapidamente através dos investimentos externos e em função dos custos dessa dependência, nos anos trinta, não puderam pagar os serviços de dívida. “Os serviços financeiros destes investimentos, se não se realizam outros novos para compensá-los, deveriam ser pagos com exportações na mesma moeda; e se elas não crescem correlativamente, se apresentará, com o andar do tempo, o mesmo gênero de dificuldades” (PREBISCH, 1949, p. 102). Coloca então aviso sobre generalizações dogmáticas:

Supor que o cumprimento dos pagamentos externos e o bom funcionamento monetário dependem meramente da decisão de seguir certas regras do jogo, entranha um erro de sérias consequências. Mesmo em épocas que funcionava regularmente o padrão-ouro nos grandes centros, os países da periferia latinoamericana encontravam enormes dificuldades para mantê-lo e suas vicissitudes monetárias provocavam com frequência o anátema exterior (PREBISCH, 1949, p. 102).

Ou seja, o contexto mundial havia mudado, mas mesmo quando o padrão ouro funcionava, as coisas não fluíam para a periferia. Para Prebisch, a solução do desenvolvimento periférico não se encontrava no sistema como o conhecia até então. Em seu texto, era explícita a crença no desenvolvimento como resposta para melhora do nível de vida da população, e aponta que “a elevação do nível de vida das massas depende, em última instância, de uma forte quantidade de capital por homem empregado na indústria, transportes e produção primária e da atitude para manejá-lo bem” (PREBISCH, 1949, p. 103). Esse aumento do capital significava a transferência de trabalhadores de funções menos remuneradas para a ocupação industrial. O emprego industrial de gente desempregada ou mal ocupada significa então “uma melhora na produtividade tem traduzido um aumento líquido da renda nacional, quando fatores de outra índole não

tenham provocado uma queda geral da eficácia produtiva” (PREBISCH, 1949, p. 104). Diz ainda não ser necessário o sacrifício da atividade primária, uma vez que esta fornece divisas com as quais serão adquiridas as importações necessárias ao desenvolvimento.

A crença na industrialização, para Prebisch, significava uma saída, no sentido de melhorias na vida para a população periférica, detendo um papel significativo, mas “não é ela um fim em si mesma senão o único meio de que dispõem estes para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas” (PREBISCH, 1949, p. 100). Para entendermos a importância dessa afirmação faz-se necessário um retorno ao arcabouço teórico-econômico pregado pelo centro. A teoria das vantagens comparativas afirma que, como cada país teria vantagens comparativas, alguns se especializariam na produção industrial e outros em produtos primários. Com a especialização, a produção geral aumentaria e, conseqüentemente, os preços seriam reduzidos. Nas palavras de Ricardo uma síntese:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio (RICARDO, 1996, 97).

Os países que detivessem a produção de produtos primários seriam beneficiados ou pela redução dos preços ou pela transferência do progresso técnico que viria com os produtos industrializados. Considerando que a produtividade da indústria tem a capacidade de aumentar mais rapidamente que a da produção primária, pois esta depende muitas vezes de fatores como época de safras, clima (no tocante a produção agrícola), a tendência seria o aumento da relação dos termos de troca a favor desses últimos. Ou seja, com a maior produtividade industrial, o valor agregado por peça em relação aos produtos agrícolas seria menor, com preços relativos também menores. Os preços dos produtos agrícolas, em relação aos dos industrializados, aumentariam e pelo comércio internacional haveria uma maior entrada de divisas nos países da periferia, com melhoria do bem estar da população desses países. Prebisch discorda da teoria tradicional ao contrastá-la com os fatos extraídos



do informe *Post-war Price Relations Between Under-developed and Industrialized Countries* (Relações de Preços Pós-guerra entre Países Subdesenvolvidos e Industrializados), do Dr. Hans Singer para a Subcomissão de Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas.<sup>13</sup> Prebisch analisa as trocas internacionais

desde os anos setenta do século passado, até antes da Segunda Guerra Mundial, a relação de preços tem se movido constantemente contra da produção primária. É de lamentar que os índices de preços não reflitam as variações de qualidade ocorridas nos produtos finais. Por isso não tem sido possível tê-las em conta nessas considerações. Nos anos trinta, só poderia comprar-se 63 por cento dos produtos finais da indústria que se compravam nos anos setenta do século passado, com a mesma quantidade de produtos primários: ou seja, que se necessitava em termos médios de 58,6 por cento mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de artigos finais da indústria (PREBISCH, 1949, p. 107).

A partir dessa análise, ele chega ao conceito da deterioração dos termos de troca, onde coloca os motivos do por que ao longo do tempo, sempre ser necessária uma quantidade maior de produtos primários nas trocas internacionais para comprar a mesma quantidade de produtos industrializados. “Enquanto os centros têm retido integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia os transferem uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 1949, p. 109). Aponta algumas considerações, como o fato de que, mesmo com o aumento da produtividade nos centros, não houve redução nos preços dos mesmos, apesar da redução dos custos; os investimentos no centro e na periferia não são proporcionais a suas respectivas produtividades; ao analisar a relação dos termos de troca entre os anos setenta do século XIX e os anos trinta do século XX, coloca que é óbvio que os investimentos foram maiores do que o aumento da produtividade.

O ouro, apesar de não ser mais o padrão de valor como outrora, ainda ocupa lugar na literatura econômica e após 1948, pois com a Conferência de Bretton Woods<sup>14</sup>, as emissões em dólar são atreladas a ele. Sobre a escassez de dólares Prebisch explica

<sup>13</sup> Este informe, segundo Francisco Croire – outro ex-empregado do Banco Central da Argentina provavelmente seria recusado pela Comissão, uma vez que questionava a opinião ortodoxa

<sup>14</sup> Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representantes de 44 países, para reorganizar o sistema econômico e financeiro e planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicados pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

A escassez de dólares significa que aquele país não compra mercadorias e serviços, nem empresta dinheiro, na medida em que outros países precisam daquela moeda para cobrir suas necessidades, sejam ou não justificadas. Devem utilizar então as reservas monetárias e liquidar dólares ou enviar ouro aos Estados Unidos.

Por mais que esta diminuição de reservas de ouro não demore em provocar perturbações monetárias, a atração de ouro para o centro cíclico principal, se é persistente, não constitui um mero problema monetário: é a expressão manifesta de um fenômeno dinâmico muito mais profundo, relacionado com o ritmo e o modo de crescimento econômico dos distintos países (PREBISCH, 1949, p. 118).

Sua análise sobre como o padrão-ouro assume na configuração mundial agora tem elementos da relação centro/periferia. Porém, com um aprofundamento do conceito sobre o valor do ouro em que o mesmo é uma expressão do desenvolvimento do país.

A reação latino-americana foi semelhante ao resto do mundo, com redução do coeficiente de importações pela depreciação monetária, elevação das tarifas, cotas de importação e controle do câmbio. Este último, também um instrumento para restringir as importações, servia para desviar para outros países as importações que vinham dos Estados Unidos; constituía “um “instrumento discriminatório” no comércio internacional, contrário as sãs práticas que tanto haviam custado manter, mediante a cláusula da nação mais favorecida” (PREBISCH, 1949, p. 125). Porém, a única saída para um país sem dólares era fazer com que as importações fossem pagas com as moedas recebidas nas exportações. “O controle de câmbios não foi o resultado de uma teoria, senão uma imposição das circunstâncias” (PREBISCH, 1949, p. 125).

Prebisch (1949, p. 143) define o ciclo econômico como “a forma de crescer da economia no regime em que vivemos; e bem se trata de um fenômeno geral que há de se explicar com uma só teoria de conjunto, manifesta-se de uma maneira diferente nos centros cíclicos e na periferia.” Afirma que não há muita literatura sobre o assunto que tenha uma visão a partir da periferia e aponta suas diferenças, como o fato de que as políticas anticíclicas se ocupam daquilo que teria papel dinâmico no movimento ondulatório, sendo que no centro esse papel é atribuído aos investimentos enquanto na periferia às exportações. Adverte ainda que o desenvolvimento industrial não seria garantia de menor

---

(BIRD). Uma das grandes decisões em Bretton Woods foi a recusa de criação de uma moeda para pagamentos internacionais proposta por Keynes e que seria denominada “Bancor” e a utilização do dólar dos Estados Unidos na proporção de 35US\$ = 1 onça troy de ouro fino, restabelecendo-se o padrão câmbio –ouro. Esta taxa de câmbiofixa perdurou até 1971, quando o dólar foi desvalorizado, e o Acordo de Bretton Woods, abandonado. (SANDRONI, 2008, p.93)

vulnerabilidade aos fenômenos do ciclo, dado o tamanho relativo do valor das exportações nas entradas nacionais, uma vez que o fato da indústria ter uma concentração de grandes massas empregadas durante uma crise poderia ser tornar um grande problema.

Como políticas anticíclicas para atenuar os efeitos das “Variações da exportação sobre a atividade interna, mediante uma política de caráter compensatório, que faz variar os investimentos, principalmente em obras públicas, em sentido contrário ao das ditas variações” (PREBISCH, 1949, p. 145). A posição vantajosa do centro pode ser sentida na seguinte frase de Prebisch (1949, p. 146): “Digo, aliás: nos centros é difícil conceber contratempos semelhantes na fase descendente, pois é precisamente quando aflui a eles o ouro que sai dos países periféricos”. Resumindo em um ciclo econômico, enquanto a periferia luta a cada fase do ciclo, para o centro as coisas são diferentes, mesmo em fase de retração ele leva vantagem.

Quando Prebisch terminou de escrever esse texto, o mesmo foi enviado a Nova York e, após alguns dias, lhe remetem a resposta de como o mesmo foi recebido. O texto recebeu uma série de considerações, cujo final é apresentado por Prebisch em uma entrevista:

O informe é um documento de grande conteúdo. Mas fala do desenvolvimento, a industrialização, a relação de preços de troca e muitos outros assuntos que não competem à CEPAL. A CEPAL não tem um mandato para abordar esses problemas. No entanto, como o documento é um documento sério e responsável, sugerimos [a Martínez Cabañas] que o apresente como uma Introdução assinada pelo autor de maneira a atribuir-lhe a responsabilidade e não à organização (POLLOCK, KERNER E LOVE, 2001, p.12).

A partir dessa recepção, Martínez Cabañas fala com Prebisch que diz nunca imaginar que não assinaria o documento, uma vez que eram suas ideias pessoais. Quando da apresentação em Havana, expõe: “Acredite-me que a acolhida que teve o documento na Conferência da CEPAL em Havana, por parte dos países latinos americanos foi simplesmente incrível. Elogios por todas as partes” (POLLOCK, KERNER E LOVE, 2001, p.12). Também houve uma recepção convencional partindo de países como EUA e Reino Unido. Essa postura dos países do centro é refletida na posição de economistas como Albert Hirschman que o classificou como “manifesto dos subdesenvolvidos”, donde passou a ser conhecido pela designação abreviada de “manifesto”.

O manifesto trouxe não só um diagnóstico do sistema econômico mundial e sua desigual distribuição dos benefícios, mas também continha uma visão que prometia uma saída ao dilema do subdesenvolvimento para os países agrícolas, “Proponha que a industrialização, com o devido cuidado para evitar a inflação e as distorções, oferecia a América Latina a perspectiva de reverter a dinâmica do intercâmbio desigual (DOSMAN, 2001, p. 101). Em suma, o agora “manifesto” trouxe uma nova discussão à baila, onde derrubava a premissa na qual países agrícolas poderiam alcançar o desenvolvimento mantendo sua atividade econômica e mesmo especializando-se nela. Existe outra saída, nasce então a Escola Estruturalista.

## CAPITULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho viu-se que o autor estudado se define como um crente na tradição neoclássica e a no início de sua carreira. A partir daí surgiu a necessidade de delinear o que foi essa tradição e sua presença nos anos vinte no contexto histórico argentino e de formação intelectual de Raúl Prebisch. Sob muitos aspectos este trabalho poderia ser lido como uma pequena história da tradição do padrão-ouro, na qual acreditar em mercados livres e balanças comerciais favoráveis serviria a uma crença única – a do acúmulo do metal precioso que seria a base necessária para a sustentação econômica. Prebisch, como muitos outros economistas de sua época, dialoga com essa tradição em sua rede de crenças, dada pela herança de seus mestres através dos tópicos de economia pura na época em que era estudante na UBA. Na análise realizada buscou-se empreender uma investigação de acordo com algumas das recomendações provenientes do debate metodológico em torno do campo de estudos mais conhecido como história das ideias, segundo as visões de Skinner e Bevir. Levou-se em conta como era o ambiente histórico em que as obras foram criadas, a tradição reinante à época o que o autor produzia, quais dilemas enfrentou e solucionou, assim como, quais crenças trazia consigo e como as modificou.

Quanto à estrutura geral do trabalho, optou-se por iniciar com uma apresentação com linhas paralelas da história; no nível mundial para definição da tradição liberal e seu alcance desde sua origem como parte da influência imperialista inglesa sobre a Argentina por mais de um século. No nível argentino colocando parte de sua história como colônia e formação política enquanto nação. A história das pessoas que tiveram seu papel na transmissão de conhecimentos, crenças e dilemas, dentro da rede de crenças inicial, ou seja, uma pequena biografia daqueles que transmitiam as heranças. Neste nível pessoal utilizamos a premissa de que um indivíduo, ao receber certas informações, pesa quem são os portadores das informações para levantar a veracidade e a importância delas em sua rede de crenças; também contrasta essas informações com suas próprias experiências e percepções para formar a opinião que transmitirá posteriormente. Assim sendo, é fato

preponderante que seja Bunge que tenha trazido à Prebisch o livro de Fisher (*Stabilizing the Dollar*) para que este tenha lhe dado uma maior importância. A história da mudança conceitual - apresentada ora como tradições, ora crenças, ora dilemas - produtos da interação entre acontecimentos e percepções das pessoas, foi importante para que no desenvolvimento deste trabalho fosse resgatado como era entendido o conceito de valor presente no padrão-ouro, uma vez que conceitos variam temporalmente, assim como variam de acordo com a ideologia que os apresenta. Sobre a forma como apresentamos os artigos, o método influi em buscar o significado histórico dos mesmos nos significados das palavras dentro do texto, do sentido do texto para o leitor, e o que o autor queria dizer ao escrever.

Uma das conclusões a que chegamos é o fato de que seria relativamente simples para Prebisch questionar sua base neoclássica, uma vez que os aspectos dessa tradição ligados ao estrangeiro sofrem algumas alterações com o passar do tempo – o estrangeiro visto inicialmente como um fator positivo para o desenvolvimento, passa a ser visto como aquele que coloca o local (a Argentina ou a América do Sul) em segundo plano, assim como o desenvolvimento deste. Considerando o fato de que vários professores da UBA trabalhavam em cargos no governo, nos parece lógico que esta visão do estrangeiro era compartilhada com seus estudantes. Assim, o pensamento liberal perde força para o protecionismo enquanto ferramenta para a promoção do país.

Quando Prebisch inicia sua vida acadêmica, a Faculdade de Ciências Econômicas teria ainda cinco anos, e o curso de economia vinte nove, ou seja, eram relativamente novos. O corpo docente era formado em sua maioria em outras áreas como direito (por exemplo, o professor Gondra) ou com pouca tradição dentro da economia. O que requer incluir no estudo a forma como os ensinamentos foram recebidos, já que gerariam questões acerca da competência tanto da instituição quanto do mestre. A definição da rede de crenças do autor perpassa pela comunidade onde o mesmo teve sua formação, por suas primeiras impressões, seu mestres e a forma como recebe a tradição vigente. “Os pupilos devem adquirir uma rede de crenças num processo inicial de socialização antes de poderem modificar essa rede como e quando eles aprendem novas crenças ou renunciam a crenças antigas.” (BEVIR, 2008, p. 270). Tomamos como pressuposto que universidades com maior tempo de existência e professores expoentes de uma tradição exercem uma força

maior ao formar a rede de crenças de um indivíduo. Ou seja, sua formação detinha fundamentos, na esfera da força de crença, pouco influenciadores. Assim, tais fatores em sua formação nos levam a concluir que sua afirmação já aos 83 anos de idade (pág. 05) sobre ser “*a firm believer in neoclassical theories*” não seria de toda correta. No futuro, essa falta de uma herança mais forte e cristalizada, daria ao jovem Prebisch uma flexibilidade maior para questionamentos em sua rede de crenças.

No pensamento de Prebisch, notam-se algumas constantes. Em nossa introdução, Rodríguez (2009) faz uma observação sobre como o método do estruturalismo leva em conta as características reais das situações analisadas, e concluimos aqui que este é um fator presente desde o início da carreira de Prebisch. Mesmo em seu primeiro artigo, a preocupação sobre a situação dos trabalhadores tanto quanto a necessidade de se apoiar em dados estatísticos se faz notar. Na década de vinte, em plena tradição liberal, Prebisch questiona o papel do setor pecuário na exportação de carnes para o comércio internacional, ao criticar o oligopólio dos frigoríferos sobre o controle dos preços da carne bovina. Não levantamos aqui aspectos da opinião dele contrários ao comércio de gado como representante de uma Argentina no uso de suas vantagens comparativas no comércio mundial. Porém, ele acredita na industrialização como saída para o desenvolvimento e no *El desarrollo de la America Latina y sus principales problemas* para a CEPAL, faz uma extensa defesa disso, mas claramente afirmando que ela não era, evidentemente, um fim em si. A década de trinta foi essencial na mudança de suas crenças, as experiências apresentadas em suas participações nas comissões lhes mostram um aspecto cruel do imperialismo inglês e demonstram como a Argentina era realmente um apêndice do centro, uma periferia. Interessante notar que, no caso de Prebisch, suas experiências foram coroadas pela teoria, através do contato com a obra de Keynes. Sobre essas experiências partimos da seguinte premissa: um economista, durante a época estudada (ousamos dizer que é uma premissa atemporal), exercendo sua função em uma empresa, banco privado ou mesmo como professor da academia tenderia a ter uma visão parcial da situação, pois estaria lidando com uma parte restrita da atividade econômica. Sendo assim, não bastou o fato de exercer a função de economista durante certo acontecimento econômico mas de estar em tal posição que lhe permitia ter maior visão panorâmica e independência para tomada de decisões. No caso de Prebisch estar à direção do Banco Central Argentino e com

a prática de alternativas keynesianas e acompanhando os resultados de perto. O privilégio de informações foi assim primordial para suas conclusões e o questionamento de suas crenças. De onde concluímos que a posição de exercer poder e poder atuar sobre a realidade é essencial para a mudança de paradigma, como as mudanças conceituais promovidas por Prebisch nas tradições de pensamento que lhe informavam.

No estudo do *El desarrollo de la America Latina y sus principales problemas*, uma das questões que afloram é o fato de que se a intenção inicial era apenas uma introdução ao estudo da CEPAL, acabou por assumir o caráter de manifesto, no sentido de que foi dirigido para seu próprio povo sul-americano, de alguém inserido no meio e que vive aquela realidade. Trouxe também uma visão regional e o fato de que a periferia têm plena capacidade de analisar e lidar com os problemas regionais e não depender somente da visão dos países centrais.

Interessante notar que o manifesto não era, nos termos de Dosman (2001): anticomércio, antiagricultura ou pró-industrialização às cegas, uma vez que apoiava respectivamente o aumento do comércio internacional para a América Latina; a industrialização compatível com o desenvolvimento eficiente da agricultura e via a indústria não como um fim em si, mas como o único meio para elevar o nível de vida das massas e obter uma participação nos benefícios do progresso técnico. Sua busca se deve antes, a responder a pergunta do porque os benefícios do comércio internacional não são repassados aos países da periferia. Mesmo assim a teoria tradicional, com ideologia do centro e que apoiava tal sistema, era adotada na periferia. Um ponto a colocar é que a trajetória deste autor nos traz a importância da experiência prática na política econômica para o estudo da teoria econômica. A quebra deste vínculo se deve em parte, à busca por instrumentos que reforçariam seu caráter de ciência e nisso a trajetória de Prebisch nos lembra de que forma é preciso olhar para sermos cientistas.

A busca de meios para a conclusão deste trabalho merece algumas observações. Um obstáculo à pesquisa, de fato, foram os poucos materiais encontrados em português, porém, em certos momentos as línguas estrangeiras fizeram por prestar mais atenção ao objeto lido e buscar seu significado hermenêutico com mais afinco para que não passassem despercebidos aspectos que normalmente deixaria em função da autoconfiança no domínio da língua materna. Porém, em certos momentos tornou-se realmente uma barreira à



pesquisa, como encontrar o artigo de Justo para o Congresso de Viena, somente em francês ou alemão, obstáculo a um aprofundamento sobre o custo de vida, que Irving Fischer reserva um capítulo em seu livro. No decorrer das pesquisas para este trabalho tivemos alguns encontros felizes, como encontrar um exemplar do livro de história econômica argentina através do livro de Luiz Roque Gondra, professor de História Econômica de Prebisch, na Biblioteca Central da UFSC. Outras surpresas se materializaram digitalmente em obras como as de Fischer, Alberti e Williams, nas quais Prebisch encontra elementos para sua rede de crenças inicial.

Inferimos anteriormente que a intensidade com que a crença chega ao crente é modulada pelo ambiente através do qual é transmitida. A formação, no que tange a estrutura universitária e o caráter com o qual as aulas são ministradas é determinante para a formação do pensador. No caso de Prebisch concluímos que um dos fatores que influíram para que ele pudesse contestar sua escola de pensamento inicial foi o fato de esta ter sido ensinada de forma relativamente fraca. Sendo assim, sugerimos que seria relevante uma pesquisa relacionada a como os estudantes de economia percebem a direção ideológica dentro de sua formação. Poderia partir de uma correlação entre a posição ideológica do corpo discente e com a posição dos formandos dentro de certo período. Tal estudo poderia acrescentar um pouco mais a discussão sobre a própria metodologia das aulas ministradas.

Em busca de encerramento, uma pergunta fica: se a lógica de uma tradição econômica deve (ou deveria) ter estreita relação com a realidade, como e porque vários pensadores continuam utilizar e acreditar em uma teoria, mesmo quando esta conflita com sua realidade?

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Juan B.. **Sistema Económico y Rentístico de la Confederación**

**Argentina:** Según su Constitución de 1853. Buenos Aires: Ik Linari Impressores, 1921.

280 p. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/sistemaeconomic00albeuoft>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

ANDREWS, E. Benj.. Review: Principii di Economia Pura. Per Maffeo

Pantaleoni. **Politica Science Quartely**: A Review devoted to the historical statistical and comparative study of politics economics and public law, New York, v. 6, n. 4, p.741-742,

Dez. 1891. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2139214>>. Acesso: 07 ago. 2010.

BETHELL, Leslie (Ed.). **The Cambridge History of Latin America (1870-1930)**. New York/ Eua: Cambridge University Press, 1986. 925 p. Disponível em:

<[http://histories.cambridge.org/extract?id=chol9780521245173\\_CHOL9780521245173A005](http://histories.cambridge.org/extract?id=chol9780521245173_CHOL9780521245173A005)>. Acesso em: 10 abr. 2010.

BEVIR, Mark. **A lógica da Historia das Ideias**. Bauru: Edusc, 2008. 414 p.

BRAUN, Carlos Rodríguez. Early Liberal Socialim in Latin America: Juan B. Justo and the Argentine Socialist Party. **American Journal Of Economics And Sociology**, [s. I], v. 67, n. 4, p.567-603, Out. 2008. Disponível em:

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1536-7150.2008.00588.x/references>>.

Acesso em: 07 set. 2010.

CEPAL. **Revista de La Cepal**, Santiago/ Ch, Número Especial em Português, p.01-266, maio. 2010. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/39559/P39559.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>>.

Acesso em: 10 set. 2010.

CNM/COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA. **Roteiro para elaboração de Projeto de Monografia**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia, 2007. Disponível em: <<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/>> Acessado em: 12/09/2010.

CONDE, Roberto Cortés. Raúl Prebisch: Los años de gobierno. **Revista de La Cepal**, Santiago/ Ch, n. 75, p.83-87, dic. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/8725/P8725.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

CONGRESO NACIONALISTA DE TRABAJADORES, 3º, 1922, Buenos Aires.  
**Congreso de Trabajadores da Liga Patriótica Argentina**. Buenos Aires: Talleres Graficos, 1922. 374 p.

DAVIS, Joseph S. World Currency Expansion During the War and in 1919. **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 2, No. 1 (Jan., 1920), pp. 8-20. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1928697>> Acessado em: 11 jul. 2010.

DOSMAN, Edgar J. Los Mercados y el Estado en la Evolucion del “Manifiesto” de Prebisch. **Revista de La Cepal**, Santiago/ Ch, n. 75, p.89-105, dic. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/8725/P8725.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Raúl Prebisch (1901-1986) A construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2011. 565 p.

\_\_\_\_\_. (Ed.). **Raúl Prebisch El poder, los Principios y la Ética del Desarrollo**. Buenos Aires/ Ar: Bid-intal, 2006. 148 p.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. A nova disciplina de sistemas econômicos comparados: uma proposta. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.116-135, 2008.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572008000100006#tab02](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100006#tab02)>. Acesso em: 01 maio 2010.

FISCHER, Irving. **Stabilizing the Dollar: A Plan to Stabilize the General Price Level Without Fixing Individual Prices**. New York: The Macmillan Company, 1920. Disponível em: <<http://www.forgottenbooks.org/info/9781440054037>>. Acesso em: 14 set. 2010.

GONDRA, Luis Roque. **Historia Economica de la Republica Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 1943. 496 p.

GURRIERI, Adolfo. Las ideas del joven Prebisch. **Revista de La Cepal**, Santiago/ Ch, n. 75, p.69-82, dic. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/8725/P8725.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501p

JIMÉNEZ, Rafael Olarra. **Evolucion Monetaria Argentina: Temas de eudeba**. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1968. 192 p.

JOHNSON, Allan G.. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 300 p

JOSÉ BESA GARCÍA (Chile) (Org.). **Raul Prebisch (1901 - 1986): Escritos 1919 - 1986**. Santiago/ Ch: Biblioteca de La Cepal, 2006.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 333p. (Os economistas)

LÓPEZ, Manuel Fernández. La ciencia económica argentina entre guerras (1918-1939).

**Saber Y Tiempo**: Revista de historia de la ciencia, Buenos Aires/ Ar, v. 3, n. 11, p.153-177, ene./jun. 2001. Disponível em:

<<http://www.unsam.edu.ar/publicaciones/Archivos/Saberytiempo11.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

MATOS, Guilherme Morávia Soares de. **O Modelo de Von Thünen**: Um Aplicativo Computacional. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Programa de Pós Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em:

<[www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial\\_MatosGM\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_MatosGM_1.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2012.

PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996, c1984. 371p. (Os economistas)

PLOTKIN, Mariano Ben; CARAVACA, Jimena. A Economia entre crises: economia política e finanças na Universidade de Buenos Aires (1870-1900). **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.87-108, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702009000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 13 abr. 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLLOCK, David; KERNER, Daniel; LOVE, Joseph L. Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL. **Revista de La Cepal**, Santiago/ Ch, n. 75, p.9-23, dic. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/8725/P8725.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

PREBISCH, Raúl. Conversaciones con Raul Prebisch In: MALLORQUÍN, Carlos (Org.). Textos para el estudio del pensamiento de Raúl Prebisch. **Cinta de Moebio**, Santiago, n. 25, p.24-72, mar. 2006a. Disponível em: <<http://www.moebio.uchile.cl/25/mallorquin.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. El Desarrollo económico de la América Latina y Algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, Adolfo. **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México, D.f.: Fondo de Cultura Económica, 1982. Cap. 2, p. 99-247.

\_\_\_\_\_. Five stages in my thinking on development. In: MEIER, Gerald M.; SEERS, Dudley. **Pioneers in Development**. Washington, D. C./ Eua: Oxford University Press, 1984. Cap. 6, p. 173-191. Disponível em: <[http://www.4shared.com/document/Zft3zFEY/Five\\_Stages\\_in\\_My\\_Thinking\\_on\\_.html](http://www.4shared.com/document/Zft3zFEY/Five_Stages_in_My_Thinking_on_.html)>. Acesso em: 10 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Keynes, uma introdução**. Tradução de Otacílio Fernando Nunes Jr. São Paulo: Brasiliense, 1998. 152 p.

\_\_\_\_\_. *¿Salarios a Oro?* In: MALLORQUÍN, Carlos (Org.). Textos para el estudio del pensamiento de Raúl Prebisch. **Cinta de Moebio**, Santiago, n. 25, p.24-72, mar. 2006b. Disponível em: <<http://www.moebio.uchile.cl/25/mallorquin.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

RAPOPORT, Mario et al. **Historia Economica Política y Social de la Argentina (1880-2000)**. Cordoba/ Ar: Ediciones Macchi, 2000. 1148 p.

REUNIÓN ANUAL AAEP, 36, 2001, Buenos Aires. **La ciencia económica argentina en el siglo XX**. Buenos Aires: Asociacion Argentina de Economía Política, 2001. Disponível em: <<http://www.aaep.org.ar/anales/works/works2001/fernandez-lopez.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2010.

\_\_\_\_\_. 37, 2002, Buenos Aires. **Recepción del pensamiento de Pareto em Argentina.** Tucuman: Asociacion Argentina de Economía Política, 2002. Disponível em: <[http://www.aaep.org.ar/espa/anales/PDF\\_02/fernandezlopez.pdf](http://www.aaep.org.ar/espa/anales/PDF_02/fernandezlopez.pdf)>. Acesso em: 10 setembro 2010.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996, 320p. (Os economistas)

RODRIGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 702 p.

SILVA, Ricardo. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo.** *Dados* [online]. 2010, vol.53, n.2, pp. 299-335. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582010000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200002)>. Acesso em: 10 setembro 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1996 2 v. (Os economistas )

SANDRONI, Paulo. **Novissimo dicionario de economia.** 1.ed. Sao Paulo: Best Seller, 1999. 649p.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Administração e Finanças.** 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 531p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política*, Algés, Difel, 2005.

UNITED STATES. L. Brewster Smith. Research Assistant. **The Economic Position of Argentina During the War**. Washington: Government Printing Office, 1920. (Economic Studies of Countries During the War).

WILLIAMS, John H. **Argentine International Trade Under Inconvertible Paper Money 1880-1900**. Londres: Oxford University Press, 1920. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/argentineinterna00willuoft>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

## ANEXO I

Lista de materiais encontrados em formato digital, que foram utilizados ou não, durante o processo de pesquisa. Os nomes de alguns autores se encontram abreviados por estarem assim no texto original, todos os textos estão em formato PDF e vídeos em AVI. Estes materiais estarão disponibilizados no endereço:

### Artigos

1. A. S. J. Baster (1937) - A Note on the Sterling Area
2. Ana Cristina Lima Couto, Joaquim Miguel Couto (2006) - Um Libertador das Ideias: O Pensamento Desenvolvimentista de Raúl Prebisch
3. Asociacion Biblioteca Jose Balbini (2001) - Revista Saber y Tiempo n. 11
4. C. R. Whittlesey (1937) - The Gold Dilemma
5. Carina Frid, Norma Lanciotti (2005) - Recepción del Pensamiento Económico Fascista en Argentino: Intelectuales, Empresarios e Instituciones (1920-1945)



6. Carlos Eduardo Frickmann Young; Maria Cecília Junqueira Lustosa (2003) - A questão ambiental no esquema centro-periferia
7. Carlos Rodríguez Braun (2008) - Early Liberal Socialism in Latin America Juan B. Justo and the Argentine Socialist Party
8. Celso Furtado (1986) - Homenagem a Raúl Prebisch
9. CEPAL (2001) - Revista de la Cepal n 75 (parte 1)
10. CEPAL (2001) - Revista de la Cepal n 75 (parte 2)
11. CEPAL (2003) - Revista de la Cepal n 79
12. Dickson H. Leavens (1935) - The Distribution of the World's Silver
13. Diego Sanchez-Ancochea (2005) - Anglo-Saxon Structuralism vs. Latin American Structuralism in Development Economics
14. Eduardo Devés Valdés (1997) - O Pensamento Nacionalista na América Latina e a Reivindicação da Identidade Econômica (1920-1940)
15. Elias Salama (XX) Política Monetária e Independencia del B.C.R.A en su primera década
16. Ethel B. Dietrich (1934) - The New Model Trade Agreements
17. F. W. Taussig (1917) - International Trade Under Depreciated Paper. A Contribution to Theory
18. F. W. Taussig (1918) - International Trade Under Depreciated Paper: A Criticism: A Rejoinder
19. Frank Vanderlip and John H. Williams (1920) - The Future of Our Foreign Trade: A Study of Our International Balance in 1919
20. G. deT. Glazebrook (1947) - The Middle Powers in the United Nations System
21. G. S. Dorrance (1948-1949) - The Income Terms of Trade
22. George Wythe (1937) - The New Industrialism in Latin America
23. Gottfried Haberler (1944) - Currency Depreciation and the International Monetary Fund
24. Guillermo Subercaseaux (1931) - The Modern Gold Standard with Illustrations from South America
25. Henry R. Bowser (1933) - The Gold Percentage
26. Irving Fisher (1911) - Recent Changes in Price Levels and Their Causes

27. Javier A. González Fraga (2006) - La Vision del Hombre y del Mundo en John M. Keynes y en Raúl Prebisch
28. Jeremy Aldeman (1992) - El Partido Socialista Argentino
29. João Feres Júnior (2005) - De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner
30. Joaquim Miguel Couto (2007) - O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch
31. John H. Williams (1921) - Argentine Foreign Exchange and Trade Since the Armistice
32. John Toye, Richard Toye (2003) - The Origins and Interpretacion of the Prebisch-Singer Thesis
33. José Antônio Ocampo (20XX) - América Latina y la Economía Mundial em el Siglo XX Largo
34. José Antonio Ocampo (2001) - Raul Prebisch y la Agenda del Desarrollo en los Albores del Siglo XXI
35. José Carlos Chiaramonte (1993) - El Federalismo Argentino en la primeira mitad del siglo XIX
36. José Luis Bendicho Beired (2001) - "A grande Argentina": um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina
37. Joseph S. Davis (1920) - World Banking, Currency and Prices. 1920-21
38. Joseph S. Davis (1920) - World Currency Expansion During the War and in 1919
39. Joseph S. Davis (1922) - Recent Developments in World Finance
40. Juan B Justo (1914) - La Cherté de la Vie
41. Juan B. Justo (1914) - Kommission Die Teuerung
42. Juan B. Justo (1914) - La Cherté de la Vie
43. Juan Carlos de Pablo (2006) - Prebisch, a 20 años de su muerte
44. Lawrence Smith (1934) - The Suspension of the Gold Standard in Raw Material Exporting Countries
45. Lee j. Alston, Andrés A. Gallo (2004) - The Erosion of Checks and Balances in Argentina and the Rise of Populism in Argentina: an Explanation for Argentina's Economic Slide from the Top Ten

46. Luiz Machado (2007) - Grandes Economistas XI: Raúl Prebisch e a contribuição da CEPAL
47. Manuel Fernández López (2002) - Recepción del pensamiento de Pareto en Argentina
48. Maria Heloisa Lenz (2000) - Auge e Início do Declínio da Economia Argentina
49. Maria Heloisa Lenz (2001) - A Incorporação de novos territórios na Argentina no final do século XIX: A campanha do deserto e as estradas de ferro
50. Maria Heloisa Lenz (2006) - Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto
51. Mariano Ben Plotkin, Jimena Caravaca (2009) - A economia entre crises Economia política e finanças na Universidade de Buenos Aires (1870-1900)
52. Mariano Ben Plotkin, Jimena Caravaca (2009) - A economia entre crises Economia política e finanças na Universidade de Buenos Aires (1870-1900)
53. Natacha Cecilia Bacolla (2008) - Debatiendo sobre lo incierto. La crisis del treinta en la tinta de sus actores e intérpretes
54. Osvaldo Graciano (2010) - El Partido Socialista de Argentina: su trayectoria histórica e sus desafíos políticos en las primeras décadas del siglo XX
55. Otto Bauer (1914) - The high Cost of living
56. Paulo de Tarso P. L. Soares (2004) - Prebisch (1949) contestação à teoria econômica convencional e utopia reformadora?
57. Quentin Skinner (2000) - Significado y comprensión en la historia de las ideas
58. R. A. Lehfeldt (1927) - The World's Stock of Money
59. Raul Prebisch (1959) - Commercial Policy in the Underdeveloped Countries
60. Raul Prebisch (1967) - Programme for the Expansion of International Trade
61. Raul Prebisch (1980) - La crisis en los países periféricos. Entrevista con Raúl Prebisch
62. Raul Prebisch (1982) - The Crisis of Capitalism and the Periphery
63. Raúl Prebisch (1984) - Power Relations and Market Laws
64. Raúl Prebisch (1986) - Renovar nuestras ideas un imperativo
65. Raul Prebisch (1986) -El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas

66. Ricardo Luis Chaves Feijó (2007) - A nova disciplina de sistemas econômicos comparados: uma proposta
67. Ricardo Silva (2009) - História Intelectual e Teoria Política
68. Richard C. Snyder (1940) - Commercial Policy as Reflected in Treaties from 1931 to 1939
69. Roberto Cortés Conde (2006) - El frustrado crecimiento de la Argentina 1880-1990
70. Ruth Eliana Gabay (2008) - Revisitando a Raúl Prebisch y al papel de la CEPAL en las ciencias sociales de América Latina
71. Steffen Flechsig (1991) - Em memoria de Raúl Prebisch (1901-1986)
72. Stella Maris Settimi, Patricia Audino, Fernando Tohmé (2004) - The Road from Orthodoxy towards Structuralism: The Influence of John Maynard Keynes on the Economics of Raúl Prebisch
73. The MIT Press (1933) - The Experiment with Inflation
74. W. R. Burgess (1928) - The Money Market in 1927
75. W. Randolph Burgess (1931) - The Money Market in 1930
76. Walter R. Sharp (1948) - The Specialized Agencies and the United Nations: Progress Report II
77. Walter T. Layton (1905) - Argentina and Food Supply

## Livros

1. A. Emil Davies (1927) - Investments Abroad
2. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. I Colonial Latin America
3. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. II Colonial Latin America
4. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. III From Independence to c. 1870
5. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. IV C. 1870 to 1930

6. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. V C. 1870-1930
7. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. VI Latin America since 1930 Economy, Society and politics
8. Cambridge University (2008) - The Cambridge History of Latin América Vol. VII Latin America since 1930 Mexico, Central America and the Caribbean
9. Carlos Mallorquín (2006) - Textos para el Estudio del Pensamiento de Raúl Prebisch
10. CEPAL (2000) - La CEPAL en sus 50 años - Notas de un seminario conmemorativo
11. CEPAL (2006) - Raúl Prebisch Escritos 1919-1986
12. CEPAL (2007) - Visiones del Desarrollo en América Latina
13. CEPAL (2010) - Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008
14. Congreso de Trabajadores da Liga Patriótica Argentina (1922)
15. Department of Commerce EUA (1920) - The Economic Position of Argentina During the War
16. Edgar J. Dosman (2006) - Raúl Prebisch El poder, los Principios y la Ética del Desarrollo
17. Edward McNall Burns (1978) - História da Civilização Ocidental, Volume II
18. Eric Hobsbawm (1982) - Era do Capital
19. Eric Hobsbawm (1983) - Rebeldes Primitivos
20. Eric Hobsbawm (1999) - Historia del Siglo XX
21. Paul A. Samuelson, William D. Nordhaus (2001) - Macroeconomía
22. Fernand Braudel (1987) - A dinâmica do Capitalismo
23. Gerald M. Meier and Dudley Seers (1984) - Pioneers in Development
24. Gonzalo Adrián Rojas (2006) - Tese: Os Socialistas na Argentina (1880-1980) Um século de ação política
25. Heitor Romero Marques, et al (2006) - Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico
26. Irving Fischer (1920) - Stabilizing the Dollar: A Plan to Stabilize the General Price Level Without Fixing Individual Prices

27. Irving Fischer (1922) - The Making of Index Numbers: A Study of Their Varieties, Tests, and Reliability
28. Irving Fisher (1907) - The Rate of Interest - Its nature, determination and relation to economic phenomena
29. John H. Williams (1920) - Argentine International Trade Under Inconvertible Paper Money 1880-1900
30. Juan B. Alberdi (1921) - Sistema Económico y Rentístico de la Confederación Argentina Según su Constitución de 1853
31. Karl Polanyi (2007) - La Gran Transformacion
32. Leo Huberman (1936) - Historia da Riqueza dos Homens
33. Lisandro de La Torre (1923) - Poderes de las Convenciones Constituyentes
34. LS Rowe (1921) - The Federal System of the Argentine Republic
35. Manffeo Pantaleoni (1898) - Pure Economics
36. Mario Rapoport (2000) - Historia Economica Politica y social de la Argentina (1880-2000) parte 1
37. Mario Rapoport (2000) - Historia Economica Politica y social de la Argentina (1880-2000) parte 2
38. Mario Rapoport (2000) - Historia Economica Politica y social de la Argentina (1880-2000) parte 3
39. Mario Rapoport (2000) - Historia Economica Politica y social de la Argentina (1880-2000) parte 4
40. Mario Rapoport (2000) - Historia Economica Politica y social de la Argentina (1880-2000) parte 5
41. Mario Rapoport (2000) - Historia Economica Politica y social de la Argentina (1880-2000) parte 6
42. Paulo Sandroni (1999) - Novissimo Dicionario de Economia
43. Vilfredo Pareto (1917 ) - Traité de Sociologie Générale (vol. 1)
44. Vilfredo Pareto (1920) - Compendio di Sociologia Genererale
45. Vilfredo Pareto (1978) - Compendio di Sociologia Genererale
46. Vilfredo Pareto (1996) - Manual de Economia Política

## Capitulos de livros, videos e convites

1. E. Benj. Andrews (1891) - Review: Principii di Economnia Pzra. Per MAFFEO PANTALEONI.
2. Instituto de Desarrollo Económico y Social (2006) - Revista de Ciencias Sociales - Indice Cronologico tematico y de autores
3. Inter- American System (1948) - Inter-American Conference on the Maintenance of Continental Peace and Security
4. Internacional Organization (1950) - Economic and Social Council
5. Internacional Organization (1951) - Economic and Social Council
6. International Socialist Bureau (1914) - Invitation to the International Socialist Congress of Viena
7. Juan Suriano (2000) - La Questión Social en Argentina 1870-1943
8. Nicolás Iñigo Carrera (2000) Capitulo 2 - Génesis y formación de la clase obrera argentina
9. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 1 (1776-1813)
10. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 2 (1814-1837)
11. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 3 (1837-1880)
12. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 4 (1880-1909)
13. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 5 (1909-1930)
14. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 6 (1930-1943)
15. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 7 (1943-1955)
16. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 8 (1955-1973)
17. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 9 (1973-1976)
18. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 10 (1976-1978)
19. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 11 (1978-1983)
20. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 12 (1983-1989)
21. Universidad Buenos Aires (2004) - Historia Argentina DVD 13 (1989-2001)